

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

CAROLINA MICHELLE SILVA E SOUZA

**Tecendo uma Cooperação Sul-Sul alternativa: possibilidades e limites em políticas
públicas para pequenos produtores de algodão**

João Pessoa

2024

CAROLINA MICHELLE SILVA E SOUZA

Tecendo uma Cooperação Sul-Sul alternativa: possibilidades e limites em políticas públicas para pequenos produtores de algodão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Cooperação Internacional da Universidade Federal da Paraíba para obtenção do título de Mestra em Gestão Pública e Cooperação Internacional.

Linha de pesquisa: Cooperação Internacional

Orientador: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo

João Pessoa

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729t Souza, Carolina Michelle Silva e.

Tecendo uma Cooperação Sul-Sul alternativa :
possibilidades e limites em políticas públicas para
pequenos produtores de algodão / Carolina Michelle
Silva e Souza. - João Pessoa, 2024.

115 f. : il.

Orientação: Vico Dênis Sousa de Melo.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Cooperação internacional. 2. Cooperação Sul-Sul.
3. Bem-Viver. 4. Ubuntu. 5. Projeto Mais Algodão. 6.
Cultivo do algodão - Brasil. I. Melo, Vico Dênis Sousa
de. II. Título.

UFPB/BC

CDU 327(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de Defesa de Dissertação da
Mestranda **CAROLINA MICHELLE SILVA E**
SOUZA como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Gestão Pública e Cooperação
Internacional, área de concentração em Gestão
Pública e Cooperação Internacional, linha de
pesquisa: COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, reuniu-se Plataforma Google Meet <https://meet.google.com/tey-pmoa-wdr> , a Banca Examinadora composta pelos membros: Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo (Orientador), Prof. Dr. Thiago Lima da Silva (Membro Interno) , Prof. Dr. Maurício Hiroaki Hashizume (Membro Externo) e Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos (Membra externa), para julgar a dissertação de **CAROLINA MICHELLE SILVA E SOUZA** intitulada: **“Tecendo uma Cooperação Sul-Sul alternativa: possibilidades e limites em políticas públicas para pequenos produtores de algodão”**, para obtenção do grau de mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa realizado pelo(a) Presidente Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da Banca Examinadora deliberaram por unanimidade e atribuíram o conceito: (X) aprovada, () insuficiente, () reprovada.

Observações da Banca:

A banca sugere a publicação de artigos derivados da dissertação, devido à profundidade epistemológico e prático desenvolvido ao longo do trabalho que originou a dissertação.

Proclamado o resultado, o presidente da banca examinadora encerrou os trabalhos, e para constar, assinou a presente ata, em duas vias, juntamente com os demais membros da banca examinadora e a mestranda.

João Pessoa, 29 de janeiro de 2024.

Prof. Dr. Vico Dênis Sousa de Melo
Orientador/Presidente da Banca Examinadora – PGPCI/UEPB

Prof. Dr. Thiago Lima da Silva
Examinador Interno – PGPCI/UEPB

Prof. Dr. Maurício Hiroaki Hashizume
Examinador Externo – Unirg

Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos
Examinadora Externa – Colaboradora Eventual do Ministério da Justiça e
Segurança Pública

Carolina Michelle Silva e Souza
Discente

Em memória do meu primo Moisés Luiz da Silva.

AS SEMENTES.

Luis Roberto Herrmann

Marcelo D2, Os crias

Não jogue fora as sementes
Guarde pra mim por favor
Vou transformar as sementes
Numa semente de amor
Eu quero ver se consigo
Fazer a transformação
Eu quero ver se eu consigo
Plantar amor pelo chão
Amor pro meu corpo, amigo
Amor pro seu coração
Amor pro resto do mundo
Se somos todos irmãos

Não jogue fora as sementes
De pera, uva, melão
Jabuticaba, laranja
De tangerina ou limão
Eu quero todas sementes
Quero em amor transformar
Com uma forma de enxerto
Terei amor pra plantar
Pro bem da humanidade
Pro amor que me fez chorar
Pra juventude de fibra
Eu quero amor pra plantar
Amor pro meu corpo amigo
Amor pro seu coração
Amor pro resto do mundo
Se somos todos irmãos.

AGRADECIMENTOS

Carrego na pele a filosofia africana *Ubuntu* que, pelos acasos da vida, tornou-se lente de análise desta dissertação. Eu sou porque nós somos. Nestas palavras, afirmo que este trabalho só é, porque tive ao meu lado pessoas que me apoiaram e ajudaram a construí-lo. À vocês, muito obrigada!

Agradeço à minha mãe, minha maior inspiração e minha pessoa favorita no mundo, por me incentivar a seguir meus sonhos, por batalhar para que eu tivesse uma educação de qualidade (mesmo com as dificuldades do ensino público), por dividir a dor da saudade, pelos cafés fresquinhos na reta final e, especialmente, por me ensinar todos os dias sobre o amor. Solzinha, nunca esqueça o quanto eu amo você!

À minha avó Maria, meu grande exemplo de força e coragem, e às minhas tias e tios (em memória da tia Maria e do tio Clever) por ajudarem com todo amor e carinho na minha criação. Um agradecimento especial à tia Lu e à tia Walquíria, pelas ligações e por sempre estarem presentes mesmo à distância.

Aos meus primos e primas, minhas primeiras referências de amizade e irmandade, por todo companheirismo e torcida, no nosso jeitinho único de demonstrar, e em memória do meu primo Moisés, que tão jovem e tão cheio de sonhos nos deixou para brilhar em outro plano.

Ao meu orientador, professor Vico, profissional que tanto admiro e sou grata pelos ensinamentos e pela (des)orientação acolhedora. Obrigada por acreditar no meu potencial, pela paciência, por dar um Sul para a minha pesquisa e por exercer a docência com tanto amor e ética.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar este trabalho durante cinco meses.

Aos docentes e técnicos administrativos do PGPCI, pela dedicação e empenho em ofertar um Programa de qualidade em meio a tantas adversidades.

Aos colegas de turma e às turmas do PPGA e PPGCPRI, pelas conversas e apoio nas disciplinas, foi um prazer conhecer vocês para além das telas e poder compartilhar um pouco da minha vivência. Desejo muito sucesso à tod@s!

Ao querido Grupo de Pesquisa Sul global, pelas tardes leves e por enriquecerem minha experiência com debates tão essenciais não só para a academia, mas para a vida. César, Gabriel, Horvanda, Jaiandra e Géssica, muito sucesso e boa sorte na caminhada!

Não poderia deixar de agradecer à Ellen, minha feliz surpresa no mestrado foi nossa amizade, uma grande amiga/irmã que levo para a vida. Obrigada por ter sido lar em quase

dois anos em João Pessoa, pelo apoio, risadas, conselhos, colo e por me lembrar de olhar a lua e sentir o mar. Igualmente, agradeço à sua família, Lúcia, Edmar e Felipe, por todo carinho e por sempre me acolherem tão bem.

À Amanda, Ana Flávia, Anna Flávia, Danilo, Fernanda, Isadora, Manuela, Mariana, Nathalya e Thayná, pela amizade, apoio e por dividirem a vida comigo desde que me entendo por gente. Também agradeço aos meus amigos da graduação Ari e Camila, pelo carinho, conversas, incentivos e pela presença em chamadas de vídeo internacionais. Amo vocês.

Ao ABC do Glória e a todos que, em meio a tanta escassez e miséria social, fazem desse espaço um lugar de luta, resistência, afeto, aprendizado, sonhos e oportunidades de transformação. À comissão, voluntários, parceiros, crianças, adolescentes e famílias do bairro Élisson Prieto, Uberlândia/MG, muito obrigada!

Falar do ABC, é falar das amigas que nasceram de um propósito em comum e que, se não fossem elas, eu não teria chegado até aqui. À Isabella, minha irmã do coração, pela amizade que construímos, por todo amor, companheirismo, incentivo, acolhimento e sonhos compartilhados, amo muito você. À Cissa, Amanda, Clebia, Aline, Dani, Matheus e Izabela, amigas/os que tanto admiro e agradeço por termos cruzado o mesmo caminho, obrigada por me inspirarem e me fortalecerem diariamente. Vocês me dão a certeza de que a nossa luta não é em vão e que Emicida acertou quando disse que “tudo que nós tem, é nós.”

Às pessoas que me ajudaram no processo de coleta de dados e me concederem entrevistas e documentos importantes. Um agradecimento especial à Raquel, pelas conversas e por facilitar os contatos para os trabalhos de campo, e à Suzana, grande amiga que levo da Paraíba, por me receber em sua casa, pelas conversas inspiradoras, pela prestatividade e por me permitir viver uma experiência de campo tão especial.

Por último, e não menos importante, à Paraíba e à cidade de João Pessoa, lugar que logo me conquistou por toda sua beleza e cultura, onde vivi momentos inesquecíveis, conheci pessoas incríveis e descobri uma conexão especial com o mar.

RESUMO

A Cooperação Sul-Sul surge no século XX como um mecanismo alternativo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento capaz de oferecer iniciativas horizontais e solidárias para solucionar as desigualdades do Sul global. Todavia, há um debate crítico sobre a base ideológica do conceito de desenvolvimento e a abertura da Cooperação Sul-Sul à modalidade Trilateral envolvendo organizações internacionais ou países do Norte global. Nesse cenário, o Brasil tem adotado a Cooperação Sul-Sul Trilateral como estratégia para ampliar suas parcerias com países da África e América Latina. Dentre as áreas priorizadas, destaca-se a agricultura e ações voltadas para a promoção da segurança alimentar. Em 2013, o Brasil lançou, em parceria com a FAO, o projeto Mais Algodão com o objetivo de fortalecer as capacidades institucionais e produtivas desse setor em países da América Latina, inclusive apoiando o fomento de políticas públicas. No entanto, a implementação do projeto revela práticas controversas que contrariam os princípios da horizontalidade e solidariedade constitutivos da Cooperação Sul-Sul e ocultam as violências enfrentadas por pequenos agricultores e as disputas de interesse do contexto agrícola latinoamericano. Assim, a partir da premissa de que a Cooperação Sul-Sul deve fortalecer uma agenda transformadora e horizontes alternativos ao desenvolvimento, este trabalho questiona de que forma a modalidade Trilateral consegue promover políticas públicas horizontais e se os pensamentos do Bem-Viver e do *Ubuntu* são alternativas à cooperação tradicional Norte-Sul. A análise do projeto demonstra que, apesar dos esforços em adotar práticas mais horizontais, a própria estrutura da Cooperação Sul-Sul Trilateral restringe a participação de agricultores familiares a um caráter consultivo e não propositivo. Em relação às políticas públicas, o projeto apresenta desafios na formação de agenda e a horizontalidade fica restrita ao cunho Sul-Sul das articulações governamentais. Os pensamentos do Bem-Viver e *Ubuntu* são evidentes alternativas ao modelo atual, e apresentam-se explícitos nas práticas agroecológicas e na organização comunitária dos agricultores familiares, representando não só a essência da solidariedade e da horizontalidade da cooperação, mas ficam limitados aos interesses dos países parceiros e das instituições cooperantes.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul Trilateral, Brasil, Algodão, Bem-Viver, Ubuntu.

RESUMEN

La Cooperación Sur-Sur surge en el siglo XX como un mecanismo alternativo de la Cooperación Internacional para el Desarrollo, capaz de ofrecer iniciativas horizontales y solidarias para solucionar las desigualdades del Sur global. Sin embargo, existe un debate crítico sobre la base ideológica del concepto de desarrollo y sobre la apertura de la Cooperación Sur-Sur Trilateral a la modalidad Trilateral, que involucra organizaciones internacionales o países del Norte global. En este contexto, Brasil ha adoptado la Cooperación Sur-Sur Trilateral como estrategia para ampliar sus asociaciones con países de África y Latinoamérica. Entre las áreas prioritarias, se destaca la agricultura y las acciones orientadas a la promoción de la seguridad alimentaria. En 2013, Brasil lanzó, en colaboración con la FAO, el proyecto Más Algodón con el objetivo de fortalecer las capacidades institucionales y productivas de este sector en países de América Latina, incluyendo el apoyo al fomento de políticas públicas. No obstante, la implementación del proyecto revela prácticas controvertidas que contravienen los principios de horizontalidad y solidaridad fundamentales de la Cooperación Sur-Sur y ocultan las violencias enfrentadas por los pequeños agricultores, así como los conflictos de intereses en el contexto agrícola latinoamericano. Así, partiendo de la premisa de que la Cooperación Sur-Sur debe fortalecer una agenda transformadora y horizontes alternativos al desarrollo, este trabajo cuestiona cómo la modalidad Trilateral puede promover políticas públicas horizontales y si los pensamientos del Buen Vivir y *Ubuntu* son alternativas a la cooperación tradicional Norte-Sur. El análisis del proyecto muestra que, a pesar de los esfuerzos por adoptar prácticas más horizontales, la propia estructura de la Cooperación Sur-Sur Trilateral restringe la participación de los agricultores familiares a un carácter consultivo y no propositivo. En cuanto a las políticas públicas, el proyecto presenta desafíos en la formación de la agenda, y la horizontalidad se limita al enfoque Sur-Sur de las negociaciones gubernamentales. Los pensamientos del Buen Vivir y *Ubuntu* son claras alternativas al modelo actual e se evidencian en las prácticas agroecológicas y en la organización comunitaria de los agricultores familiares, representando no solo la esencia de la solidaridad y la horizontalidad de la cooperación, pero quedan limitados a los intereses de los países socios y de las instituciones cooperantes.

Palavras-chave: Cooperación Sur-Sur Trilateral, Brasil, Algodón, Buen Vivir, Ubuntu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ônibus a caminho do Assentamento Queimadas.....	71
Figura 2 - Placa na entrada do Assentamento Queimadas.....	72
Figura 3 - Interior do galpão da Rede Borborema de Agroecologia.....	73
Figuras 4 e 5- Apresentação da Embrapa Algodão.....	75
Figura 6 - Algodão em fase de crescimento no Assentamento Queimadas.....	76
Figuras 7 e 8 - Mini-usina de beneficiamento Margarida Maria Alves I.....	78
Figura 9 - Pluma do algodão orgânico colorido.....	78
Figura 10 - Ônibus a caminho de Juarez Távora/PB.....	79
Figura 11 - Enfoque de Fortalecimento de Capacidades da FAO.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Procedimentos de análise.....	66
Tabela 2 - Possibilidades descoloniais.....	67
Tabela 3 - Perfil e características do Projeto Mais Algodão.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

ABRAPA - Associação Brasileira dos Produtores de Algodão

ASBRAER - Associação Brasileira de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

CAD - Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CNS - Cooperação Norte-Sul

CSS - Cooperação Sul-Sul

CSST - Cooperação Sul-Sul Trilateral

CTPD - Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMPAER-PB - Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

IBA - Instituto Brasileiro do Algodão

MNA - Movimento dos Não-Alinhados

MRE - Ministério das Relações Exteriores

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC - Organização Mundial do Comércio

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PABA - Plano de Ação de Buenos Aires

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. SEMEAR DIFERENTES PERSPECTIVAS: O BEM-VIVER, O UBUNTU E A CRÍTICA DE(S)COLONIAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL.....	18
1.1. COLONIALIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
1.2. AMÉRICA LATINA: PALCO DE RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS.....	23
1.2.1. Entre a dependência e a crítica ao desenvolvimento.....	26
1.2.2. Alternativas ao desenvolvimento: os conceitos de Bem-Viver e Ubuntu.....	29
1.2.3. A luta camponesa e a agricultura familiar no Brasil.....	33
1.3. COOPERAÇÃO SUL-SUL: TRAJETÓRIA, MODELOS E NARRATIVAS.....	36
1.3.1. O século XXI e a inserção do Brasil na Cooperação Sul-Sul.....	40
1.3.2. O sistema ONU e a participação da FAO em projetos de cooperação técnica.....	44
1.3.3. A relação Brasil-FAO em cooperação técnica.....	45
2. CULTIVAR NOVAS PRÁTICAS: A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA EM ALGODÃO.....	47
2.1. A CULTURA DO ALGODÃO NO BRASIL.....	51
2.1.1. Valorização dos saberes locais, práticas solidárias e comunitárias.....	51
2.1.2. O semiárido brasileiro e a produção em consórcios agroecológicos.....	53
2.2. COOPERAÇÃO SUL-SUL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	58
2.2.1. A Cooperação Sul-Sul Trilateral como vetor de políticas públicas.....	61
3. TECER OUTRAS ANÁLISES: O PROJETO MAIS ALGODÃO.....	63
3.1. APRENDENDO COM O CAMPO.....	64
3.1.1 Caminhos metodológicos e limitações do estudo empírico.....	64
3.2. MAIS ALGODÃO: PERFIL, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS.....	80
3.2.1 - Resultados e processos.....	87
3.3. ALÉM DO DESENVOLVIMENTO.....	93
3.3.1. Possibilidades descoloniais: repensar os objetivos da Cooperação Sul-Sul.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	111

INTRODUÇÃO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos e a Europa começaram a financiar ações de reestruturação dos países afetados pela guerra sob a narrativa de promoção da ajuda para o desenvolvimento e garantia da estabilidade internacional. Todavia, considerando as assimetrias de poder do Sistema Internacional¹ e as contestações à ordem bipolar (capitalismo *versus* socialismo) que se instalou durante a Guerra Fria (1947-1991), o início do século XXI marcou o aprofundamento das relações entre os países do Sul global² contra os efeitos do colonialismo em suas sociedades, fenômeno que resultou na formação de alianças de cunho Sul-Sul por maior participação e autonomia destes países para responder às suas próprias questões de “subdesenvolvimento”³.

Estas coalizões surgem como alternativas potenciais ao modelo de cooperação tradicional Norte-Sul do século XX que, ao longo dos anos, passou a ser questionado em decorrência da manutenção das estruturas hierárquicas de poder do Norte global sobre o Sul global. Dessa forma, em 1978, ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), mais tarde denominada Cooperação Sul-Sul⁴ (CSS), um marco importante para a consolidação da cooperação técnica e elaboração do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA)⁵ incorporado na Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 22/134. A Conferência em Buenos Aires trouxe novas práticas e princípios para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como o da solidariedade entre os países e a troca horizontal de conhecimentos técnicos sem a imposição de condicionalidades (PINO, 2014b).

Sendo assim, países da América Latina que antes apenas recebiam projetos de cooperação para o desenvolvimento, passaram a promover ações de cooperação técnica também como forma de legitimar suas políticas nacionais de desenvolvimento, ampliando sua presença em instâncias multilaterais. Nesse cenário, a onda de governos progressistas que se instalou na região nos anos 2000, favoreceu a inserção do Brasil na agenda da Cooperação

¹O conceito e a formação do Sistema Internacional de Estados-nação será aprofundado no primeiro capítulo.

²Neste trabalho, entende-se o Sul global não como um lugar geográfico ou uma categoria analítica, mas sim como um espaço compartilhado entre sociedades heterogêneas e multiculturais que possuem um passado de opressão e violência colonial em comum (CARMODY, 2019).

³As aspas indicam um questionamento sobre a definição do conceito de desenvolvimento associada ao material e ao consumo, pois esse sentido não se aplica ao modo de vida de comunidades camponesas e indígenas que vivem por meio da subsistência e partilham de diferentes cosmovisões.

⁴Não há um consenso na literatura sobre o conceito da Cooperação Sul-Sul, desse modo, o compreendemos como uma manifestação dos princípios de solidariedade e horizontalidade do Sul global que se materializa como modalidade da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, conforme veremos no primeiro capítulo.

⁵Disponível em: <https://unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2023/08/Buenos-Aires-Plan-of-Action-1978.pdf>

Sul-Sul como estratégia de política externa dos governos Fernando Henrique Cardoso (1999-2003) e Lula (2003-2010), especialmente com projetos para as áreas da saúde, educação, ajuda humanitária, ciência e tecnologia e agricultura (ABC, 2022; MEDINA, 2019; SOARES DE LIMA, MILANI, 2016).

Nas décadas seguintes, a Cooperação Sul-Sul assumiu diferentes formatos pelo mundo, reinserindo, no entanto, elementos Norte-Sul na prática cooperativa. Em 2009, por exemplo, a Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Cooperação Sul-Sul sediada em Nairóbi, reforça, em sua Resolução Final 64/222⁶, os princípios estabelecidos no PABA (1978) e indica a modalidade da Cooperação Trilateral (ou Triangular)⁷ como mecanismo complementar à prática Sul-Sul (PINO, 2014b). Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Cooperação Trilateral pode ser definida como uma modalidade de governança compartilhada que envolve dois países do Sul global e um país do Norte Global ou um organismo internacional e, embora não seja comum, três países do Sul (ABC, 2022).

Diante da presença política do Sul global, percebe-se que as Conferências de Buenos Aires e Nairóbi expressam uma tentativa de legitimar a prática da Cooperação Sul-Sul e pressionar mudanças sobre as políticas para o desenvolvimento internacional. Por outro lado, embora exista um tensionamento em relação ao caráter assistencialista e hierárquico da Cooperação Norte-Sul, os formatos da Cooperação Sul-Sul Trilateral reproduzem, em sua essência, os paradigmas da racionalidade e da universalidade ocidental. Nesse sentido, no que tange às organizações internacionais, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) destaca-se pela adaptabilidade às mudanças de narrativas conceituais sobre o desenvolvimento entre os séculos XX e XXI, visando manter relações diplomáticas e parcerias estratégicas (MILHORANCE; SOULE-KOHNDU, 2017).

Na América Latina, em um contexto historicamente influenciado pelo agronegócio, a FAO se estabeleceu apoiando, sobretudo, ações de combate à fome e má nutrição. Na primeira década dos anos 2000, o Brasil se destacou na agenda da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) por meio de políticas públicas exitosas de combate à fome e erradicação da pobreza que ficaram internacionalmente reconhecidas. Assim, as políticas brasileiras para a agricultura familiar foram entendidas também como uma prioridade da Política Nacional de Desenvolvimento e inseridas nos temas de política externa por meio de acordos de cooperação em parceria com a FAO (SABOURIN; GRISA, 2018).

⁶Disponível em:

<https://unsouthsouth.org/wp-content/uploads/2023/08/Nairobi-Outcome-Document-of-the-UN-High-level-Conference-on-SSC-2010.pdf>

⁷Para mais informações, acessar: <http://www.abc.gov.br/Gestao/TrilateralPaises>

Assim, em 2008 foi assinado o acordo que estabelece o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO⁸ e um conjunto de projetos de Cooperação Sul-Sul Trilateral envolvendo a ABC e demais países parceiros da América Latina e Caribe. De modo geral, os projetos visam fortalecer programas de alimentação escolar, a compra de alimentos da agricultura familiar, diálogo e formulação de políticas com a sociedade civil, políticas públicas para a redução da pobreza rural e insegurança alimentar, estratégias nacionais e sub-regionais de SAN e a gestão em apoios emergenciais (FAO, 2022a).

No ano seguinte, houve a vitória do Brasil na disputa do Contencioso do Algodão⁹ contra os Estados Unidos, o que resultou na destinação de recursos para projetos de Cooperação Sul-Sul na área do algodão. Este marco foi importante para a criação do Projeto Mais Algodão¹⁰ em parceria com a FAO, cujo objetivo principal é fortalecer as capacidades institucionais dos países parceiros e a inclusão socioprodutiva dos pequenos produtores de algodão da América Latina e Caribe (ONU, 2021).

Segundo dados da FAO (2017), a região representa cerca de 6% da área de produção de algodão do mundo na agricultura familiar. Entretanto, a permanência dos altos níveis de pobreza rural revela fragilidades estruturais e levanta questionamentos sobre os objetivos que se pretendem com a Cooperação Sul-Sul na área do algodão. A parceria com o Brasil por meio do Projeto Mais Algodão configurou-se como uma oportunidade para a FAO ampliar sua presença no continente também por meio do apoio ao cultivo consorciado com culturas alimentares, prática já adotada por agricultores familiares, em especial do semiárido brasileiro (FAO, 2022b).

Desse modo, reconhecendo o cenário de lutas anticoloniais do Sul global e a formação da América Latina, tais contradições contestam a horizontalidade e a solidariedade que constitui a Cooperação Sul-Sul enquanto prática alternativa à Norte-Sul e indicam uma lógica predatória do conceito de desenvolvimento que orienta a cooperação internacional. Em termos epistemológicos, observa-se uma lacuna nas Relações Internacionais¹¹ em relação à Cooperação Sul-Sul e perspectivas alternativas ao desenvolvimento oriundas do Sul global. Dessa forma, para avançar no debate, convém examinar a ascensão das relações Sul-Sul em

⁸Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/pt/>

⁹Será aprofundado no segundo capítulo.

¹⁰Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/setor-algodoeiro/pt/>

¹¹Escrito em maiúsculo em referência à disciplina acadêmica, e em minúsculo em referência às relações entre Estados-nação.

diálogo com as teorias pós/descoloniais¹² que denunciam a matriz colonial presente nas estruturas políticas, acadêmicas e econômicas das sociedades do Sul.

Esse esforço interpretativo nos revela duas possibilidades analíticas de origem andina e africana que dialogam entre si e oferecem lentes alternativas para se pensar a Cooperação Sul-Sul, são elas: o Bem-Viver e o *Ubuntu*. Diante do exposto, esta dissertação tem como objetivo compreender os processos e práticas que se constituem no Projeto Mais Algodão e identificar como a Cooperação Sul-Sul Trilateral apoia políticas públicas para pequenos produtores, considerando a complexidade histórica que envolve as lutas anticoloniais na América Latina, e que as políticas públicas são uma das finalidades para a sustentabilidade¹³ dos resultados do Projeto Mais Algodão. Sendo assim, as questões que orientam este estudo são: de que forma a Cooperação Sul-Sul Trilateral consegue promover políticas públicas horizontais? Os pensamentos e práticas do Bem-Viver e do *Ubuntu* são alternativas à cooperação tradicional?

Para alcançar este objetivo, os objetivos específicos consistem em i) compreender as manifestações do colonialismo na Cooperação Sul-Sul com foco no continente latino-americano e na agricultura familiar; ii) debater o conceito de desenvolvimento e apresentar modelos alternativos a partir do Sul global; iii) entender a trajetória, os interesses e dinâmicas da relação Brasil-FAO na cultura do algodão; iv) compreender a pluralidade de práticas de cultivo do algodão no Brasil; v) analisar as tendências, particularidades e desafios que se estabelecem no projeto Mais Algodão.

A escolha deste projeto se justifica por se tratar do maior projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral promovido pelo Brasil na América Latina em termos de recursos financeiros, abrangência territorial e diversidade de parcerias, além de apresentar, ainda que de maneira controversa, a incidência de debates descoloniais como a agroecologia e o diálogo transversal sobre gênero, juventude e povos indígenas, contribuindo com a perspectiva que discorrerá esta pesquisa. Ainda, este trabalho contribui com uma análise empírica das características, processos e estratégias utilizadas nas iniciativas de cooperação, inclusive para a concretização de políticas públicas que visem sua continuidade a longo prazo.

Dessa forma, em sintonia com os debates sobre o conceito de desenvolvimento, torna-se fundamental a reflexão de até que ponto a Cooperação Sul-Sul, e em particular a Cooperação Sul-Sul Trilateral, impulsiona modelos alternativos à cooperação tradicional e/ou

¹²Neste trabalho, o termo descolonial será utilizado em vez de decolonial no sentido de enfatizar o ato de descolonizar, isto é, a ação para reconstruir e transformar o sistema capitalista/colonial (CUSICANQUI, 2010).

¹³Neste contexto, o conceito de sustentabilidade se refere à continuidade e manutenção dos resultados a longo prazo.

reproduz práticas hegemônicas tendo em vista que os projetos operam sob estruturas de poder governamentais e não-governamentais (CAIXETA; MORASSO, 2021). Portanto, incluir a interpretação pós/descolonial parte de um compromisso em ampliar as discussões para além do paradigmas institucionais e econômicos vigentes e visibilizar a história, os saberes locais cooptados e as relações de poder que atravessam as sociedades subalternizadas, o que ainda é escasso na literatura referente à Cooperação Sul-Sul. Ou seja, trata-se de um compromisso no sentido de ouvir, refletir e questionar as raízes das desigualdades sociais e a reprodução da colonialidade tanto na gestão pública como na academia.

Assim, a partir da premissa de que a prática da Cooperação Sul-Sul não pode se sobrepor às perspectivas e aspirações do Sul global (CAIXETA, 2021), foi realizado um estudo qualitativo empírico sobre um projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral em implementação há mais de dez anos, mas com poucos estudos no âmbito das Ciências Sociais. Segundo Stake (2011), o estudo qualitativo caracteriza-se por ser experiencial e empírico, um estudo que permite ao leitor uma experimentação/vivência indireta da pesquisa a partir da descrição detalhada dos contextos. Portanto, o autor sugere que pesquisas que envolvem trabalho de campo exigem uma metodologia qualitativa, pois esta abrange as situações, subjetividades e percepções dos participantes, ou seja, propõe uma análise holística, mas personalística, com enfoque nas especificidades e particularidades do objeto de estudo. No que tange o trabalho empírico, Yin (2016) o define como aquele baseado em evidências ou dados primários passíveis de verificação da credibilidade dos mecanismos utilizados para produzi-los.

Dessa forma, nesta pesquisa, primeiro revisamos a bibliografia acerca da Cooperação Sul-Sul agrícola na América Latina e Caribe. Em seguida, levantamos dados secundários para aprofundamento do estudo empírico nos canais de comunicação oficiais, relatórios e estudos de acesso aberto publicados e elaborados pelas instituições cooperantes do Projeto Mais Algodão. Os dados primários foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas¹⁴, observações participantes e documentos oficiais¹⁵ disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Para a análise dos dados, foi considerada a relação entre os componentes específicos do Projeto Mais Algodão e as três dimensões de fortalecimento de capacidades institucionais da FAO, ilustrada na Figura 11.

¹⁴ Em relação aos nomes dos/as entrevistados/as, optei por não divulgar para preservar a identidade, portanto, os mencionarei como “Participante X”, em que X será o número classificado por ordem de entrevista.

¹⁵Os documentos foram solicitados por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90. Data da solicitação: 23 de agosto de 2023. Conclusão do processo: 11 de setembro de 2023. Acesso: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>

Os pensamentos do Bem-Viver e *Ubuntu* serviram como lentes analíticas do Sul global para refletir e identificar possibilidades de mudança nos processos e objetivos da Cooperação Sul-Sul (MINAYO, 2009; SEIDMAN, 2011; GODOY, 2006). Por fim, a dissertação se estrutura em três capítulos, o primeiro apresenta o debate teórico e as perspectivas do Bem-Viver e *Ubuntu*. O segundo, abrange a trajetória da Cooperação Sul-Sul incluindo a modalidade Trilateral e a relação com as políticas públicas. Finalmente, o terceiro capítulo apresenta uma análise aprofundada do estudo empírico, as principais tendências, limitações e reflexões sobre a pesquisa.

1. SEMEAR DIFERENTES PERSPECTIVAS: O BEM-VIVER, O *UBUNTU* E A CRÍTICA DE(S)COLONIAL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Neste capítulo, apresentamos os debates teóricos que questionam a colonialidade do poder¹⁶ presente nas Relações Internacionais e na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Para isso, compreende-se que as estruturas políticas, econômicas e as relações sociais construídas no sistema capitalista resultam de um projeto colonial que se mantém vivo na forma de políticas de desenvolvimento, reproduzindo violências sistêmicas sobre as populações subalternizadas (QUIJANO, 2005).

Assim, retomamos aos antecedentes históricos das relações internacionais no intuito de elevar as diferentes possibilidades de ser, saber e fazer das sociedades do Sul global que continuam sendo negadas desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial. Desse modo, o colonialismo será o ponto de partida para entendermos as assimetrias de poder na política internacional e os movimentos descoloniais que surgiram na América Latina, região chave para a consolidação do debate descolonial e da modalidade da Cooperação Sul-Sul.

A literatura das Relações Internacionais apresenta um número crescente, embora tímido, de publicações que questionam a legitimidade da Cooperação Sul-Sul e indicam um distanciamento desta prática frente aos princípios de horizontalidade e solidariedade estabelecidos pelos países do Sul global no marco da Conferência de Bandung¹⁷. Logo, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de identificar as principais tendências e contradições relacionadas a esta modalidade nos últimos dez anos, utilizando-se como recorte regional o continente latinoamericano e, como tema de interesse, o setor agrícola.

¹⁶Definida por Quijano (2005) como elementos de dominação colonial intrínsecos ao processo de formação do capitalismo que estão presentes nas estruturas políticas, econômicas, acadêmicas e culturais da sociedade.

¹⁷Discussão aprofundada na seção 1.3.

Diante disso, os resultados apontaram para uma concentração de trabalhos referentes à aplicabilidade dos projetos em termos de gestão, eficiência, eficácia, transparência e contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A base teórica encontrada na maioria dos artigos fundamenta-se no pensamento moderno/ocidental das Relações Internacionais e poucos trabalhos utilizam a perspectiva descolonial como referencial teórico. Dentre os aspectos metodológicos, destaca-se a dificuldade de mensurar os impactos sociais da Cooperação Sul-Sul e a relação dos projetos com as políticas públicas.

Dessa forma, para entender como a crítica descolonial incide na Cooperação Sul-Sul, consideramos que a história das Relações Internacionais, tal como nos é contada pela literatura clássica e eurocêntrica, fundamenta-se em paradigmas coloniais/capitalistas para legitimar os ideais de progresso, modernização e desenvolvimento, contexto no qual se cria o Sistema Internacional de Estados e suas estruturas políticas, econômicas e institucionais que, no século XX, dão origem ao Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento.

De acordo com Achille Mbembe (2014), o projeto civilizatório do colonialismo se estabeleceu no mundo a partir da invenção do conceito de raça, termo utilizado para classificar povos e estabelecer hierarquias de poder sobre as sociedades não-europeias, designando-as como inferiores, selvagens, irracionais, não-humanas e, portanto, proibidas de qualquer exercício político (MBEMBE, 2018). No entanto, não podemos perder de vista a capacidade e a (re)ação destas sociedades contra o processo de colonização¹⁸, assim como a pluralidade de conhecimentos, lutas, hábitos, culturas e visões de mundo que foram (e continuam sendo) silenciadas ao longo dos anos.

Conforme aprofundaremos adiante, a própria Cooperação Sul-Sul resulta de uma luta política marcada por movimentos de resistência anticoloniais contra os impactos do colonialismo e as intervenções promovidas pelo ocidente no imediato pós-Segunda Guerra Mundial. Contudo, na prática, a matriz colonial de poder se reproduz e contradiz os princípios constitutivos e a operacionalização desta modalidade cooperativa.

Sendo assim, duas concepções originárias do Sul global podem nos ajudar a refletir sobre uma Cooperação Sul-Sul mais coerente com seus objetivos e com possibilidades efetivas de descolonização dos seus processos, são elas, a filosofia andina e amazônica do Bem-Viver¹⁹ e a filosofia africana do *Ubuntu*²⁰. Embora possuam origens distintas, tais

¹⁸Santos (2015) define a colonização como “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio e até substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico-geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2015, p. 47-48).

¹⁹O conceito também é referenciado como Buen Vivir (Sumak Kawsay) no Equador, e Vivir Bien (Suma Qamaña) na Bolívia (PINO, 2013).

²⁰A definição sobre o *Ubuntu* será apresentada na subseção 1.2.2.

perspectivas partilham valores que dialogam com os princípios de solidariedade e horizontalidade que fundamentam a Cooperação Sul-Sul e resistem ao paradigma de desenvolvimento capitalista e à globalização.

Dessa forma, este capítulo realiza, primeiro, uma breve reflexão sobre as teorias tradicionais das Relações Internacionais e as teorias pós/descoloniais. Em seguida, reforça-se a importância do contexto latinoamericano e agrícola para as teorias descoloniais e críticas ao desenvolvimento introduzindo os conceitos de Bem-Viver, *Ubuntu* e os movimentos camponeses. Por fim, apresenta-se os processos históricos das relações internacionais em diálogo com a trajetória da Cooperação Sul-Sul, seus avanços e desafios no século XXI.

1.1. COLONIALIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Esta seção visa refletir sobre as abordagens pós/descoloniais no campo das Relações Internacionais e o conceito de colonialidade do poder no contexto desta pesquisa. Trata-se de um esforço interpretativo e um compromisso ético, enquanto mulher e pesquisadora nascida no Sul global, em tentar superar a reprodução da lógica colonial na produção científica e contribuir com novas perspectivas para o campo das Ciências Sociais. Para isso, inicio com um breve debate sobre a origem da disciplina de Relações Internacionais entendendo-a como fruto da própria ideia de modernidade no século XX, baseada na racionalidade ocidental e no positivismo científico, para tentar explicar o porquê ocorre guerra entre os Estados.

Assim, a partir da análise da política internacional, as primeiras escolas de pensamento da disciplina baseavam-se na diplomacia europeia e na participação dos Estados Unidos nas grandes guerras mundiais, estabelecendo um embate teórico entre realistas e liberalistas. Fundada nos Estados Unidos, a Escola Realista defende uma abordagem estadocêntrica, voltada para o comportamento racional dos Estados em um Sistema Internacional anárquico, isto é, onde não existe uma autoridade de poder acima dos próprios Estados, logo, eles se comportam de modo estratégico visando a maximização dos seus interesses e a manutenção da segurança nacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Segundo Carr (2001), vivemos em um mundo conflitivo onde as relações de poder são os elementos que movimentam a política internacional, portanto, Hoffman (1977) acrescenta que empreender esforços para analisar temas como o idealismo, o altruísmo e a cooperação, seria um atraso para o desenvolvimento científico das Relações Internacionais. Durante a Guerra Fria, por exemplo, a teoria realista adquire predominância na academia, especialmente para estudos sobre as alianças, estratégias, recursos e mecanismos utilizados pelos países dos blocos capitalista e comunista. Por outro lado, Escola Inglesa, consolida-se no Reino Unido, a

partir de uma vertente liberal que considera a influência de diferentes atores e a relação de interdependência econômica entre os Estados, uma interdependência possível não só pela racionalidade, mas pela possibilidade de cooperação e pela atuação do mercado para promoção do bem-estar e distribuição de recursos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Todavia, nos séculos XX e XXI, surgem abordagens críticas aos pensamentos clássicos propondo que tanto os realistas quanto os liberais possuem características deterministas e reducionistas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005) sobre as relações internacionais. Segundo Robert Cox (1981), todas as teorias estão associadas ao seu contexto histórico, ideológico e/ou cultural. O autor foi um dos precursores da teoria crítica das Relações Internacionais, um marco importante para a inclusão de outras perspectivas na disciplina como o construtivismo, marxismo, pós-estruturalismo, feminismo, as teorias da dependência e as teorias pós/descoloniais.

Dessa maneira, para entendermos a Cooperação Sul-Sul e o porquê o conceito de colonialidade é tão importante para o tema, partimos das teorias pós/descoloniais considerando que, embora sejam correntes de pensamento plurais em sua natureza e argumentações, elas visam romper com a hegemonia do pensamento moderno ocidental presente nas estruturas das sociedades contemporâneas. Além disso, tratam-se de abordagens ainda invisibilizadas nas Relações Internacionais e que tecem análises essenciais sobre os estereótipos “terceiro mundistas” e a negação de possibilidades políticas, econômicas e acadêmicas próprias do Sul global.

Nesse sentido, em relação ao pensamento pós-colonial, é importante frisar que não se refere a uma corrente própria das Relações Internacionais, mas que foi inserida neste campo ao questionar os métodos homogeneizadores de produção do conhecimento e os instrumentos de dominação que deram origem ao Sistema Internacional definido pelas teorias clássicas. No entanto, ao contrário dos pós-colonialismos, que sugerem, pela própria terminologia, a existência de uma sociedade posterior ao período colonial, as teorias descoloniais defendem que ainda estamos sob dominação das forças coloniais. Logo, suas análises incidem sobre a essência das hierarquias e estruturas de poder e se aproximam mais das lutas e movimentos de resistência, procurando transformar o sistema capitalista, ressignificar conceitos e ensejar novas formas de participação política das sociedades subalternizadas (TOLEDO, 2021).

Diante do exposto, o sociólogo Aníbal Quijano (1992) introduz o conceito de colonialidade do poder para explicar que o colonialismo não acabou com a independência das ex-colônias, pelo contrário, foi um processo cuja matriz de poder ainda perpassa as estruturas das sociedades na atualidade. O colonialismo nada mais é do que a “coisificação” do sujeito,

ou seja, cria-se a ideia de raça para desumanizar povos e sociedades não-europeias, cooptar culturas, identidades, conhecimentos e modos de vida comunitários (CÉSAIRE, 1978).

Assim, a colonialidade do poder pode ser definida como a manifestação intersubjetiva das relações de dominação em diferentes aspectos da vida, tornando-se parte do que Quijano (1992) chama de “imaginário do colonizado”. Partha Chatterjee (2004) complementa que este imaginário foi construído durante séculos e que “nosso amor pelo ocidente deriva de um conceito de ocidente que se solidificou em nossas mentes durante os últimos 500 anos.” Segundo Mbembe (2018), um dos principais instrumentos utilizados para oprimir e persuadir os povos foi a linguagem, para o autor, o discurso do colonizador consegue invadir o inconsciente humano, justificar e naturalizar o colonialismo. Fanon (2020, p. 20) complementa este argumento ao afirmar que “falar é existir absolutamente para o outro”, e os povos subalternizados são constantemente afrontados pela linguagem civilizadora, pela linguagem da modernidade e do desenvolvimento, instalando-se uma absorção do “mundo branco” e o apagamento de identidades próprias (FANON, 2020; KILOMBA, 2019).

Dessa maneira, Mbembe denuncia que enquanto a razão europeia for a razão universal, a razão da racionalidade, da civilização e do método científico, a “razão negra” sempre terá um sentido negativo (MBEMBE, 2018; KILOMBA, 2019). Portanto, neste trabalho defendo que para compreendermos as diferentes manifestações da colonialidade do poder nas relações internacionais, em especial na prática da Cooperação Sul-Sul, é necessário enxergar o colonialismo e o capitalismo como processos que se constituem mutuamente para manter o *status quo* e o capital (PORTO-GONÇALVES, 2012; QUIJANO, 2005; MBEMBE, 2018).

Silvia Federici (2020) explica que esses processos dependem da submissão de corpos específicos como os corpos negros, femininos, indígenas, quilombolas, dentre outros, para existirem e se sustentarem. Nesse sentido, além da raça, a objetificação do corpo feminino, a natureza reprodutiva, “improdutiva” e não remunerada do trabalho doméstico, são os pilares de sustentação do capital e que colocam as mulheres em posição subordinada aos homens. Diante disso, Césaire (1978) aponta que as desigualdades socioeconômicas e as violências provocadas pelo colonialismo/capitalismo no Sul global, na verdade, denunciam a falência do sistema capitalista-colonial e dos seus ideais de modernidade e desenvolvimento:

Falam-me de progresso, de realizações, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (Césaire, 1978, p. 25).

Dessa forma, as abordagens pós/descoloniais nos permitem observar dois aspectos em curso, o primeiro é que a colonialidade do poder está enraizada no mundo atual, o segundo é a coexistência de constrangimentos contra os paradigmas ocidentais sobre o desenvolvimento. Nesse sentido, o autor sugere olharmos para o “vivido do colonizado” para construirmos uma consciência anticolonialista em nossas práticas, uma vez que o universalismo ocidental rouba a história e o direito dos povos colonizados construírem suas próprias narrativas (CÉSAIRE, 1978).

Sendo assim, segundo Césaire (1978), é necessário desvendarmos as contradições do pensamento colonial e pensarmos um “universalismo depositário de todos os particulares”, em que o universal, na verdade, é o conjunto de diferentes vivências e conhecimentos. Nesse contexto, a próxima seção aborda a importância histórica da América Latina para a formação do sistema capitalista-colonial e para a emergência de movimentos anticoloniais em defesa da terra e preservação dos modos de vida locais.

1.2. AMÉRICA LATINA: PALCO DE RESISTÊNCIAS E ALTERNATIVAS

De acordo com Anievas (2015), o colonialismo e o capitalismo são processos que se constroem nas relações sociais, na violência da escravidão, do patriarcado e na destruição de outros sistemas-mundo, alterando dinâmicas de trabalho, de produção, as relações entre os Estados e as relações entre Estado-indivíduo. Diante disso, interpretá-los a partir da sua formação histórica, nos permite analisá-los de maneira sistêmica. Assim, esta seção apresenta as implicações da colonialidade do poder na América Latina por meio do diálogo entre as críticas às teorias de desenvolvimento e os debates descoloniais que propõem alternativas analíticas e práticas a estas vertentes. Considerando a heterogeneidade cultural da região, ressalto que a intenção não é abordar todos os movimentos e grupos anticoloniais latinoamericanos, mas apresentar como seu contexto histórico se reflete na prática da Cooperação Sul-Sul, em específico no contexto da agricultura.

Para tanto, inicio com a contribuição do Grupo Modernidade/Colonialidade criado na década de 1990 com o objetivo de desconstruir a narrativa eurocêntrica e evidenciar as relações coloniais presentes nas estruturas econômicas, sociais e culturais da América Latina. Segundo Caixeta (2021), o Grupo oferece conceitos importantes que permitem refletir sobre a prática da Cooperação Sul-Sul e que serão abordados ao longo da dissertação, são eles, a comunalidade, a interculturalidade e a plurinacionalidade.

Antes de avançar sobre estes conceitos, retomo a história de formação da América Latina e do sistema capitalista-colonial para contextualizá-los no debate sobre a cooperação para o desenvolvimento. Após a invasão das Américas (ou Novo Mundo) no século XVI, a Europa estabeleceu uma nova rota comercial para abastecer seu mercado interno, inserindo uma economia primário-exportadora na América Latina por meio da invenção de novas identidades sociais (negros, índios e mestiços) para inferiorizar a população local e controlar as relações de trabalho (QUIJANO, 2005).

Nesse contexto, é importante enfatizar que a brutalidade²¹ do processo de colonização foi uma forma de disseminar o medo e o sentimento de horror ao “Outro” para silenciar grupos de resistência e seguir avançando na construção do sistema capitalista (FEDERICI, 2020). Dessa forma, pode-se considerar que a base para a Europa se configurar enquanto centro de poder mundial e segmentar as classes sociais por meio da divisão internacional, racial e sexual do trabalho, foram os ideais de civilização, modernidade e a imposição da dependência econômica para os países do Sul global (FEDERICI, 2020; QUIJANO, 2005).

A violência colonial também modificou a própria construção de uma identidade latinoamericana (QUIJANO, 2005²²; PORTO-GONÇALVES, 2012). Segundo Pablo Casanova (2007), o colonialismo não se limitou à esfera internacional, mas esteve (e está) presente no âmbito doméstico, quando determinadas elites dominam grupos sociais específicos e quando a colonialidade do poder coopta culturas, hábitos e costumes para manutenção e reprodução do modo de vida Europeu, o que o autor define como um processo de “colonialismo interno” (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Por outro lado, é importante enfatizar que a colonização não avançou de forma passiva. Não podemos ignorar que as populações locais e grupos anticoloniais resistem ainda hoje pelo desmantelamento da colonialidade e do capitalismo em todas suas formas. Aqui, o conceito de resistência é utilizado não como uma simples ação reativa, mas como a capacidade de agência e organização das populações subalternizadas, reconhecendo que elas resistem pela sua capacidade de ação, e que esta é a única forma de sobrevivência em uma região fruto da escravização e do domínio colonial (PORTO-GONÇALVES, 2012; CUSICANQUI, 2010). Em geral, são grupos liderados por povos indígenas, quilombolas, camponeses, mulheres rurais e trabalhadores que defendem a coexistência de outros

²¹Marcada pelo genocídio indígena, despossessão de terras, extrativismo, escravização e destruição das relações comunitárias (FEDERICI, 2020).

²²Para uma discussão mais aprofundada sobre a identidade latinoamericana, ler “Dom Quixote e os Moinhos de Vento” de Quijano (2005).

sistemas-mundo, cosmovisões e modos de organização solidários, comunitários e sustentáveis (CAIXETA, 2021).

Diante disso, cabe mencionar a importância da luta ancestral das mulheres latinoamericanas contra a perseguição e as crenças misóginas inventadas pelos espanhóis e pelo catolicismo, para denunciar a lógica desigual que beneficiava a propriedade das terras e o uso dos bens comuns²³ aos homens (FEDERICI, 2019). Segundo Federici (2019), a terra é o ponto central para entendermos o conceito de bem comum, pois, aos camponeses restou a luta contra a apropriação e a expropriação, e para as mulheres do campo, este fator somava-se à inferiorização do espaço doméstico:

As mulheres tinham uma posição de poder nessas sociedades. Antes da Conquista, as mulheres americanas tinham suas próprias organizações, suas esferas de atividade eram reconhecidas socialmente e, embora não fossem iguais aos homens, eram consideradas complementares a eles quanto à contribuição na família e na sociedade (FEDERICI, 2019, p. 400).

Sendo assim, para Federici (2019) a comunalidade significa a prática do partilhar, o que, por si só, se opõe ao colonialismo e ao capitalismo. Santos (2015) complementa que a terra sempre foi de uso comum para as comunidades contra-colonizadoras²⁴ e que a acumulação da produção possuía finalidade coletiva para momentos específicos como os períodos de seca ou de festividades. Dessa forma, o conceito de bem comum é fundamental para compreender os impactos do capitalismo sobre os modos de produção comunitários e como essa linguagem altruísta e solidária vem sendo incorporada no âmbito da Cooperação Sul-Sul. De acordo com Santos (2015),

[...] os colonizadores sempre se fizeram no campo de disputa da gestão e não no campo da disputa ideológica. Tanto é que mudam a denominação das suas organizações político-administrativas, mas a estrutura não sofria modificações, já que as mesmas práticas de violência, de subjugação, de invasão, de expropriação e de etnocídio se repetiram em todas as gestões, independentemente dos conceitos por eles apresentados (SANTOS, 2015, p. 51).

Assim, o autor chama atenção para o silenciamento institucional e jurídico que ocorre, por exemplo, em comunidades quilombolas, indígenas e camponesas no Brasil. Conforme exemplifica, a criminalização dos quilombos e de demais movimentos de resistência, foi uma das formas de legitimar a violência e a dominação destes territórios, a promulgação da Constituição de 1988 com o reconhecimento dos quilombolas e indígenas como sujeitos de

²³Para Federici (2020), bens comuns são a “riqueza natural ou social compartilhada - terra, água, florestas, conhecimento, cuidado - para o uso de todos, sem distinção e que não estão à venda [...] os bens comuns são constituídos com base na cooperação social, nas relações de reciprocidade e responsabilidade e na divisão compartilhada da riqueza produzida.” (FEDERICI, 2020, p. 149-151).

²⁴De acordo com Santos (2015), a contra-colonização abrange todos os processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra-colonizadores como os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios.

direito, por exemplo, não acolhe o contexto histórico, abrindo brechas para políticas extrativistas discriminatórias (SANTOS, 2015).

Outro aspecto relevante é que para avançar com o capitalismo, as organizações político-administrativas do Brasil tentaram dismantlar todo tipo de “resistência sociocultural e intelectual” com a substituição dos saberes locais por um tipo de ensino desassociado dos modos de vida comunitários. Durante o processo de industrialização, as escolas agrotécnicas se multiplicaram, favorecendo a introdução da monocultura mecanizada no campo, o uso de insumos químicos e de maquinários para produção em grande escala (SANTOS, 2015).

A implementação dessas tecnologias, denominadas por Santos (2015) como “lixo da Segunda Guerra Mundial”, ficou conhecida como Revolução Verde (1960). No entanto, o autor aponta que tratam-se de tecnologias que foram vendidas no fim da Segunda Guerra como forma de esvaziar e enfraquecer as resistências latinoamericanas, provocando graves impactos ambientais e socioculturais como a pobreza rural, a insegurança alimentar, o desemprego e outros tipos de marginalização das populações do campo (SANTOS, 2015).

A subseção a seguir, avança na discussão sobre a industrialização na América Latina a partir da análise das relações de dependência política e econômica impostas na região e crítica às teorias desenvolvimentistas que emergiram desse contexto.

1.2.1. Entre a dependência e a crítica ao desenvolvimento

As primeiras discussões sobre o desenvolvimento ocorreram em meados da década de 1950, quando a teoria proposta por Rostow (1960) teve grande repercussão na Europa. De acordo com o autor, a condição de subdesenvolvimento do Sul global só poderia ser superada por meio do crescimento econômico, ou seja, à medida que os países se modernizam e se industrializam até atingir o alto consumo em massa. Assim, o autor propõe cinco estágios evolutivos de crescimento em que seria possível identificar qualquer tipo de sociedade: i) a sociedade tradicional; ii) a pré-condição para decolagem; iii) a decolagem; iv) o caminho para maturidade e v) a era de consumo em massa (ROSTOW, 1960, p. 4-6).

De modo geral, no primeiro estágio, as “sociedades tradicionais” são aquelas que possuem uma produção limitada à agricultura, sem tecnologias suficientes para se industrializar. Logo, quando elas começam a incorporar a ciência moderna na produção e expandir a competitividade em infraestrutura, transporte, comunicação e manufatura no mercado mundial, elas avançariam para o segundo estágio, assumindo as pré-condições para a decolagem. Em seguida, a “decolagem”, aconteceria ao passo em que a atividade moderna torna-se institucionalizada e utilizada na produção dos setores da agricultura e da indústria.

Após a decolagem, as sociedades avançariam para o “caminho para a maturação”, ou seja, passariam por anos de modernização de toda sua atividade econômica, produzindo tecnologias específicas e incorporando a modernidade nos seus valores e instituições. Por fim, o quinto e último estágio ocorre quando elas atingem um nível de renda per capita que possibilita o consumo em massa além dos itens básicos de sobrevivência, a expansão da tecnologia deixa de ser o objetivo central do desenvolvimento e começa-se a investir em políticas de bem-estar e segurança (ROSTOW, 1960).

Todavia, conforme veremos adiante, a teoria de Rostow (1960) não se sustenta uma vez que o autor ignora a colonização enquanto fator condicionante das desigualdades e do “subdesenvolvimento” do Sul global. Na América Latina, a exportação de alimentos e matérias-primas como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, couro e cobre, era realizada para abastecer as demandas do mercado europeu e muitas comunidades que viviam da agricultura de subsistência foram empobrecidas pelo próprio avanço da modernização e do capitalismo. Conforme aponta Césaire (1978):

[...] Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas. Mas eu falo de **economias naturais, de economias harmoniosas e viáveis**, de economias adaptadas à condição do homem indígena **desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada**, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas, de produtos, de matérias-primas [...] **eram sociedades comunitárias** [...] sociedades cooperativas fraternais [...] elas **eram um facto, não tinham a mínima pretensão de ser uma ideia**, não eram odiosas ou condenáveis [...] **contentavam-se** em ser (Césaire, 1978. p. 27, grifo nosso).

Nessa perspectiva, a colocação de Césaire (1978) nos ajuda a compreender os marcos internacionais que contribuíram para o surgimento da teoria da dependência e as críticas ao conceito de desenvolvimento. Na segunda metade do século XX, foram criadas inúmeras organizações internacionais e regionais para promover a reestruturação dos países afetados pela Segunda Guerra Mundial, dentre elas, a fundação da CEPAL foi um marco importante para a promoção de políticas públicas de desenvolvimento na América Latina e para o surgimento da teoria da dependência. Segundo Escobar (1995), os teóricos cepalinos tinham como premissa que as relações desiguais no Sistema Internacional eram resultado da modernização dos centros de poder, o Norte Global, em detrimento da comercialização de bens primários imposta às periferias, o Sul global.

De acordo com Corazza (2006), a CEPAL assumiu, assim, um enfoque estruturalista sobre as restrições domésticas do crescimento da América Latina e passou a propor modelos próprios para superar as assimetrias de poder no mercado internacional, como a integração regional e programas nacionais de industrialização via substituição de importações.

Entretanto, grande parte das políticas públicas latinoamericanas baseavam-se no paradigma de desenvolvimento moderno e partilhavam o ideário de progresso proposto pelas teorias de desenvolvimento para incrementar a industrialização nacional e complementar as exportações (ESCOBAR, 1995; MARINI, 2013).

Nesse sentido, Bielschowsky (2000) afirma que a forma como a América Latina foi inserida no comércio internacional indica que a estrutura econômica das periferias as conduz para um modo específico de industrialização que é, e continuará sendo, diferente dos centros. A industrialização via substituição de importações, por exemplo, não conseguiu absorver o mesmo “progresso” técnico do Norte Global e as desigualdades sociais e econômicas aumentaram, fortalecendo a liberalização econômica e os programas incentivados por organizações financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (DOS SANTOS, 2011).

Dessa forma, a teoria da dependência vai além da abordagem desenvolvimentista proposta pelos teóricos cepalinos. Segundo Theotonio dos Santos (2011), a situação de dependência das periferias ocorre porque sua economia está vinculada ao desenvolvimento da economia dos centros. Assim, o subdesenvolvimento latino-americano resulta da expansão predatória dos países industrializados sobre os modelos de produção agrícola dos países periféricos o que, conseqüentemente, impacta suas capacidades em gerar excedentes de capital e investir na sua própria produção tecnológica (DOS SANTOS, 2011).

Outra questão é que a lógica da dependência também recai sobre as identidades latinoamericanas, pois o colonialismo interno opera sobre as reivindicações políticas e econômicas da população, manifestando-se em aspirações associadas ao modo de vida ocidental (MARINI, 2013). No entanto, de acordo com Escobar (1995), nem os cepalinos nem a teoria da dependência incluem os anseios das comunidades tradicionais em suas interpretações. Sendo assim, Marini (2013) questiona qual é, afinal, o desenvolvimento que se pretende para o Sul global se a base ideológica deste conceito está interligada com o subdesenvolvimento, o material e o consumo.

Segundo, Acosta (2016), a própria origem e legitimidade conferida ao discurso desenvolvimentista possui raízes coloniais, com práticas excludentes que aprofundam as assimetrias entre o Norte e o Sul global,

o “desenvolvimento”, como toda crença, nunca foi questionado: foi simplesmente redefinido por suas características mais destacadas. A América Latina desempenhou um papel importante na criação de revisões contestadoras do desenvolvimento tradicional, como o estruturalismo ou as diferentes ênfases da teoria da dependência, até chegar a outras posições mais recentes. Suas críticas foram contundentes. Suas propostas, porém, não prosperaram (ACOSTA, 2016, p. 49).

Além disso, Samir Amín (1988), enfatiza que quando analisamos o tema do desenvolvimento, a questão agrária requer maior atenção, pois o capitalismo/colonialismo avançou apropriando terras e conduzindo as populações rurais a situações de exclusão e marginalização para centros urbanos. Assim, o autor afirma que em qualquer projeto alternativo a esses sistemas, deve-se garantir o direito de acesso à terra conciliando o sistema produtivo com a soberania alimentar. Contudo, tal possibilidade implica em uma contestação mais assertiva ao agronegócio, que possui, por natureza, uma lógica produtiva predatória que visa unicamente a concentração de capital em detrimento de políticas de proteção à agricultura familiar, quilombolas e indígenas.

Nesse sentido, é necessário questionarmos as dicotomias que surgiram atreladas ao desenvolvimento tais como rural/urbano e tradicional/moderno, as quais reforçam as convicções de que o agente de desenvolvimento é aquele que traz maior competitividade, acumulação material e renda. Na década de 1960, este foi o paradigma utilizado pela Revolução Verde para inserir a modernização na agricultura, pois associavam os camponeses à baixa produtividade, sendo “necessário” introduzir a tecnologia para aumentar a rentabilidade da produção, a melhoria genética de sementes, o uso de fertilizantes, inseticidas, sistemas de irrigação, tratores etc (HERNANDEZ; ANELLO, 1993).

Em consequência, esse processo contribuiu para a inserção da monocultura em desvantagem à produção diversificada de alimentos para subsistência de pequenos produtores, promovendo a exclusão social e a insegurança alimentar de milhares de famílias que passaram a depender de insumos, políticas públicas, crédito e serviços sociais básicos para sobreviver (HERNANDEZ; ANELLO, 1993).

1.2.2. Alternativas ao desenvolvimento: os conceitos de Bem-Viver e *Ubuntu*

A partir do exposto, este tópico é um convite para pensarmos outros horizontes além do desenvolvimento enquanto um objetivo, um fim em si mesmo. A intenção, no entanto, não é apresentar respostas ou soluções definitivas, mas levantar reflexões sobre a colonialidade do poder enraizada nas estruturas das sociedades quando se trata da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de modo geral, e da Cooperação Sul-Sul em específico, e estabelecer um diálogo entre as Relações Internacionais e as perspectivas do Bem-Viver e do *Ubuntu* enquanto princípios alternativos ao desenvolvimento.

De acordo com Gudynas (2016), o debate sobre desenvolvimento é aberto e resistente na literatura, enquanto alguns autores defendem sua forma “convencional”, centrada no viés econômico, outros sustentam suas variações, também denominadas como “desenvolvimentos

alternativos”, para se aproximar das questões sociais e ambientais. No entanto, o argumento defendido neste trabalho é que ambas as discussões recaem sobre a natureza ideológica deste conceito e suas raízes coloniais.

Segundo Miriam Lang (2016, p. 27), a ideia de desenvolvimento nos foi vendida ao longo dos anos como a “essência da qualidade de vida”, cujas condições para o bem-estar estão baseadas na renda e na aquisição de bens materiais. Nos países da América Latina, tanto os governos de direita quanto os de esquerda, apoiam programas extrativistas que impactam a natureza e mantêm o sistema capitalista funcionando. Contudo, o aumento persistente das desigualdades e da extrema pobreza, evidencia que a ênfase no crescimento econômico não é suficiente para solucionar os problemas dos países do Sul, criando pressões por mudanças nas agendas nacionais e internacionais de desenvolvimento. Apesar disso, Lang (2016) defende que

Não há desenvolvimento diferente, sustentável, equitativo, inclusivo, porque a própria noção de desenvolvimento contradiz os conceitos de sustentabilidade, de equidade, de inclusão. Não se trata de apostar em ‘desenvolvimentos’ alternativos, e sim de construir alternativas ao desenvolvimento, rechaçando, como ponto de partida o rótulo de ‘subdesenvolvidos’; e reconhecendo, recuperando os próprios saberes e as múltiplas cosmovisões que existem - **reconstruir uma diversidade de modos de vida no campo e nas cidades** (LANG, 2016, p. 27, grifo nosso).

Nesse sentido Cusicanqui (2010), afirma que são necessárias análises holísticas sobre a exclusão e a discriminação enraizada nos discursos sobre desenvolvimento, pois estes não consideram a mudança das estruturas que mantêm a hegemonia do sistema capitalista, e sim, promovem a reinvenção e reprodução de ações colonizadoras. Dessa forma, as alternativas ao desenvolvimento propõem novos marcos conceituais para superar o paradigma da modernidade, da civilização e do progresso. Em outras palavras, Cusicanqui (2010) afirma que as alternativas ao desenvolvimento devem ser construídas por múltiplas vozes e estar baseadas no sentido que as pessoas dão para a vida. Além disso, elas devem ser multiculturais e despatriarcalizadoras para que realmente haja transformação (BARRAGÁN, 2016; CUSICANQUI, 2010). Portanto, há de se considerar a descolonização do debate, resgatar a sabedoria dos povos indígenas e romper com a dominação ocidental visibilizando outros saberes, relações sociais, modos de vida e de organização social (GUDYNAS, 2016).

Dentre as possibilidades alternativas ao desenvolvimento, as perspectivas do Bem-Viver e o *Ubuntu* nos provocam a refletir sobre a base constitutiva da Cooperação Sul-Sul, isto é, seus princípios, processos e objetivos, tendo em vista que esta modalidade da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento origina-se dos ideários de solidariedade e horizontalidade promovidos pelo Sul global, mas tem apresentado contradições práticas que

abranchem as relações sociais nas estruturas do Estado, nas organizações internacionais e nas políticas públicas (LANDER, 2016).

Gudynas (2016) e Ramose (2009), consideram que o Bem-Viver e o *Ubuntu* oferecem “ensaios” para construirmos novos sistemas sociais e econômicos críticos à modernidade e à globalização, pois são perspectivas de resistência fundamentadas na vivência comunitária, na interdependência entre os seres-humanos e entre o ser-humano e a natureza (CAIXETA, 2021). A origem do termo *Ubuntu* encontra-se na zona linguística *banto* ou *bantu*, cuja ideia central é a valorização da existência humana e a comunalidade das relações sociais. Trata-se de uma filosofia africana que orienta os princípios organizacionais e políticos de algumas sociedades da região por meio da cooperação, da solidariedade, do respeito e do reconhecimento do Outro (RAMOSE, 2009).

Nas palavras de Desmond Tutu²⁵, *Ubuntu* significa

A essência do ser-humano, um ser solitário, é uma contradição em termos. Eu não posso ser um ser-humano sozinho. Eu não saberia como falar como um ser-humano, eu não saberia pensar como um ser-humano, eu não saberia andar como um ser-humano, eu tenho que aprender com outros seres humanos, como ser-humano. E então o *Ubuntu* diz: minha humanidade está conectada à sua, **eu sou só porque você é** (Desmond Tutu, *Ubuntu: the essence of being human*, 2013, grifo nosso)

Diante do exposto, é importante mencionar que o *Ubuntu*, assim como o Bem-Viver, não nega a existência de conflitos, mas rejeita a violência, a discriminação e a desumanização (RAMOSE, 2009). Sendo assim, o conceito questiona as lógicas excludentes e racistas promovidas pela racionalidade e pelo universalismo ocidental, e sobre as quais as instituições, leis e políticas do mundo “moderno” ocidental se construíram. Nesse caso, Ramose (2009) questiona que a universalidade proposta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, não abrange populações do Sul global cujos direitos básicos para sobrevivência (e o próprio direito à vida), são negligenciados durante séculos, o que implica em mais um “problema de justiça” derivado da subordinação da vida humana à “lucratividade irracional” (RAMOSE, 2009).

Ramose (2009) define o *Ubuntu* como uma filosofia de direitos humanos baseada em duas teses principais: *i) Motho ke motho ka batho*, que considera que a nossa humanidade se afirma a partir do reconhecimento do outro e que “desrespeitar o outro é como desrespeitar a si próprio” e *ii) Feta kgomo o tshware motho*, que pressupõe que a proteção da vida deve ser sempre priorizada no lugar da acumulação de riquezas, ou seja, “o ser humano individual deve ser encarado não apenas como um provedor de valores, mas como o valor básico e

²⁵Arcebispo anglicano da África do Sul, ativista dos direitos humanos e reconhecido com o Prêmio Nobel da Paz. Entrevista disponível na íntegra em: <https://www.youtube.com/watch?v=44xbZ8MN1uk>

principal entre todos os valores” (RAMOSE, 2009, p. 171), logo, uma sociedade fundamentada em princípios contrários estará fadada a conflitos, à guerra e à instabilidade (RAMOSE, 2009).

Ainda, em termos culturais, são perspectivas que valorizam o multiculturalismo e prezam pela interculturalidade das ações políticas. Conforme alerta Falola (2020), a cultura é um elemento utilizado pelas estruturas de poder para justificar tradições, comportamentos, conceitos etc. Assim, é essencial olharmos para o contexto e as narrativas que se constroem a partir deles. No caso da África, existe uma estrita relação entre as intervenções estrangeiras e a formação das identidades culturais no continente com a forte presença das organizações internacionais por meio de projetos de desenvolvimento e de ajuda humanitária, o que se difere dos impactos do desenvolvimento no contexto da América Latina.

Este fator é importante, pois reforça a lógica do colonialismo interno no Sul global e nos permite compreender a relação entre o *Ubuntu* e o Bem Viver. Em primeiro lugar, observa-se que tais visões partem de um ponto em comum: a valorização da humanidade e das relações comunais. No entanto, o conceito de Bem Viver enfatiza a convivência harmoniosa entre os seres humanos e a natureza, colocando a natureza e o ser humano como partes intrínsecas de si. Acosta (2016) define o Bem-Viver como uma

proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementaridade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso, o Bem-Viver, uma ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para a formulação de visões alternativas de vida (ACOSTA, 2016, p. 33).

Segundo Acosta (2016, p.104), no Bem-Viver, o ser humano “se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos como parte integrante da Natureza”, é uma forma de resistência e enfrentamento à colonialidade do poder, que se opõe ao desenvolvimento e suas alternativas. Nesse sentido, a reflexão que se sugere é que tipo de civilização e modos de vida pretendemos com o desenvolvimento? O Bem-Viver é uma oportunidade para repensarmos as formas de produção e consumo inseridas pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, o conceito não nega a ciência e os importantes avanços da tecnologia, mas questiona a quem ela favorece e os motivos por trás do progresso tecnológico, que giram em torno do capital e da mercantilização (ACOSTA, 2016).

Dessa forma, o Bem-Viver reivindica uma ciência não excludente, contesta políticas extrativistas, valorizando saberes e vivências locais, ações territorializadas, a autogestão e a autossuficiência das comunidades. No desenvolvimento capitalista, o que é colocado em prática é a imposição do conhecimento e de técnicas ocidentais, portanto, o Bem-Viver

assume também uma função descolonizadora em nível político, científico, econômico e cultural. Diante disso, o Estado, enquanto promotor de políticas públicas, possui a responsabilidade de promover a interculturalidade dos povos indígenas em suas ações, o que requer reeditar a própria democracia (ACOSTA, 2016).

Na Bolívia e no Equador esse movimento acontece por meio da implementação de um Estado Plurinacional que reconhece, juridicamente, diferentes nacionalidades existentes no território nacional. O Bem-Viver insere-se nas constituições de ambos os países, incluindo a Natureza enquanto sujeito de direitos. Todavia, ainda preocupa a retórica e a cooptação do termo para interesses políticos, além dos embates entre governantes, já que seu sentido ameaça os privilégios e a hierarquia de elites políticas (LANG, 2016; ACOSTA, 2016).

De modo geral, pode-se afirmar que o Bem-Viver e o *Ubuntu* dialogam mobilizando lutas, histórias e experiências locais como resistência ao modo de vida ocidental. No âmbito da gestão pública brasileira, as discussões sobre estes conceitos são incipientes e geralmente se restringem às universidades ou às reivindicações de movimentos populares como a Marcha das Margaridas²⁶ em defesa da agroecologia e dos direitos das mulheres do campo (CUSICANQUI, 2010; LANG, 2016). Nesse sentido, a leitura de Santos (2015) sobre a pluralidade das relações de convivência e de transformação dos elementos da natureza, nos ajuda a entender a lógica central do Bem-Viver e do *Ubuntu*. Segundo o autor, a chave para superação das desigualdades está na “relação respeitosa, orgânica e biointerativa com todos os elementos vitais” (SANTOS, 2015, p. 90). A partir do exposto, apresentamos, a seguir, os elementos que surgem das lutas camponesas e a dinâmica dos projetos brasileiros de Cooperação Sul-Sul em agricultura.

1.2.3. A luta camponesa e a agricultura familiar no Brasil

Vimos que a ascensão do capitalismo só foi possível através de um processo de escravização e silenciamento das populações não-europeias, e não como uma evolução natural e linear das sociedades, ou seja, entende-se que esse sistema opera pela lógica colonial, da cooptação, a partir da construção de hierarquias e transformação das relações sociais por meio do racismo, da patriarcalização e da estratificação social (ANIEVAS, 2015; FEDERICI, 2020). Nesse sentido, quando analiso as implicações do capitalismo e do colonialismo no contexto rural latinoamericano, reforço que as populações indígenas,

²⁶Movimento de mobilização e resistência das mulheres trabalhadoras rurais do Brasil contra as diferentes formas de opressão no campo e em defesa dos seus direitos e modos de vida. Em 2023, a Marcha teve o lema: Pela reconstrução do Brasil e pelo Bem Viver. Para mais informações sobre os eixos políticos, ver: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=homepage>

ribeirinhas, quilombolas e camponesas devem estar inseridas no centro do debate, não só para resgate da história de violência e opressão, mas para amplificar suas formas existir, produzir e viver em coletivo que, por natureza, são diversas e sustentáveis, mas seguem sendo negadas em função de projetos “civilizatórios”, “modernos”, desenvolvimentistas e de um modelo econômico extrativista que altera as dinâmicas sociais pré-existentes.

Dessa forma, a história do campesinato e da agricultura familiar no Brasil pode ser lida como mais uma forma de luta contra as violências e exploração provocadas por um sistema que transforma as pessoas e a natureza em mercadorias. Na América Latina, a colonização alterou a prática milenar da agricultura escravizando indígenas e africanos para atender as demandas do mercado internacional. As consequências desse processo, no entanto, são heterogêneas em cada país, mas interessa observar como os paradigmas do capitalismo e do desenvolvimento estabeleceram a agricultura camponesa como atrasada e distante da sociedade moderna (WANDERLEY, 2014).

Assim, para entendermos os elementos que deram as bases para o conceito da agricultura familiar, é importante contextualizar o campesinato e as lutas pela preservação dos modos de vida comunais, solidários e sustentáveis que baseados na agroecologia e na soberania alimentar. No Brasil, os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) são resultado de reivindicações em defesa do direito à terra e acesso a serviços básicos e por mudanças estruturais na sociedade (WANDERLEY, 2014; SABOURIN, 2009).

Além do trabalho de base familiar e da troca de conhecimentos por gerações, o campesinato tem a reciprocidade e o reconhecimento como valores que orientam a produção para a cooperação e uso coletivo dos bens comuns. Todavia, na região do semiárido brasileiro, a atividade produtiva inserida no período colonial foi a pecuária, o cultivo da cana-de-açúcar no litoral e a expansão da cultura do algodão pelo interior dos estados. Nesse contexto, a questão agrária tornou-se um espaço de grandes disputas e violências contra comunidades locais, impondo aos camponeses uma posição subalterna na sociedade em todo o país (WANDERLEY, 2014; SABOURIN, 2009).

Por outro lado, nos anos 1960, as ligas camponesas e os movimentos sociais tiveram um papel fundamental nas lutas pela terra e em defesa dos trabalhadores rurais, mesmo diante das fortes repressões das elites latifundiárias chanceladas pelo Estado durante a ditadura militar. Após a redemocratização em 1985, os movimentos sociais rurais contribuíram para a incidência do debate público sobre a expropriação das terras e o lugar social imposto aos camponeses, ampliaram-se os movimentos de luta pela reforma agrária, em defesa da

agricultura familiar, da soberania alimentar e para a criação de legislações sobre o uso da terra e de políticas nacionais de apoio aos pequenos produtores (WANDERLEY, 2014).

No entanto, é importante mencionar a diferença entre o campesinato e a agricultura familiar. Segundo Wanderley (2014), a modernização do campo alterou a noção de tempo para as comunidades locais, inserindo a perspectiva industrial e técnicas de produção desassociadas do campesinato. Assim, o termo pequenos produtores foi utilizado como forma de abranger aqueles que mantinham a tradição familiar mas, diferente do campesinato, se adaptaram às demandas do Estado e do mercado, que é o caso da agricultura familiar, conceito difundido no Brasil com a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996, instituído pela Resolução Nº 2.191/1995. Em outras palavras, ainda que a agricultura familiar seja um conceito com diversas significações e um debate amplo na literatura, pode-se afirmar que ela se difere do campesinato em suas formas de produção e relações sociais (WANDERLEY, 2014).

A nível regional e internacional, Sabourin e Grisa (2018) chamam a atenção para o nível de articulação da agricultura familiar e camponesa entre os países latinoamericanos considerando as inúmeras demandas por políticas públicas e cooperação. Para isso, a incidência da sociedade civil no debate aparece como incentivo às possibilidades de integração, pois contribuem com a difusão de ideias e com o intercâmbio de experiências. Um marco importante para a cooperação regional foi a construção da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul, fórum de diálogo continental sobre a agricultura familiar que permite a participação de organizações sociais e apresenta possibilidades de avanço em participação, cooperação, descentralização e horizontalidade, já que a cooperação internacional na América Latina possui grandes expressões no agronegócio.

Nesse contexto de ação coletiva, as demandas locais ocuparam espaço, ainda que pequeno, em fóruns e agendas globais para o setor agrícola, inclusive em projetos de Cooperação para o Desenvolvimento. Em meio às particularidades de cada movimento social, a crítica ao desenvolvimento capitalista e aos empreendimentos extrativistas, a defesa da terra, da soberania alimentar e dos modos de vida locais, são um ponto de encontro em comum e uma forma de resistência. Logo, estas perspectivas reforçam a necessidade de novos horizontes para alcance da justiça social e redução das desigualdades, de uma estrutura que aproxime a sociedade civil dos debates sobre política pública e instâncias institucionais que garantam a participação social (PINO, 2014b).

1.3. COOPERAÇÃO SUL-SUL: TRAJETÓRIA, MODELOS E NARRATIVAS

A Cooperação Sul-Sul surge em um contexto de mudanças na geopolítica global, marcadas pelo fim da Segunda Guerra Mundial (1937-1945) e pela conjuntura da Guerra Fria (1947-1991), com transformações na estrutura do Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ao longo do século XX. Nesse cenário, destacamos o aprofundamento das relações entre os países do Sul global, os principais eventos e narrativas que implicaram na construção de outras modalidades de cooperação além da tradicional Norte-Sul, e a posição assumida pelo Brasil nesta agenda.

No imediato pós-guerra, a noção de desenvolvimento que prevalecia no Sistema Internacional estava associada ao crescimento econômico e à industrialização. Dessa forma, uma das primeiras práticas de cooperação para o desenvolvimento ocorreu com a criação do Plano Marshall (1947), com o objetivo de transferir recursos e tecnologias para reestruturação econômica dos países afetados pela guerra e conter o avanço do bloco comunista. Sendo assim, durante esse período, além das ambições materiais, o Plano Marshall contribuiu para a construção de uma narrativa positiva sobre a “ajuda” ao desenvolvimento promovida pelos países Norte Global (BLANCO; DELGADO, 2021; PESSINA, 2017).

Nessa época, também foram criadas as primeiras organizações internacionais para promoção da paz e da “estabilidade” internacional, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (SOUZA 2014; PESSINA, 2017). Diante disso, o Plano Marshall foi importante para moldar a atuação dos Estados em relação à cooperação para o desenvolvimento após o início da Guerra Fria e estabelecimento da nova ordem bipolar, a cooperação tornou-se, assim, um instrumento estratégico para manutenção do poder e da posição hierárquica das grandes potências (BLANCO; DELGADO, 2021; PESSINA, 2017).

Todavia, a década de 1950 data um período de contestações por parte das nações recém-independentes da África e da Ásia em relação às intervenções externas implementadas em nome do desenvolvimento. Em 1955, ocorre a primeira Conferência Afro-Asiática em Bandung, na Indonésia, onde os líderes do continente africano e asiático se reuniram e pressionaram o Norte Global em relação aos impactos da colonização, o *modus operandi*

hegemônico das superpotências e a persistente desigualdade entre os centros de poder e as periferias (REIS, RESENDE, 2019; AMÍN, 2017).

Dessa forma, a Conferência de Bandung teve um grande impacto político para a inserção desses países em espaços internacionais de diálogo e para o avanço na agenda da cooperação para o desenvolvimento nos anos seguintes (Souza, 2014). Bandung provocou o modelo de desenvolvimento do ocidente e o enfoque dado ao embate Leste/Oeste da Guerra Fria, trazendo a discussão para as assimetrias entre o Norte e o Sul global. Outro fator inédito da Conferência, foi a inclusão do princípio da solidariedade entre os povos como referência para a formulação de novas agendas e parcerias políticas de cunho Sul-Sul, desafiando novamente a “estabilidade” das superpotências (REIS; RESENDE, 2019).

Reis e Resende (2019) mencionam que, na visão do historiador africano Joseph Ki-Zerbo, a Conferência de Bandung também foi um marco de “solidariedade racial”, pois foi o resultado da parceria coletiva entre atores raciais. Essa parceria não só representou um momento histórico em que os países da África e da Ásia exigiram autonomia para decidir sobre seus próprios caminhos, como abriu possibilidades para sua atuação nesse sistema. Como resultado, foram publicados os “dez princípios de Bandung” com base na Carta das Nações Unidas²⁷. Por outro lado, as diferenças internas entre os povos afro-asiáticos acarretavam uma percepção de instabilidade e as alianças Sul-Sul pareciam frágeis frente à comunidade internacional (REIS; RESENDE, 2019).

De toda forma, para Prashad (2012), a Conferência de Bandung foi o ponto de partida para a construção de um “Projeto do Sul” que almejava voz e influência no Sistema Internacional, impulsionando a necessidade de revisão da cooperação tradicional promovida pelo Norte Global. Segundo o autor, “se olharmos para o sistema, descobriremos que seus problemas não são técnicos, nem culturais, são problemas sociais que exigem soluções políticas” (PRASHAD, 2012, p.52). Esta afirmação resgata a violência colonial vivenciada pelos países do Sul global e minimizada nos debates sobre desenvolvimento.

Nos anos seguintes, o princípio da solidariedade Sul-Sul ultrapassa o eixo afro-asiático e chega na política internacional da América Latina (AMÍN, 2017). No entanto, os países do Norte seguem como os principais responsáveis por coordenar as iniciativas de cooperação para o desenvolvimento. Logo, observar as décadas de 1960 e 1970 será importante para entendermos a dinâmica e os fenômenos que formaram a estrutura do Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento.

²⁷Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>

Em 1960, foram criados os primeiros órgãos oficiais que estabeleciam os meios de financiamento e as características da cooperação internacional, são eles, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seu Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). A OCDE foi uma propulsora de reformas estruturais para a economia mundial, enquanto o CAD ficou responsável por coordenar as diretrizes, recursos e ações da cooperação, criando outra dicotomia para diferenciar os países do Norte Global (doadores de cooperação) e os países do Sul (receptores ou recipiendários). Além disso, ambos os órgãos baseiam-se em perspectivas tecnocráticas para legitimar a neutralidade e a cientificidade das intervenções (BLANCO; DELGADO, 2021; PESSINA, 2017).

Nessa conjuntura, a cooperação internacional era implementada mediante a imposição de condicionalidades aos países receptores como a necessidade de abertura comercial e reformas econômicas (SOUZA, 2014; BLANCO; DELGADO, 2021; PESSINA, 2017). Na década de 1970, em razão da crise financeira internacional, as críticas da teoria da dependência e o discurso da integração regional conduziram as ações de desenvolvimento a um enfoque orientado para as necessidades humanas básicas e combate à pobreza. Por outro lado, as crises econômicas redefiniram o papel do Estado em relação aos gastos públicos e o mercado tornou-se o principal ator de promoção do desenvolvimento, restringindo a participação estatal para o apoio à implementação de projetos de infraestrutura com o objetivo de aumentar os investimentos externos na região, a maioria deles, financiados por agências internacionais e empresas extrativistas (RIBEIRO; MELO, 2016).

No entanto, os impactos sociais e ambientais negativos dos projetos de integração, começaram a ser questionados por movimentos sociais em razão das consequências à diversidade territorial, culturas e identidades das populações locais, e por reproduzir a mesma lógica colonial que provocou o genocídio dos povos indígenas na região. No âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, este debate incidiu sobre a natureza vertical da cooperação que mantém as relações de dominação sobre o Sul global, impulsionando novas narrativas e políticas para a agenda de desenvolvimento internacional, sobretudo em direção à uma cooperação horizontal sem condicionalidades (BLANCO; DELGADO, 2021; RIBEIRO; MELO, 2016; PESSINA, 2017).

Dessa forma, o ano de 1978, data a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), em Buenos Aires, Argentina, mais tarde nomeada Cooperação Sul-Sul. Ao final da Conferência, 138 países assinaram o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) para a cooperação técnica, o qual estabelecia a participação igual e soberana de todos os países signatários, o respeito à soberania nacional, a

não-interferência, a igualdade de direitos e a possibilidade de parcerias trilaterais (Mawdsley, 2019; Cabana, 2014). A Conferência ainda promoveu mudanças conceituais importantes no marco da Cooperação Sul-Sul como a substituição do termo “ajuda” para “cooperação” e “doador” ou “receptor” para “parceiros” de cooperação.

Para Medina (2019, p.15), a Cooperação Sul-Sul pode ser definida como “relações e intercâmbio cooperativo e complementar com objetivos de desenvolvimento entre atores do Sul, fundamentada na identificação prévia de necessidades consensuadas que levam a formulação de objetivos comuns entre as partes.” Nesse sentido, o PABA representou o comprometimento dos países em seguir com os princípios de horizontalidade e solidariedade consensuados em Bandung para construir projetos de Cooperação Sul-Sul (MEDINA, 2019).

No entanto, para alguns autores, a Cooperação Sul-Sul representa apenas um mecanismo complementar da cooperação tradicional Norte-Sul (Souza, 2014; Mawdsley, 2019). Isso porque, como veremos adiante, existem contradições teóricas e práticas que distanciam a Cooperação Sul-Sul do ideário do Sul global (PESSINA, 2017; MEDINA, 2019). Segundo Caixeta (2021), uma cooperação entre países do Sul deve contribuir para o pensamento descolonial, assim como esta vertente deve contribuir para uma Cooperação Sul-Sul de enfrentamento à colonialidade presente nas estruturas da sociedade.

Entre os anos de 1970 e 1980, os países do Sul global passaram não só a receber projetos de Cooperação Sul-Sul, mas a promover iniciativas incluindo atores não governamentais e novas fontes de recursos. Contudo, observa-se que, embora alguns eventos internacionais contribuíram para regulamentar a execução dos projetos, não há um marco normativo e institucional abrangente para esta modalidade. De modo geral, os marcos normativos são considerados como as próprias constituições nacionais, regulamentos, leis, acordos de cooperação e memorandos de entendimento assinados entre as partes. Já em termos institucionais, destacamos a criação da ONU e da Organização das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e, no caso da América Latina, a CEPAL, o Sistema Econômico Latinoamericano, a Secretaria-Geral Iberoamericana (SEGIB) e o Programa Iberoamericano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) (MEDINA, 2019).

No entanto, na década de 1980, a Cooperação Sul-Sul sofre um resfriamento em razão da recessão econômica na região, sendo novamente preterida pela Cooperação Norte-Sul (Souza, 2014). Por outro lado, em 1990, o projeto neoliberal para o desenvolvimento também não prosperou e a agenda de desenvolvimento internacional é novamente revisitada inserindo temas como a democracia, direitos humanos, meio ambiente e participação da sociedade civil (PESSINA, 2017; SOUZA, 2014). Dessa forma, o início do século XXI, marca o

ressurgimento e o auge da Cooperação Sul-Sul no que se refere diversificação de atores, setores de atuação, financiamento, e a difusão de metodologias do CAD e de organizações internacionais por meio da modalidade Trilateral (MEDINA, 2019).

No Brasil, a Cooperação Sul-Sul assume um caráter estruturante que prioriza a dimensão técnica. Na subseção a seguir, aprofundaremos sobre esta agenda no século atual considerando a inserção e o protagonismo do país com foco nos projetos de Cooperação Sul-Sul Trilateral para a área da agricultura.

1.3.1. O século XXI e a inserção do Brasil na Cooperação Sul-Sul

As primeiras décadas do século XXI compreendem eventos importantes para o paradigma do desenvolvimento e, em consequência, para a agenda da Cooperação Sul-Sul, são eles, a Cúpula do Milênio das Nações Unidas em 2000 com o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, com redução do orçamento dos ODM e priorização da segurança internacional, e a publicação da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda²⁸ em 2005, sobre a necessidade de melhorar a distribuição dos recursos para eficácia da cooperação. Nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, aumentaram as apostas na cooperação horizontal frente aos ajustes econômicos adotados pelo Norte Global, e as modalidades de cooperação foram diversificadas durante a Conferência de Alto Nível sobre a Cooperação Sul-Sul, em Nairóbi, que reinseriu a Cooperação Trilateral, ou Triangular, no debate (PINO, 2013).

Nesse contexto, o lançamento da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2000 significa um marco importante para a discussão sobre projetos desenvolvimentistas na região (VITALE, 2016). Conforme abordado anteriormente, o projeto neoliberal que avançou na América Latina em 1980 e 1990, condicionou a implementação de projetos de infraestrutura financiados por grandes empresas internacionais extrativistas. No caso da IIRSA, existem sérias críticas sobre os processos de implementação da iniciativa em relação ao uso dos recursos naturais e a exclusão das pessoas diretamente afetadas pelo projeto (MEDINA, 2019).

“[...] o que temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população.” (OSÓRIO, 2012, p. 104 apud VITALE, 2016, p.18).

²⁸Disponível em: <https://www.oecd.org/development/effectiveness/38604403.pdf>

Ribeiro e Melo (2016) argumentam que

“Nesses espaços de integração, de maior densidade técnico-informacional, capitais, investimentos, transportes, normas, presença estatal, máquinas, luzes da cidade e do **denominado desenvolvimento, “espaços luminosos”**, nos termos de Milton Santos (2002), inscreveram-se também **espaços vazios, omitidos, ignorados pelo Estado. “Espaços opacos”** que dizem respeito aos **modos originários de vida e resistem ao abandono e à exterminação em meio aos espaços hipermodernizados** (RIBEIRO; MELO, 2016, p. 13-14).

Apesar da IIRSA consolidar-se como um projeto de integração regional, os impactos provocados pela sua implementação revelam aspectos importantes para entender os objetivos da Cooperação Sul-Sul e como eles podem nos direcionar para determinadas situações (VITALE, 2016). Segundo a autora, a IIRSA reforça como tais iniciativas podem reproduzir o pensamento colonial em sua abordagem e objetivos. Este caso intensificou a condição de dependência do continente latinoamericano a uma suposta inovação/modernização que mantém a colonialidade do poder ao mesmo tempo em que se subjeta a ela. Além disso, a IIRSA reforça a resistência das populações indígenas contra projetos desassociados do ser-humano e da natureza, conforme questiona os paradigmas do Bem-Viver e do *Ubuntu*.

De acordo com Porto-Gonçalves (2012), desconsiderar os processos históricos significa apropriar-se da natureza e ignorar as consequências destes projetos para as populações locais. Nesse sentido, observa-se que a Cooperação Sul-Sul representa a intersecção de três dimensões: a política doméstica, a perspectiva histórica e o contexto internacional/regional. Em suma, pode-se considerar que o ressurgimento da Cooperação Sul-Sul na América Latina no século XXI está associado à onda de governos progressistas entre os anos 2000 e 2010, acompanhado da inserção das dimensões sociais e ambientais nas agendas globais de desenvolvimento e da recentralização desta agenda para o Estado (PORTO-GONÇALVES, 2012).

No Brasil, a Cooperação Sul-Sul se insere estrategicamente na política externa enquanto mecanismo de diversificação de parcerias e fortalecimento do multilateralismo pela participação ativa em agendas globais. O país tornou-se um dos grandes protagonistas regionais desta modalidade sob a administração do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) e Lula (2003-2010) com enfoque em projetos para a África e América Latina. De modo geral, as iniciativas possuem objetivos relacionados às capacidades institucionais dos setores selecionados, potencializando a inserção de instituições brasileiras nestes segmentos e parcerias com organizações internacionais (BUENO, 2018; PESSINA 2017).

Por outro lado, desde o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), iniciou-se um período de redução nos incentivos da cooperação para o desenvolvimento, acentuado pela

crise política e econômica do país em 2014 e que se estendeu ao longo dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2018-2022). Em relação ao último governo, é importante destacar que a eleição de Bolsonaro não significou apenas uma alteração de prioridades na agenda do país, mas uma tentativa de redirecionamento político ao populismo da extrema direita, à promoção de discursos negacionistas, ao desmantelamento de instituições e à extinção de políticas públicas internacionalmente reconhecidas pelo combate à fome.

Embora as pesquisas sobre a relação do governo Bolsonaro e a Cooperação Sul-Sul ainda sejam muito recentes, é possível observar que além da mudança brusca nos objetivos e discursos da política externa brasileira, houve um arrefecimento das relações Sul-Sul e do protagonismo do Brasil em fóruns multilaterais, grande parte em razão do posicionamento negacionista do governo federal sobre a ciência, mudanças climáticas, e da (não) gestão da crise sanitária e social durante a pandemia de Covid-19 (2020-2021).

Dessa forma, Cunha Filho (2019) observa que a trajetória da Cooperação Sul-Sul brasileira não foi acompanhada de reformas institucionais ou de um quadro regulatório que ampare a agenda, o que provoca fragilidades para estabelecer um debate profundo com a sociedade civil e aumenta cada vez mais a dependência aos interesses políticos domésticos, ou seja, há uma lacuna normativa e jurídica no país em termos de Cooperação Sul-Sul, característica comum entre os países do Sul global, considerada como um dos pontos que torna a Cooperação Sul-Sul vulnerável às mudanças de governo (CUNHA FILHO, 2019).

Segundo Suyama, Caixeta e Macedo (2018), a cooperação para o desenvolvimento foi inserida no Brasil com base no arranjo institucional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse sentido, a modalidade Sul-Sul foi amparada pelo Acordo Básico de Assistência Técnica, criado em 1964 e assinado em parceria com o PNUD, e pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em 1978 no Ministério das Relações Exteriores, órgão oficial que gerencia todo o ciclo dos projetos de cooperação internacional promovidos pelo país (MEDINA, 2019; ABC, 2022).

Dentre as características da cooperação brasileira, destaca-se sua orientação por demanda, isto quer dizer que os países solicitam apoio ao Brasil e que a ABC possui um papel fundamental para divulgar as possibilidades de cooperação e mediar negociações. Devido ao caráter técnico e estruturante, os funcionários responsáveis pela execução dos projetos geralmente são cedidos pelas instituições brasileiras cooperantes, a exemplo dos técnicos da Embrapa que atuam como pontos focais da Cooperação Sul-Sul em algodão nos projetos *Cotton-4* e *Cotton-4 + Togo* na África, e no projeto *Mais Algodão*, na América

Latina. Já a relação da ABC e das instituições cooperantes com a sociedade civil, ocorre mediante uma participação mais consultiva e pontual (MEDINA, 2019; ABC, 2022).

As regiões priorizadas pelo Brasil são a África, América Latina e Caribe, com destaque para as áreas da saúde, agricultura e educação. Nesse sentido, a ABC atua em quatro setores estratégicos: i) social; ii) econômico/infraestrutura; iii) fortalecimento institucional e iv) ambiental/gestão de desastres naturais (MEDINA, 2019). Para fins desta dissertação, é importante contextualizar que o fortalecimento institucional se refere às trocas de experiências, conhecimentos e técnicas para o aprimoramento da gestão pública, apoio à formulação de políticas públicas, proteção dos direitos humanos, segurança e defesa nacional dos países parceiros. Já a área ambiental, concentra-se em projetos para o setor agropecuário associados ao compartilhamento de técnicas de cultivo, promoção de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), mecanismos de acesso ao mercado e mitigação de riscos. A Cooperação Sul-Sul em agricultura geralmente abrange pequenos produtores da agricultura familiar e ações para geração de renda, segurança alimentar e nutricional das famílias (MEDINA, 2019; PINO, 2014b; CUNHA FILHO, 2019).

Até 2015, houve um crescimento expressivo no orçamento destinado aos projetos de Cooperação Sul-Sul Trilateral do Brasil (CUNHA FILHO, 2019). De acordo com Pino (2014b), este aumento pode ser considerado como forma de autopromoção do país por meio da política externa, uma vez que a Cooperação Sul-Sul Trilateral tem sido utilizada tanto como estratégia para ampliação de recursos e áreas geográficas de atuação, quanto para difusão de políticas públicas nacionais. Em 2015, dentre os problemas identificados na avaliação dos objetivos da Declaração do Milênio, foi observado que os ODM não contemplavam a realidade socioeconômica do Sul global e que pouco se avançou na superação de problemas estruturais. No mesmo ano, foi elaborada a Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que contou com representantes da sociedade civil para a construção de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com o propósito de ser um agenda “integrada, universal e indivisível” centrada em cinco pilares: pessoas, prosperidade, planeta, paz e parcerias (MEDINA, 2019).

De acordo com Emma Mawdsley (2019), a Agenda 2030 e a ascensão da Cooperação Sul-Sul expandiu as complexidades inerentes ao aumento das parcerias e do volume de recursos, o que, para alguns autores, pode comprometer a aplicabilidade dos princípios de horizontalidade, solidariedade e não interferência. Para Mawdsley (2019), o sucesso da fase expansionista da Cooperação Sul-Sul entre 2000 e 2015 resultou em uma tendência de ações mais pragmáticas e baseadas em resultados. No entanto, em 2019, durante a 2ª Conferência

das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento em comemoração aos 40 anos do Plano de Ação de Buenos Aires, os debates enfatizaram o papel da Cooperação Sul-Sul para a implementação da Agenda 2030 e o desafio em abranger todos os ODS ao mesmo tempo em que houve questionamentos sobre a inclusão de conceitos e demandas aplicáveis à Cooperação-Norte Sul, como a “efetividade do desenvolvimento”, e a dificuldade da Cooperação Sul-Sul impulsionar o acesso do Sul global ao comércio internacional (CAIXETA; MORASSO, 2021).

1.3.2. O sistema ONU e a participação da FAO em projetos de cooperação técnica

Diante do exposto, observa-se que as dinâmicas para ascensão e consolidação da Cooperação Sul-Sul no século XXI foram e seguem apoiadas em marcos institucionais promovidos pelo sistema ONU enquanto uma oportunidade de formação de alianças estratégicas alinhadas aos objetivos de cooperação dos países do Sul global. A estrutura organizacional deste sistema é composta por uma Assembleia Geral, um Secretariado Geral, um Conselho de Segurança, um Conselho Econômico e Social (ECOSOC), um Tribunal Internacional de Justiça e agências especializadas como a OMS, FAO, UNESCO, UNICEF, UNOSSC etc. (SOUZA, 2014; LANIADO, 2016; MILHORANCE, SOULE-KOHNDU, 2017).

Tratam-se de atores que possuem forte influência sobre a criação de normas, diretrizes, acordos, metodologias, blocos, fóruns e estratégias para os programas de Cooperação Sul-Sul, além de influenciarem as discussões referentes ao desenvolvimento. O sistema ONU é caracterizado por sua grande capacidade adaptativa às agendas globais e de resistir a reformas e normas que fogem de seu interesse. Nesse sentido, a Cooperação Sul-Sul representa um instrumento estratégico para que suas agências cumpram com seus objetivos nos países do Sul global e influenciem o comportamento dos atores envolvidos (SOUZA, 2014; LANIADO, 2016; MILHORANCE, SOULE-KOHNDU, 2017).

Logo, a capacidade de mobilização política da ONU tem permitido impulsionar novos atores para a Cooperação Sul-Sul e difundir outros debates no Sistema Internacional como a narrativa da horizontalidade e descentralização da prática da cooperação. Diante disso, a FAO se estabelece como uma agência influente para promover parcerias estratégicas e negociações que reafirmam, com maior persuasão, o papel do Sul global em temas de combate à fome e erradicação da pobreza rural. Todavia, há de se considerar que a organização segue uma lógica racional-legal na tentativa de “neutralizar, pragmatizar e despolitizar” suas ações, a agricultura sustentável, por exemplo, é definida como aquela que consegue garantir às

gerações futuras, as capacidades de suprir as necessidades produtivas e a qualidade de vida, considerando a viabilidade econômica, a preservação do meio ambiente, os saberes tradicionais dos pequenos produtores e a segurança alimentar, tema que pouco avançou no cumprimento das metas nas agendas globais de desenvolvimento (MILHORANCE; SOULE-KOHNDU, 2017).

Sendo assim, atores sociais têm questionado o papel das organizações internacionais na Cooperação Sul-Sul e a retórica desenvolvimentista, pressionado adaptações em termos organizacionais e conceituais uma vez que a FAO se apresenta como um “parceiro multilateral” que conseguiu impulsionar o debate da agricultura familiar e estabelecer fóruns de diálogo próprios para o tema como o Programa Mundial de Alimentos (PMA). No Brasil, as pressões voltam-se para uma reforma na FAO com a inclusão da colaboração com a sociedade civil e dos temas de proteção e participação social no desenho e implementação das iniciativas para a agricultura familiar (MILHORANCE, C; SOULE-KOHNDU, F, 2017).

Durante a pandemia de Covid-19, ficou evidente a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar e nutricional das sociedades em todo o mundo, sobretudo das populações mais vulneráveis. Contudo, quando se observa a narrativa utilizada pela própria FAO em relação às fragilidades enfrentadas pelos agricultores, o foco no tipo e na capacidade tecnológica que estes agricultores dispõem, reforçam uma perspectiva modernizadora do desenvolvimento enquanto um processo linear e natural, desassociada das raízes históricas do contexto rural. Nesse sentido, questionamos qual a inovação pretendida pelas organizações internacionais na prática da Cooperação Sul-Sul Trilateral em agricultura, reforçando que este conceito também deve ser definido a partir do sentido que as comunidades locais dão a ele e que inserir práticas baseadas no paradigma capitalista significa cooptar o sentido da própria sustentabilidade e torná-las insustentáveis (CAIXETA, 2021).

1.3.3. A relação Brasil-FAO em cooperação técnica

Conforme vimos nas seções anteriores, as relações Brasil-FAO não são recentes. Desde 1945, a FAO atua em atividades de cooperação técnica com o Brasil nas áreas de agricultura, nutrição e meio ambiente. Nesse contexto, iniciativas têm sido implementadas e adaptadas às conjunturas políticas e institucionais brasileiras e à tecnologia do país. A partir dos anos 2000, considerando a priorização da agenda política brasileira no combate à fome e a ascensão da Cooperação Sul-Sul na América Latina, as parcerias Brasil-FAO orientaram-se para o apoio a políticas públicas em Segurança Alimentar e Nutricional e a projetos

estruturais no setor rural, em especial para a melhoria da produtividade agrícola (CAIXETA; MORASSO, 2021).

É notório que a globalização e o avanço tecnológico transformaram as formas de produzir, acessar e transmitir a informação, fator que facilitou a difusão dos interesses e discursos das organizações internacionais. Nesse sentido, a cooperação técnica assumiu uma posição central para os interesses internacionais da FAO e do Brasil enquanto ferramenta de implementação de políticas públicas. Em 2003, os indicadores exitosos do Programa Fome Zero favoreceram o surgimento de políticas domésticas de combate à fome e parcerias internacionais. Dentre elas, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO em 2008 e a parceria com Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos em 2011 (PINO, 2014b).

No caso do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO, trata-se de um marco institucional amparado pelo Acordo Básico de Assistência Técnica assinado entre o Brasil e a ONU. Em linhas gerais, as partes reconhecem a disposição em fortalecer iniciativas de cooperação internacional nas áreas da agricultura familiar, Segurança Alimentar e Nutricional e desenvolvimento rural sustentável com base nos princípios da corresponsabilidade, apropriação dos processos, responsabilidade social e ambiental. A Comissão de Gestão do Programa, composta pelo governo brasileiro e pela FAO, é responsável por gerenciar, planejar, avaliar e monitorar os projetos²⁹ implementados nas áreas de abrangência do programa, são elas, assistência humanitária, apoio à formulação e implementação de políticas públicas, pesquisas e publicações, capacitações, treinamentos, seminários, conferências, divulgação de tecnologias, boas práticas e experiências (FAO, 2022).

É importante considerar que grande parte da população rural da América Latina tem na agricultura familiar, a principal fonte de renda e subsistência. Todavia, este é um dos setores que mais enfrenta restrições em termos de acesso a crédito, recursos para produção, insumos, serviços sociais e infraestrutura básica. Em contrapartida, no Brasil, a nomeação de José Graziano da Silva como diretor geral da FAO (2012-2015 e 2015-2019) impulsionou os interesses diplomáticos brasileiros na promoção de políticas de combate à fome com países africanos e na inclusão de instrumentos de proteção social nos projetos de cooperação técnica

²⁹Lista de projetos do Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/pt/>

internacional, orçamentos e Planos de Ação da FAO (MILHORANCE; SOULE-KOHNDU, 2017).

Ainda, entre 2013 e 2014, foram instaladas duas unidades de gestão de projetos da FAO no Brasil em parceria com governos municipais e estaduais, sociedade civil e empresas como mecanismo de descentralização, divulgação e sistematização das experiências consideradas exitosas para o desenvolvimento rural sustentável. A primeira unidade de gestão foi instalada em Curitiba para avaliação do projeto Água Boa incentivado pela Usina de Itaipu, e a segunda unidade no Instituto Nacional do Semiárido (INSA), na Paraíba, para apoiar as iniciativas regionais de fortalecimento da agricultura familiar, questões de desertificação e recuperação de áreas degradadas na Caatinga. Nesse período, também foram acordados projetos para a alimentação escolar e fortalecimento do setor algodoeiro na África e América Latina com foco na implementação de tecnologias sustentáveis, mercados inclusivos, inovação social e alianças estratégicas para a cadeia de valor do algodão nas regiões parceiras (FAO; ABC, 2022).

Entretanto, a insegurança alimentar e a pobreza rural mantêm-se como um dos principais focos de combate do Programa Brasil-FAO, explicitando que somente a técnica não é suficiente para o combate à fome. A erradicação da pobreza requer o enfrentamento das desigualdades em suas diversas formas. Observa-se, assim, um movimento da FAO para a inserção de temas sensíveis a gênero, raça, mudanças climáticas e juventude como pilares transversais dos projetos de cooperação com o Brasil junto à necessidade de uma ação intersetorial para cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com a literatura, a participação das organizações internacionais em projetos de cooperação permite maior capilaridade para a Cooperação Sul-Sul por intermediar o diálogo com outros Estados e disponibilizar recursos sobre temas especializados, porém, ainda é necessária uma reflexão sobre os limites que estas organizações oferecem em termos de políticas públicas e autonomia para as populações-alvo dos projetos (FAO, 2022a).

2. CULTIVAR NOVAS PRÁTICAS: A COOPERAÇÃO SUL-SUL BRASILEIRA EM ALGODÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar como o Brasil se insere na Cooperação Sul-Sul para o setor algodoeiro e as particularidades que emergem deste contexto na agricultura familiar. A partir da experiência brasileira no plantio do algodão agroecológico, em especial no semiárido nordestino, discute-se como essa prática é utilizada e referenciada enquanto modelo sustentável de produção nos projetos de cooperação promovidos pelo Brasil

em parceria com organizações internacionais. Em seguida, intenta-se compreender a relação entre a Cooperação Sul-Sul brasileira e a formulação de políticas públicas para agricultores/as familiares produtores/as de algodão.

A fibra do algodão possui múltiplas origens e variações de espécies que têm sido utilizadas como matéria-prima nos setores agrícola e industrial. Durante o período colonial, esta cultura tornou-se uma das principais atividades da economia colonial-capitalista produzidas por mão de obra escravizada para atender o mercado internacional. Em razão da industrialização e do avanço do setor têxtil, a planta foi transformada não só em mercadoria lucrativa para a indústria, mas como bem de consumo para os trabalhadores industriais, assim como o café e o açúcar (FEDERICI, 2019).

Diante disso, observa-se que a centralidade dada aos investimentos em tecnologias rurais para os países do Sul global reflete a imposição de uma economia primário-exportadora e extrativista nestas regiões. Portanto, quando se analisa a Cooperação Sul-Sul em algodão, identifica-se elementos paradoxos que reforçam a lógica do colonialismo interno, contribuindo para a manutenção da hierarquia de poder do agronegócio frente às atividades campesinas, da agricultura familiar, indígenas e quilombolas.

Nas décadas de 1970 e 1980, a cultura algodoeira representava para o Brasil, uma importante fonte de renda para a agricultura familiar. A expansão do cultivo do algodão no país favoreceu a fundação da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa) no final dos anos 1990 com o objetivo aumentar a produtividade e fortalecer o setor industrial por meio de grandes incentivos para a monocultura. Em 2002, o governo brasileiro e a Abrapa iniciaram um processo na OMC contra os subsídios ilegais praticados pelos Estados Unidos, uma prática que colocava os países do Sul global em desvantagem competitiva no mercado internacional. Esse caso ficou conhecido como o “contencioso do algodão” e tornou-se um marco importante para a política externa brasileira após a vitória do Brasil contra os Estados Unidos em 2013 (FAO; ABC, 2017).

O resultado do contencioso alavancou a competitividade do setor algodoeiro para o agronegócio brasileiro ao mesmo tempo em que tornou-se uma oportunidade para o país expor as assimetrias de desenvolvimento entre o Norte e o Sul global e estabelecer parcerias internacionais neste mercado. Após uma década em trâmite, o processo culminou na assinatura do Memorando de Entendimento (MdE)³⁰ para o Fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação Relativa ao Contencioso do Algodão (WT/DS267)³¹ que

³⁰Disponível em: http://www.iba-br.com/uploads/biblioteca/77_pt_br.pdf

³¹Dados retirados do documento de revisão orçamentária disponibilizados pelo MRE.

determinou o pagamento de uma indenização de 300 milhões de dólares dos Estados Unidos ao Brasil, sendo 90% do valor para o setor comercial e 10% para a ajuda ao desenvolvimento, conforme definido pela OMC (PARTICIPANTE 5, 2023).

Há de se destacar que, nas últimas décadas, em países da América Latina e da África, pequenos produtores desativaram ou reduziram o plantio de algodão devido às variações de preço, dependência de insumos externos, dificuldades de comercialização e de acesso a bens e serviços básicos, inclusive alimentos. Sendo assim, desde a primeira década dos anos 2000, a Cooperação Sul-Sul tem sido um mecanismo utilizado pelo Brasil não só para reativar e fortalecer a capacidade produtiva do algodão nestes continentes, mas para promover suas práticas nacionais em agricultura e conceber novas alianças políticas e comerciais. Em 2010, foi fundado o Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) que assumiu a responsabilidade de administrar os recursos provenientes do contencioso do algodão e as atividades estabelecidas no MdE firmado entre o Brasil e os Estados Unidos. No caso da ajuda para o desenvolvimento, o recurso foi destinado à Agência Brasileira de Cooperação para gerenciamento dos projetos de cooperação técnica (Avaliação de Meio Termo, 2018).

De acordo com Milani (2017), a agricultura é historicamente uma das áreas mais demandadas pelo continente africano em projetos de Cooperação Sul-Sul para apoio à segurança alimentar. Dentre eles, destaca-se o projeto *Cotton-4*, iniciado em 2009, antes mesmo do fim da disputa do contencioso e da fundação do IBA, por meio de acordos bilaterais com quatro países do continente africano: Benin, Burkina Faso, Chade e Mali. A primeira fase do *Cotton-4* resultou na criação de escritórios e laboratórios de pesquisa, formação de pessoas e reaproveitamento de tecnologias brasileiras para sementes, sistemas de produção e manejo de pragas. Já a segunda fase, iniciada em 2014, deu continuidade às ações incluindo a participação do Togo, com o objetivo de aprimorar a cadeia produtiva do algodão e realizar formações sobre o uso do guia de boas práticas e das Unidades de Teste e Demonstração (UTDs) (Avaliação de Meio Termo, 2018).

Segundo a Agência Brasileira de Cooperação (2021), ambos os projetos visam resultados estruturais e se destacam por inserirem o plantio do algodão consorciado a culturas alimentares como forma de contribuir com a segurança alimentar dos países parceiros. Além disso, a ABC considera que os projetos se destacam por sintetizar os princípios de horizontalidade, não-interferência, não condicionalidade e solidariedade da Cooperação Sul-Sul. O caráter estruturante se refere à promoção das condições necessárias para gerar autonomia, apropriação do conhecimento e resultados a longo prazo. No entanto, Bueno (2018) observa que tanto no projeto *Cotton-4* quanto no *Cotton-4 + Togo*, houve, em certa

medida, a necessidade de contrapartida dos países africanos parceiros em relação à instalação de infraestruturas e mobilização de espaços para execução das atividades, e que os projetos incentivaram as exportações de máquinas agrícolas brasileiras para o continente.

Bueno (2018) adiciona que as eleições de José Graziano como Diretor Geral da FAO e de Roberto Azevêdo para a Organização Mundial do Comércio (2013-2017 e 2017-2020), também podem ser consideradas como resultado indireto da vitória brasileira no contencioso e dos projetos de cooperação técnica no continente africano, os quais colocaram em evidência a cooperação brasileira em agricultura no cenário internacional. Dessa forma, no marco do Memorando de Entendimento, foi determinado que além da África Subsaariana, os recursos do contencioso deveriam contemplar os países membros do Mercosul e o Haiti. Nesse contexto, houve maior abertura à participação de empresas públicas para apoio na implementação das atividades como a Embrapa e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)³², além de instituições cooperantes da sociedade civil, da academia e dos próprios países parceiros (BUENO, 2018).

Sendo assim, em 2013, o Brasil lançou o projeto “Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul” (GCP/RLA/199/BRA), posteriormente denominado como Mais Algodão, em parceria com a FAO e países da América Latina e Caribe. Até o momento, este é o maior projeto de Cooperação Sul-Sul em termos de investimentos, abrangência e mobilização de parcerias, conforme será aprofundado no terceiro capítulo. Diante dos riscos do cultivo do algodão em pequena escala, pequenos/as produtores/as da América Latina têm procurado alternativas mais rentáveis em detrimento desta cultura. Por este motivo, o governo brasileiro e a FAO defendem que a cooperação técnica, aliada a ferramentas de políticas públicas e à perspectiva do desenvolvimento rural, é o caminho para fortalecer pequenos/as produtores/as na região e preservar espécies nativas da fibra, conectando políticas locais ao aumento da produtividade e à melhoria da competitividade (Avaliação de Meio Termo, 2018).

Dessa forma, observa-se, por meio do Projeto Mais Algodão, uma mudança na atuação brasileira em relação aos atores e objetivos da Cooperação Sul-Sul. Diferente do *Cotton-4* e *Cotton-4 + Togo*, além da modalidade trilateral, o projeto é adaptado para um enfoque em políticas públicas e temas transversais como gênero, meio ambiente, povos indígenas e juventude rural. Todavia, cabe ressaltar que ainda assim opera por meio de uma

³²Em 2019, o governador da Paraíba, João Azevêdo (PSB), criou a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (Empaer-PB), unificando a Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba (Emepa), Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (Interpa) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB). Informação disponível em: <https://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-114.html>

estrutura capitalista-colonial que mercantiliza os discursos de desenvolvimento e sustentabilidade. Portanto, neste capítulo, é necessário refletir até que ponto a Cooperação Sul-Sul se coloca como possibilidade alternativa de transformação local ou é protegida por uma estrutura institucional que restringe uma ação política interseccional e territorializada, instrumentos fundamentais para políticas públicas mais equitativas.

2.1. A CULTURA DO ALGODÃO NO BRASIL

2.1.1. Valorização dos saberes locais, práticas solidárias e comunitárias

No primeiro capítulo, abordamos como a matriz colonial de poder atravessa estruturas da sociedade, instituições e legitima o conhecimento ocidental positivista em detrimento de outros saberes e vivências. Dessa forma, ao abordar o contexto agrícola latinoamericano, não podemos perder de vista como a prática ancestral da agricultura vem sendo cooptada pelo capitalismo, afetando comunidades camponesas, quilombolas e indígenas. Nesse sentido, é importante mencionar que apesar de serem grupos heterogêneos e cujas práticas agrícolas são diversas, estas comunidades partilham, em sua essência, de valores sustentáveis, comunitários e solidários no que tange a relação com a natureza e a vida humana, possibilitando identificar similaridades nas relações sociais que se constroem nesses espaços.

Sendo assim, resgatar os saberes historicamente silenciados, nos convida a refletir sobre as possibilidades de uma Cooperação Sul-Sul em agricultura que fortaleça outros objetivos e modos de vida para além do desenvolvimento e do bem-estar ocidental. Quando se pensa a cultura do algodão no Brasil, tende-se a imaginar grandes indústrias têxteis e monoculturas com fins de exportação, ou nos impactos socioambientais que a produção em larga escala provoca com o desmatamento e uso de agroquímicos. Contudo, são nos roçados de agricultores familiares que se concentram parte significativa da produção sustentável do algodão, especialmente por meio da agroecologia, o que amplia o diálogo sobre os limites entre a complexidade histórica do contexto rural brasileiro e o conhecimento científico (PRATO CHEIO, 2023).

Dessa forma, compreendemos os saberes locais, as práticas solidárias e comunitárias a partir de uma perspectiva integral da agroecologia, ou seja, abordando-a não somente enquanto prática sustentável, mas como um conceito que abrange os movimentos de luta e as diversas formas de organização opostas à economia capitalista e extrativista. Na agroecologia, as perspectivas comunitárias e solidárias atravessam todas as atividades do campo, assim, a prática agroecológica não se limita à produção orgânica mas inclui a forma

como os alimentos são produzidos e distribuídos na sociedade, opondo-se ao uso inadequado dos recursos naturais e dos bens comuns. Estes valores também são representados em mobilizações históricas em defesa dos modos de vida locais, da soberania alimentar e do bem-viver através das cooperativas, associações, movimentos das mulheres do campo e dos trabalhadores sem-terra (PRATO CHEIO, 2023).

Em geral, reivindica-se a transformação da estrutura excludente que nutre a economia capitalista e que reproduz violências sistêmicas em prol do “desenvolvimento rural sustentável”. Nesse sentido, a agroecologia faz uma crítica profunda à industrialização e aos sistemas alimentares capitalistas que geram fome, desnutrição e insegurança alimentar, propondo a transformação dos sistemas alimentares, o que significa incidir sobre estruturas de poder do Estado e do agronegócio (PRATO CHEIO, 2023).

Apesar de não ser um alimento, o algodão agroecológico é cultivado por meio de técnicas que consideram as potencialidades da terra e das comunidades sem degradar a natureza, contribuindo para a preservação solo, das sementes e para a segurança alimentar local através do plantio em consórcio com culturas alimentares. Nesse contexto, na cooperação internacional para o desenvolvimento destacamos a contradição das políticas de desenvolvimento sustentável promovidas por estruturas de poder que utilizam a perspectiva agroecológica como estratégia para a sustentabilidade, mas que ao mesmo tempo favorecem a colonialidade do poder em nome da manutenção das relações diplomáticas e da neutralidade organizacional, respaldando-se nos marcos normativos e institucionais que por si só reduzem as violências estruturais da agricultura na América Latina (PRATO CHEIO, 2023).

Sendo assim, ao longo deste capítulo, veremos que a modernização não representa somente uma mudança nas práticas agrícolas ancestrais, mas a violência contra grupos indígenas, camponeses, agricultores/as familiares por meio da destruição ideológica, identitária e da tentativa de apagamento de saberes não-ocidentais. Portanto, valorizar conhecimentos e práticas locais significa repensar os objetivos desenvolvimentistas da Cooperação Sul-Sul e das políticas públicas, os quais cooptam lutas, saberes e histórias. Segundo Santos (2015), a agroecologia é importante mas não podemos esquecer que o próprio conceito de “ecologia” vem da ciência moderna, porém a agroecologia ocorre com a prática, necessita da ação, e deve estar associada à descolonização dos processos por meio da educação do campo, do combate ao patriarcado e ao racismo estrutural/institucional, que são aspectos interligados e interdependentes (SANTOS, 2015).

De acordo com o escritor, não se trata de criar “inovações” ou modelos que apagam a ancestralidade, como ocorreu com o conceito de orgânico: “orgânico é tudo aquilo que todas

as vidas podem acessar, os que as vidas não podem acessar, não é orgânico, é mercadoria, com ou sem veneno” (PRATO CHEIO, 2023, 29min). Nesse sentido, observamos como a agroecologia conversa com as perspectivas do Bem-Viver e do *Ubuntu* ao reforçar a coletividade como ferramenta de resistência, de estarmos atentos aos colonialismos, fortalecermos a convivência comunitária e reconhecermos a coexistência de diferentes práticas e formas de organização social (PRATO CHEIO 2023). Portanto, tal como a agroecologia requer a participação de pessoas que fazem parte dos sistemas alimentares, uma Cooperação Sul-Sul agrícola que se afirma alternativa ao modelo Norte-Sul, requer a territorialização dos processos e a criação de condições efetivas de participação da sociedade civil.

2.1.2. O semiárido brasileiro e a produção em consórcios agroecológicos

Segundo dados do Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o semiárido representa 80% da região nordeste do Brasil e parte do estado de Minas Gerais, sendo caracterizado pelos longos períodos de seca, pelo bioma diverso e resistente à escassez da água. Em termos demográficos, o INSA registra que o semiárido abriga cerca de 28 milhões da população brasileira e que aproximadamente 38% dos habitantes fazem parte da população rural, cujas atividades agropecuárias são a principal fonte de renda e subsistência. A agricultura familiar é predominante na região e concentrada no cultivo de leguminosas, tubérculos e oleaginosas como milho, feijão, mandioca/macaxeira, abóbora/jerimum e castanhas, além do algodão e da cana-de-açúcar (INSA, 2023).

Em termos gerais, a produção em consórcios agroecológicos é realizada em conjunto com outras culturas de plantas e/ou alimentos, utilizando-se de princípios que consideram a preservação de todo o ecossistema: a natureza, as pessoas, os animais, a diversidade cultural e econômica. Nesse contexto, considerando a adaptabilidade do algodão à seca, a cultura do algodão em consórcios agroecológicos passou a ser implementada na agricultura familiar tendo em vista os benefícios que este modelo promove para o pequeno agricultor em relação à possibilidade de segurança alimentar das famílias, geração de renda e integração ao mercado, priorizando o comércio justo com certificação orgânica participativa como forma de conferir transparência e credibilidade aos processos. Como não há queimadas e o uso de agroquímicos, o solo do semiárido se mantém fértil por mais tempo, possibilitando a produção e venda de alimentos, do algodão e dos seus subprodutos (SABOURIN, 2009).

Trata-se de uma prática ancestral, que vai além da produção em si, ela permite a convivência da população do semiárido com a seca, preserva práticas solidárias e sustentáveis

no manejo da terra, no uso dos bens comuns e na administração de infraestruturas comunitárias como os bancos de sementes nativas. Por outro lado, para compreendermos a relevância desta abordagem para pequenos agricultores, é importante resgataros brevemente o contexto histórico que caracteriza a questão agrária no Brasil, em especial, no semiárido nordestino. Durante o período colonial, o sistema de *plantations*³³ imposto pelos europeus estabeleceu no país um modo de produção agrícola fundamentado na divisão internacional, racial e sexual do trabalho, processos determinantes para a consolidação do sistema capitalista no mundo. Nesse sistema, o uso comunal da terra foi forçadamente substituído pelo extrativismo³⁴ e pela mercantilização da produção para acumulação de capital. No Brasil, o litoral nordestino foi o primeiro a ser colonizado e explorado para produção da cana-de-açúcar, enquanto no interior exercia-se a pecuária (SABOURIN, 2008).

Diante disso, as *plantations* garantiam à Coroa portuguesa a posse e o uso da terra a partir da escravização de povos indígenas e de pessoas negras traficadas da África. Ao longo dos anos, as terras invadidas foram designadas como propriedades da burguesia, resultando na concentração fundiária para um pequeno grupo social e com consequências que ainda reverberam na questão agrária do Brasil em relação à concentração de terras, produção e distribuição de alimentos, relações de trabalho no campo e nas indústrias, marginalização dos povos indígenas, camponeses e pequenos agricultores. Em contrapartida, a apropriação de terras pelos portugueses não ocorreu de forma passiva, mas sim frente à luta dos povos escravizados frente ao sistema estabelecido, a exemplo dos que conseguiram fugir das grandes propriedades rurais e construir os quilombos como espaços de resistência e preservação de suas culturas e modos de vida (SABOURIN, 2008).

A resposta das elites, no entanto, foi o enfrentamento brutal e violento contra qualquer ameaça ao seu poder. O racismo e o sexismo já haviam se enraizado na sociedade e nas estruturas políticas, culturais e econômicas do Brasil, as pessoas escravizadas foram subjugadas a condições de vida precárias no campo, deslocando-se para as periferias urbanas sem emprego e sem moradia. Após 1888, a mão de obra, antes escravizada, foi substituída pela mão de obra de imigrantes de baixa renda de diferentes países da Europa. Diante disso,

³³No sistema de *plantations*, as colônias europeias eram exploradas para produção e exportação de mercadorias para a Europa (cana-de-açúcar, condimentos, café, algodão etc). Segundo Mbembe (2018, p. 62), as *plantations* foram “fábricas por excelência da raça e do racismo”, pois a hierarquia de raça determinava o lugar, o papel dos indígenas, negros, mestiços e mulheres na atividade agrícola, além da “arte de governar” do Ocidente pautada por uma razão mercantil.

³⁴Neste trabalho, o extrativismo é entendido como prática predatória e insustentável de extração dos recursos naturais.

as atividades agrícolas de base familiar e comunitária foram cada vez mais cooptadas e desestruturadas pelo sistema colonial/capitalista (SABOURIN, 2008; FEDERICI, 2019).

Entre as décadas de 1930 e 1980, a industrialização transformou a agricultura brasileira em um sistema de produção de *commodities* para exportação por meio dos incentivos financeiros e científicos voltados à monocultura da soja, café, tabaco, algodão e à aquisição de máquinas agrícolas. Sendo assim, ao contrário da prosperidade promovida pela Revolução Verde, pequenos agricultores tiveram suas condições de vida precarizadas tendo em vista as consequências socioambientais da agroindústria que resultaram no desmatamento de grandes áreas, na dependência econômica para acessar insumos e se integrar ao mercado capitalista (SABOURIN, 2008).

À vista disso, em 1950, surgiram as primeiras ligas camponesas, movimentos sociais do campo e organizações da agricultura familiar que reivindicavam pela reforma agrária e pela garantia de direitos sociais básicos. Todavia, durante a ditadura militar (1964 - 1985), a repressão aos movimentos sociais rurais e o incentivo à agroindústria foi ainda maior. Após a redemocratização, os movimentos sociais assumiram um papel fundamental para a inserção da reforma agrária na agenda política do Estado, assim como leis para assegurar políticas públicas e os direitos dos trabalhadores rurais (SABOURIN, 2008).

Entre 1980 e 1990 houve um enfoque na criação de programas governamentais apoiados por agências multilaterais, em especial no Norte e no Nordeste, para oferecer crédito e apoio técnico a pequenos agricultores. A partir dos 2000, considerando a influência das agendas internacionais sobre desenvolvimento e o longo processo de lutas coletivas dos movimentos sociais do campo, as políticas públicas para a agricultura passaram a abranger o combate à fome, subsídios para a produção e regulamentações para extração de recursos naturais, reverberando em planos e políticas nacionais com foco no desenvolvimento local (SABOURIN, 2008).

Nesse contexto, a incidência da agroecologia nos debates sobre Segurança Alimentar e Nutricional e nos serviços Assistência Técnica e Extensão Rural, pode ser interpretada como uma forma de resistência e preservação dos saberes locais e ancestrais sistematicamente apagados e ameaçados pela lógica do agronegócio. Na década de 1980, o bicudo-do-algodoeiro³⁵ se alastrou no Brasil provocando crises econômicas para o setor de exportação e grandes perdas para os produtores familiares de algodão. Além disso, o uso de pesticidas para controle da praga, afetaram diretamente a qualidade do solo, dos alimentos e a

³⁵Nome científico: *Anthonomus Grandis*, principal praga da cultura do algodão nas Américas.

saúde e bem-estar das populações, contribuindo para a desativação da cultura do algodão em pequenas propriedades (SABOURIN, 2008).

Dessa forma, na primeira década dos anos 2000, iniciativas da sociedade civil junto com o Estado, representado pela Embrapa Algodão, incentivaram a produção em consórcios agroecológicos no semiárido, transformando a região em uma das maiores referências de algodão agroecológico do país sendo o Ceará o primeiro estado a estabelecer projetos para incentivar pequenos agricultores a retomarem o cultivo do algodão e a permanecerem no campo a (SANTIAGO *et al*, 2022). Já em 2018, foi criado o projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos com objetivo de fortalecer os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs) no Nordeste, organismos que conferem o Selo Orgânico Brasileiro aos itens produzidos em consórcios agroecológicos.

A iniciativa é coordenada pela organização da sociedade civil Diaconia³⁶, financiada pela *Laudes Foundation* e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e abrangendo os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. O fortalecimento dos OPACs é realizado por meio de parcerias com organizações não-governamentais de base da agricultura familiar por meio de assessorias técnicas para a produção agroecológica e acesso a políticas públicas, além da construção de fundos de financiamento próprios para autonomia e sustentabilidade econômica dos agricultores como os Fundos de Incentivo à Autonomia Financeira e os Fundos Rotativos e Solidários a (SANTIAGO *et al*, 2022).

De acordo com a entrevista realizada com um dos coordenadores da Diaconia, a finalidade do projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos é fortalecer os OPAC, culturas alimentares com justiça de gênero, contribuir com a autonomia dos agricultores familiares e promover o desenvolvimento e a organização de base a partir da construção e difusão de conhecimento participativo com os/as agricultores/as familiares. Nesse sentido, o projeto apoia a implementação de Unidades de Aprendizagem e Pesquisa como espaços coletivos para realização das formações entre agricultores, agricultoras e universidades parceiras. Além de capacitações sobre técnicas agroecológicas, as formações incluem temas sobre equidade de gênero, sobre os movimentos das mulheres camponesas, acesso à terra e reforma agrária, violência doméstica, acesso a crédito, comercialização, gestão de recursos, entre outros.

A experiência da Diaconia tornou-se referência para a Cooperação Sul-Sul brasileira, resultando na formalização da parceria com o projeto Mais Algodão em 2020. Segundo o

³⁶Organização da sociedade civil parceira do Projeto Mais Algodão. Para mais informações, acessar: <https://bemvindo.diaconia.org.br/pt/>

representante da Diaconia, tanto no projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos quanto no Mais Algodão, a principal demanda dos/as agricultores/as é por conhecimento e gestão. Para ele, “a agricultura familiar precisa ser um coletivo social, para se organizar e comercializar de forma que tenha relações de mercado, construção de preços, e comece efetivamente a entrar no mercado formal. E esse é o grande desafio porque essa base não está pronta.” (PARTICIPANTE 1, 2023). Sendo assim, desde 2022, a Diaconia atua no projeto-país Mais Algodão/Paraguai colaborando com o desenho, construção de metodologias e ferramentas com recomendações práticas para o manejo do solo, das sementes, uso de tecnologias adaptadas e para a construção dos cadernos de formação das Unidades de Aprendizagem e Pesquisa, elaborados com a participação e de acordo com as experiências dos/as agricultores/as em cada agroecossistema (SANTIAGO *et al*, 2022).

Todavia, é importante considerar que tais demandas são também necessidades resultantes do histórico de escravização que o algodão possui no Brasil e que a preservação dos saberes agroecológicos está atrelada a um valor cultural dos/as pequenos/as agricultores/as, principalmente pela participação das mulheres agricultoras à frente de movimentos sociais, associações, sindicatos, coletivos e da administração de espaços comunitários. De acordo com a agricultora entrevistada, o selo orgânico chegou até o assentamento como uma necessidade para que as empresas comprassem o algodão produzido, além disso, a agroecologia era praticada sem conhecimento do conceito: “tem que plantar muito em consórcio, meu pai sempre plantou, feijão, milho, fava, coentro, jerimum, essas coisas, ele sempre plantou em consórcio, e aí começou a plantar esse consórcio pra questão também de comercializar.” (PARTICIPANTE 8, 2023).

Esses aspectos nos permitem refletir criticamente sobre as contradições que envolvem as políticas públicas, os projetos de cooperação técnica e os atores envolvidos no financiamento, formulação e implementação dessas iniciativas. A agroecologia, em sua essência, se opõe à monocultura, sendo viável apenas fora da lógica do agronegócio e do desenvolvimento capitalista. Ao enfatizar o significado social e cultural do algodão e a importância da permanência no campo, esse modelo reflete uma abordagem que contrasta com a visão de cooperação técnica que parte de um conjunto de práticas pré definidas que nem sempre acolhe a biodiversidade para um “desenvolvimento sustentável” efetivo.

Nesse sentido, é fundamental considerar o significado que os/as agricultores/as atribuem ao algodão. Durante o trabalho de campo, foi possível observar os processos para cultivo do algodão agroecológico e a interação entre os atores governamentais, internacionais

e as comunidades rurais. Para a Participante 8 (2023), o algodão possui para ela, sua família e agricultores/as do semiárido nordestino, um significado diferente:

“Nosso algodão tem todo um conceito, uma história. [...] É toda uma luta pra conseguir um acesso à terra, pra conseguir uma semente livre de transgênicos, é uma forma de você manter sua semente na agricultura. [...] Ele não é só o valor em dinheiro, ele tem seu valor social. [...] A gente tá plantando a nossa permanência no campo, a segurança tanto econômica, mas a segurança alimentar [...] eu falo assim, eu não sou só produtora de algodão, eu sou produtora de algodão em consórcios agroalimentares. [...] Quando a gente planta o algodão e vem todo esse princípio de agroecologia, de não usar agroquímicos, agrotóxicos, não usar irrigação, a gente também está cuidando da terra. [...] Quando a gente deixa de fazer uma queimada, proibida na lei de orgânicos, você deixa de queimar, você deixa de emitir ‘gás carbono’. Então, às vezes a gente nem tem essa noção de que tá contribuindo não só pra nossa região, mas com o nordeste, com o Brasil, com o mundo. [...] Então, é uma coisa muito solidária... tem essa questão das sementes, você vai tá mantendo as sementes crioulas, você vai tá mantendo características da sua região, as sementes da paixão, como a gente chama aqui na Paraíba.” (PARTICIPANTE 8, 2023, Trecho retirado de entrevista com transcrição na íntegra).

Em síntese, a ascensão do cultivo de algodão no Brasil, impulsionada pela monocultura a partir de 1970, destacou a necessidade de apoio da agricultura familiar para promover a produtividade local e enfrentar as crises causadas pelo bicudo-do-algodoeiro nos anos 1990. Segundo Santiago *et al.* (2022), os pequenos produtores de algodão do semiárido nordestino enfrentam uma luta histórica que necessita da cooperação e associação entre os agricultores/as para avançar em ganhos para acesso a políticas públicas e autonomia. Além disso, a produção do algodão em consórcios agroecológicos destaca o protagonismo das mulheres agricultoras na gestão, mobilização da comunidade e reafirmação de valores do Bem-Viver e o *Ubuntu*, manifestados na partilha do conhecimento, na gestão coletiva e no valor da solidariedade presente nas resistências anticoloniais e presente nas disputas agrárias atuais. Nesse sentido, a agricultura familiar requer e uma abordagem que valorize suas especificidades e a riqueza das práticas agroecológicas, promovendo uma verdadeira solidariedade e uma conexão mais profunda com as comunidades rurais.

2.2. COOPERAÇÃO SUL-SUL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em diálogo com o debate teórico do capítulo anterior, nesta seção, discute-se a relação entre políticas públicas e a Cooperação Sul-Sul. A princípio, destaco que a Cooperação Sul-Sul acontece dentro de uma complexa rede hierárquica de interesses políticos e da própria administração pública, cujos quais interferem nas políticas de Estado. Na Cooperação Sul-Sul em agricultura, o Brasil tende a propor iniciativas com enfoque para o fortalecimento das capacidades institucionais dos países parceiros por meio de serviços de assistência técnica, extensão rural e diálogos intergovernamentais.

No âmbito das Relações Internacionais, esse movimento tem sido observado como um mecanismo estratégico da política externa brasileira para transferência de políticas públicas, narrativas e objetivos para outros países (FARIA, 2018). Dessa forma, para avançar na análise, é importante diferenciar os conceitos trabalhados por Dolowitz e Marsh (2000) sobre transferência e difusão de políticas públicas. De acordo com os autores, estes conceitos se complementam mas se diferem em relação aos meios e objetivos. A transferência de políticas ocorre quando as metas, objetivos, programas e aprendizados de uma política são incorporados ou modificados em outras regiões por meio da influência de funcionários públicos e/ou consultores sobre a ação dos formuladores de política de uma determinada agenda. Por outro lado, a difusão ocorre a partir da disseminação, por vezes involuntária, de informações que condicionam a tomada de decisão de atores políticos. Nesse sentido, as organizações internacionais tornam-se importantes atores para a difusão de políticas públicas, considerando sua alta capacidade de comunicação e capilaridade para acessar diferentes locais (CARVALHO, FERNANDES E FARIA, 2021).

Logo, Carvalho, Fernandes e Faria (2021) sugerem seis instrumentos de difusão de políticas, são eles: i) o discursivo, que ocorre com a recomendação de boas práticas e influencia a priorização de agendas específicas como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; ii) a formação de padrões por meio da construção de normas, recomendações e regras em instâncias multilaterais; iii) as funções coordenativas, em que as organizações internacionais monitoram a execução dos acordos estabelecidos com os Estados; iv) o financeiro, via empréstimos para implementação de determinadas políticas; v) a assistência técnica, por meio do apoio à implementação e execução das políticas públicas e vi) os canais de diálogo, com a abertura de instâncias de diálogo para comunicação entre os formuladores de políticas públicas.

A transferência e a difusão de políticas variam de acordo com a conjuntura nacional, internacional e com o custo-benefício para os países. Para Sabourin e Grisa (2018), a FAO tem desenvolvido programas que se assemelham ao conceito de transferência de políticas públicas, mas com a intenção de difundir suas normas e interesses. Entre o período de 2000 a 2010, as políticas de combate à fome no Brasil evidenciaram suas capacidades em promover a segurança alimentar e tornar-se uma referência de combate à fome no contexto internacional. Todavia, desde 2013, a política doméstica é marcada pelo avanço de uma agenda neoliberal e pelo retrocesso de diversas iniciativas, sobretudo em relação à questão fundiária, ambiental e agrária.

Em 2019, a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), por exemplo, ilustra o dismantelamento de instituições governamentais e de políticas voltadas para apoio ao meio ambiente e à agricultura familiar. Ainda, em 2020, o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (2019 - 2021), afirmou em reunião ministerial³⁷ que a atenção midiática dada à crise sanitária de Covid-19 seria o momento oportuno para ir "passando a boiada" e "mudando todo o regramento" das políticas ambientais. Diante desse quadro político, os indicadores ambientais dos últimos anos registram o agravamento da fome, do garimpo ilegal e os impactos sobre a vida de populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e agricultores/as familiares.

Segundo Lander (2016), os Estados são compostos por sociedades heterogêneas e possuem projetos políticos divergentes que operam simultaneamente, o que gera contradições internas, especialmente em regimes democráticos. No caso da desestruturação de instituições e da degradação dos índices ambientais verificados nos últimos anos, identifica-se como o lobismo da agroindústria exerce influência e poder para alterar políticas públicas consolidadas e reconhecidas internacionalmente. Essa dinâmica se contradiz com os princípios constitutivos da Cooperação Sul-Sul e cria um paradoxo entre a agenda nacional brasileira e as iniciativas promovidas para o setor algodoeiro, revelando a colonialidade que persiste nas esferas políticas e um aspecto crítico para a horizontalidade que fica reduzida à uma abordagem mais consultiva do que propositiva.

Ao mesmo tempo, Brand (2016) afirma que o Estado é atualmente o único ator capaz de dar continuidade às alternativas que originam-se dos movimentos de base. Logo, se faz necessária uma transformação do aparato estatal, não estritamente dos processos técnicos mas também da compreensão dos profissionais públicos para a construção de políticas públicas emancipadoras e capazes de promover certo "equilíbrio" diante de conjunturas instáveis. Sendo assim, Lander (2016) propõe que o Estado deve incentivar políticas públicas como instrumentos de transformação, assegurar a autonomia de movimentos e organizações sociais e gerenciar o uso dos bens comuns com finalidade para o bem-estar coletivo.

Todavia, diante das tensões mencionadas, questiona-se as possibilidades de incorporar demandas e pressões heterogêneas na prática cooperativa. Em primeiro lugar, para que as relações sejam verdadeiramente horizontais, é fundamental partir da premissa de que os sujeitos devem participar ativamente da construção dos conhecimentos e serviços que

³⁷Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>

utilizarão, considerando o sentido que atribuem às estruturas governamentais e institucionais e, por consequência, aos projetos e políticas públicas implementadas em seus territórios (HERNANDEZ; ANELLO, 1993; LONG, 2017).

2.2.1. A Cooperação Sul-Sul Trilateral como vetor de políticas públicas

Em primeiro lugar, há de se considerar as limitações para a análise da Cooperação Sul-Sul Trilateral e das políticas públicas para pequenos/as agricultores/as na América Latina, especificamente para aqueles produtores de algodão. Dentre elas, identifica-se que o próprio Brasil não possui uma política doméstica abrangente para este segmento e que os indicadores sobre o papel da Cooperação Sul-Sul neste setor são limitados, sobretudo em termos qualitativos. Portanto, ocorreram dificuldades ao longo da pesquisa para encontrar informações não-oficiais relativas aos resultados e/ou impactos da cooperação sob a perspectiva dos/as agricultores/as e atores locais dos países parceiros.

Dessa forma, as entrevistas com os/as agricultores/as familiares da Paraíba contribuíram para um entendimento amplo das referências locais brasileiras utilizadas pelo Projeto Mais Algodão, assim como as entrevistas com representantes das instituições brasileiras cooperantes trouxeram maior conhecimento sobre os processos desta cooperação técnica. Todavia, é importante reconhecer que as experiências e a relação com o algodão dos agricultores/as nos países parceiros é plural e não deve ser reduzida às experiências do Brasil. Já no que diz respeito à relação da cooperação com políticas públicas para pequenos/as agricultores/as de algodão, foram consideradas as menções registradas nos documentos disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores.

De acordo com as informações obtidas, a Cooperação Sul-Sul Trilateral tem se inserido nas pastas ministeriais dos governos parceiros na fase de formação de agenda e formulação políticas públicas, expondo o tema às instituições como forma de gerar novas demandas para projetos de Cooperação Sul-Sul em algodão (Avaliação de Meio Termo, 2018). Logo, as políticas públicas aparecem nos resultados esperados do Projeto Mais Algodão e expressas nas cartas de intenção³⁸ assinadas pelo governo brasileiro em parceria com a FAO como: “ii) políticas públicas socioeconômicas inovadoras para acesso físico, econômico, consumo de alimentos saudáveis da população em situação de vulnerabilidade, fortalecimento de agricultura familiar e gestão sustentável de recursos naturais; e iii)

³⁸A primeira Carta de Intenção entre o governo brasileiro e a FAO foi assinada no ano de 2018 e a segunda no ano de 2022.

estratégias territoriais de abastecimento alimentar em zonas prioritizadas pelos países com dificuldades de acesso a alimentos saudáveis” (Carta de Intenção, 2018, pág 2).

Em 2022, a carta de renovação da parceria com a FAO reconhece que, em quatorze anos, a Cooperação Sul-Sul Trilateral obteve avanços nos marcos legais dos países parceiros e no fortalecimento de espaços de diálogo entre atores governamentais e não governamentais. No entanto, para a representante da FAO, as maiores resistências para avançar na implementação de políticas públicas nos países parceiros ainda são institucionais, pois o algodão não está na agenda de muitos governos. Na época que o Projeto Mais Algodão foi lançado em 2013, muitos agricultores familiares cultivavam o algodão em pequena escala e não existiam políticas com orçamento para apoio destas famílias, tampouco técnicos e instituições com agenda para a cadeia produtiva do algodão. Segundo a entrevistada, a inclusão das políticas públicas nos pilares da Cooperação Sul-Sul Trilateral visa “gerar e deixar” ferramentas para que os países dêem continuidade ao trabalho iniciado com a cooperação técnica, pois “sem uma política ou um programa estabelecido ao término do projeto, os resultados não continuam” (PARTICIPANTE 2, 2023).

Dessa forma, a Cooperação Sul-Sul Trilateral é compreendida por ela como um instrumento de atuação da FAO nestes locais, amparada por um plano de trabalho específico cujas prioridades são negociadas com os governos. A estratégia é apoiar a elaboração dos Programas ou Planos Nacionais. Na Bolívia, por exemplo, a implementação do Projeto Mais Algodão resultou na consolidação do Programa Nacional do Algodão³⁹ em 2022 e na participação em capacitações e atividades de campo neste Programa. Além da Bolívia, havia outro Plano Nacional em negociação no Peru como resultado do apoio do Projeto Mais Algodão nos processos de elaboração, negociação e ajustes do documento. Da mesma forma, a intenção para 2023 era elaborar um Plano Nacional do Algodão no Paraguai e na Colômbia.

Na perspectiva do Participante 4 (2023), representante da Embrapa Algodão, as políticas públicas abrem um espaço de diálogo para levantar as necessidades dos/as agricultores/as familiares. Para ele, a abertura à escuta “dá oportunidade para que as pessoas falem”, o que facilita a organização dos conhecimentos, mobilizações, mais agentes atuando nas bases, melhora a comunicação entre as instituições locais e fortalece o trabalho delas. O Participante 6 (2023) reforça que a Embrapa atua no apoio às políticas públicas por meio dos seus agentes locais, apoio na formalização de parcerias com entes subnacionais e entidades de ATER, apresentando as possibilidades de transformação local a partir dos investimentos em

³⁹Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/pt/c/1473262/>

políticas públicas e os resultados destas políticas para os municípios. Para ele, o principal indicador de sucesso da política pública é que as pessoas continuem no campo: “essas pessoas estão aí produzindo do mesmo jeito há vinte anos, elas querem ficar ali a vida toda, se as políticas não dão certo, elas vão para outro lugar.” (PARTICIPANTE 6, 2023).

Por outro lado, o representante da Diaconia afirma que a incidência de organizações da sociedade civil em projetos de cooperação podem ser um caminho para pressionar a formulação de políticas públicas, mas este ainda é um caminho em aberto. Segundo o entrevistado, “as referências e as informações já estão postas, o que cabe é a decisão política, que as agendas se transformem em leis e em orçamentos próprios para este segmento”.

Por fim, os/as agricultores/as familiares entendem as políticas públicas como um caminho de acesso a direitos a programas governamentais como o acesso a água - a exemplo do incentivo para a construção de cisternas e poços, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, ambos reforçam que a organização dos agricultores em associações facilita o acesso a informações e espaços de diálogo sobre as possibilidades para a comunidade e as políticas públicas que cada agricultor/a pode acessar.

De modo geral, no âmbito da Cooperação Sul-Sul Trilateral, as agendas de governo e a vontade política da gestão pública aparecem como elementos fundamentais para a implementação e sustentabilidade dos projetos. Nesse aspecto, é impreciso afirmar que esta modalidade de cooperação para o desenvolvimento seja um vetor de políticas públicas, mas, sim, que se apresenta como uma possibilidade em construção para o tradicional ciclo das políticas públicas (formação de agenda, formulação, implementação, avaliação e revisão), permeada pela influência das organizações internacionais e por um cenário que contribui para a reprodução da colonialidade do poder sobre contextos plurais e interculturais. Por fim, em termos dos princípios da Cooperação Sul-Sul, um aspecto crítico a ser considerado é a horizontalidade, que frequentemente se manifesta com uma abordagem mais consultiva do que propositiva, reduzindo a participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

3. TECER OUTRAS ANÁLISES: O PROJETO MAIS ALGODÃO

No capítulo anterior, vimos que a vitória do Brasil no contencioso do algodão foi um marco fundamental para a implementação de projetos de Cooperação Sul-Sul nesta área. Paralelamente, a política externa brasileira da época favorecia as relações Sul-Sul como estratégia de projeção internacional e as políticas nacionais de combate à fome colocaram o país em destaque internacional favorecendo o estabelecimento de parcerias no âmbito da

agricultura familiar. Sendo assim, em 2012, foi assinado o Projeto Mais Algodão, caracterizado por ser o maior projeto de Cooperação Sul-Sul Trilateral promovido pelo Brasil em termos de abrangência territorial, recursos e parcerias (Documento de projeto, 2012).

A primeira avaliação do projeto publicada em 2018, considera que o fortalecimento das instituições para avanço em políticas públicas é um dos principais desafios do Projeto. A partir da avaliação de metas pelo método SMART, o documento avaliou indicadores relacionados à gestão considerando a pertinência, eficácia, eficiência, implementação e lições aprendidas. A nível governamental, destaca-se a pouca priorização da agenda, já no âmbito dos pequenos agricultores, evidencia-se o baixo associativismo, a quantidade de mão-de-obra e as dificuldades de comercialização do algodão (Avaliação de Meio Termo, 2018).

Dentre os resultados encontrados, um elemento chave para o fortalecimento das capacidades institucionais dos países parceiros, é a implementação das UTDs. No entanto, os indicadores não conseguiriam expressar como atores se apropriam dos conhecimentos compartilhados na cooperação. Além disso, a avaliação reconheceu que somente o número de agricultores/as capacitados/as não significa que as tecnologias serão incorporadas e eficazes. Ainda, apesar de prever atividades participativas no Projeto, a avaliação não estabelece indicadores específicos para avaliação do nível de horizontalidade dos processos, mensuração do impacto socioambiental e da satisfação dos/as agricultores/as, técnicos extensionistas, gestores públicos e/ou pesquisadores envolvidos (Avaliação de Meio Termo, 2018).

Diante disso, esse capítulo visa analisar o que se destaca no Projeto, identificando suas particularidades e como as instituições respondem a elas. A primeira seção relata os caminhos metodológicos percorridos para a análise do estudo empírico, apresentando as subjetividades percebidas nas observações em campo e nas entrevistas, as quais contribuíram para relacionar o Projeto Mais Algodão com a perspectiva teórica do trabalho. A segunda seção, indica a estrutura do Projeto em relação ao perfil, suas características e objetivos. Por fim, a terceira seção conclui com a análise dos resultados e reflexões sobre as possibilidades alternativas para a Cooperação Sul-Sul.

3.1. APRENDENDO COM O CAMPO

3.1.1 Caminhos metodológicos e limitações do estudo empírico

Ao longo do trabalho, discutimos como a matriz colonial de poder está enraizada nas estruturas da sociedade, seja nas instituições, na ciência, na literatura e nos discursos. Também observamos que os debates em torno dos objetivos e efetividade da Cooperação

Sul-Sul apresentam diversas definições conceituais. De um lado, há uma abordagem orientada aos interesses estratégicos das instituições governamentais, não-governamentais e internacionais e, de outro, uma proposta de solidariedade Sul-Sul como forma de contestação da ordem hegemônica e de construção de alternativas ao desenvolvimento capitalista.

Sendo assim, para respondermos às perguntas que orientaram esta pesquisa, realizamos um estudo qualitativo empírico do projeto Mais Algodão considerando que esta abordagem contribui para aprofundar o conhecimento de uma experiência de cooperação Sul-Sul ainda pouco referenciada na literatura das Relações Internacionais. Tendo em vista a função social da pesquisa científica, os dados foram coletados por meio de pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e observação participante, por permitir a aproximação com um dos contextos de atuação do projeto e o diálogo com os sujeitos que fazem parte dele (STAKE, 2011; TUHIWAI SMITH, 2016).

Segundo Robert Yin (2016), o estudo empírico é relevante para a construção de evidências na pesquisa qualitativa. Ao contrário de outros métodos, o trabalho de campo ocorre em ambientes reais, cotidianos, requer o preparo para a coleta de dados, flexibilidade e capacidade para lidar com imprevistos. Nesse sentido, a técnica da observação participante pode ser utilizada para que o/a pesquisador/a participe ativamente no sentido de aprender com a experiência e se aproximar de pessoas direta ou indiretamente envolvidas com o objeto de estudo (STAKE, 2011). Todavia, a observação participante possui múltiplas definições na literatura. Nesta pesquisa, consideramos o conceito de Marietto (2018), que afirma que é o processo no qual o/a pesquisador/a se insere nos locais relevantes para a pesquisa e/ou interage com as pessoas em seu próprio ambiente para explicar padrões e produzir uma descrição sobre eles. No entanto, Stake (2011) afirma que é fundamental “compreender, ouvir e interpretar” durante esse processo, reconhecendo que cada experiência é única e que a presença do/a pesquisador/a também interfere nas relações e na dinâmica do ambiente.

Além da observação participante, os dados da pesquisa qualitativa podem ser coletados em entrevistas, visitas, gravações em vídeo, fotografias participantes, etnografia, entre outros. Diante da complexidade do projeto Mais Algodão, compreendemos que os processos seriam melhor compreendidos se complementarmos a observação participante junto às entrevistas e análise documental realizadas (FLICK, 2009). Combinar essas técnicas foi uma tentativa de não me limitar aos métodos positivistas e exercitar possíveis práticas de(s)coloniais durante as entrevistas e o trabalho de campo (TUHIWAI SMITH, 2016).

A observação ocorreu durante o acompanhamento de duas reuniões em contextos distintos, um empresarial e outro rural. No primeiro contexto pude observar o comportamento

de tomadores de decisão em um ambiente formal. Já no segundo, observei as relações e práticas de agricultores/as familiares em suas bases comunitárias. Conforme será detalhado, a primeira observação aconteceu no dia 11 de agosto de 2022 na sede da Embrapa Algodão, Campina Grande/PB, e contou com a presença dos representantes da ABC/MRE, FAO/ONU, Embrapa Algodão e Empaer-PB. A segunda observação foi realizada no dia 05 de maio de 2023 no Assentamento Queimadas, Remígio/PB, durante a reunião mensal dos agricultores/as familiares da Rede Borborema de Agroecologia (RBA), uma das referências brasileiras em produção de algodão agroecológico utilizadas pelo Mais Algodão.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril a agosto de 2023, considerando a disponibilidade e o interesse dos/as entrevistados/as. Inicialmente, convidei os membros presentes na reunião na Embrapa Algodão, utilizando a abordagem “bola de neve” (SEIDMAN, 2011; GODOY, 2006) para chegar em outras pessoas que poderiam contribuir com a pesquisa. Dentre elas, um dos representantes da organização social Diaconia e um representante do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar (DATER/MDA).

Da mesma forma, o convite aos/às agricultores/as familiares ocorreu após indicações durante o trabalho de campo no Assentamento Queimadas. Ao final, oito entrevistas foram realizadas mediante apresentação prévia da pesquisa, autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Dentre os representantes presentes na Embrapa Algodão, não foi possível entrevistar o responsável da Empaer-PB por incompatibilidade de agenda. A maior parte das entrevistas foram realizadas por meio da plataforma *Google Meet*, com exceção das entrevistas com os agricultores familiares que ocorreram no Assentamento Margarida Maria Alves I e na rodoviária do município de Juarez Távora/PB.

A seguir, a Tabela 1 apresenta os procedimentos de análise utilizados após a coleta dos dados. Partindo do pressuposto de Caixeta e Santos (2022, p.59) de que “a Cooperação Sul-Sul não pode prescindir do ideário do Sul global”, realizamos uma descrição detalhada do trabalho de campo e construímos questões-chave para orientar os debates considerando as premissas do Bem-Viver e do *Ubuntu*.

Tabela 1 - Procedimentos de análise

Componentes da Cooperação Sul-Sul	Definição	Questão-chave da análise
Princípios	Solidariedade, horizontalidade, benefício-mútuo,	Como surgem os princípios da Cooperação Sul-Sul?

	não-condicionalidade e não-interferência.	
Processos	Formas de participação, comunicação, relações entre os atores, atividades, revisões.	Como a horizontalidade se materializa nos processos?
Objetivos	Impacto, áreas prioritárias, resultados, alianças, normas/leis/decretos, comunicação.	Os objetivos propõem a manutenção ou mudança das estruturas hegemônicas?

Elaboração própria a partir de FAO (2017) e Caixeta e Santos (2022).

Posteriormente, considerando que o projeto Mais Algodão prevê o fortalecimento das capacidades institucionais⁴⁰ dos países parceiros, questionamos quais elementos se destacam e quais se silenciam nas três dimensões indicadas pela ABC/FAO (2017): capacidades individuais; as capacidades organizacionais e entorno favorável. Para isso, identificamos e elencamos possibilidades descoloniais de análise do projeto conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Possibilidades descoloniais

Componentes da Cooperação Sul-Sul	Definição	Sugestões de análise
Princípios	Corresponsabilidade, reciprocidade e reconhecimento.	De que forma aparecem no Mais Algodão?
Processos	Interculturalidade, interseccionalidade.	Como poderiam contribuir com os processos da CSS?
Objetivos	Autogestão, auto-organização, emancipação e autonomia.	De que forma poderiam ser incorporadas?

Elaboração própria a partir de FAO (2017) e Caixeta e Santos (2022).

a) Coleta de dados documentais

Os primeiros dados foram levantados nas publicações disponíveis nos canais de comunicação oficiais da ABC, da FAO e das IBCs. O período estabelecido para a análise foi de 2012 até o segundo semestre de 2022. O desafio inicial foi identificar quais eram as publicações referentes ao projeto Mais Algodão devido a mudança da nomenclatura “Projeto de Fortalecimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul” para “Mais Algodão” ou “+Algodão”, já que nem todos os canais de comunicação se atualizaram e padronizaram o título. Ainda, houve dificuldades em encontrar notícias publicadas em sites

⁴⁰Serão detalhadas no subitem 3.1.2

com domínio nos países parceiros, limitando o acesso a outros conteúdos e/ou opiniões sobre a iniciativa de Cooperação Sul-Sul Trilateral.

Outro aspecto limitante foi a dispersão das informações nos canais de comunicação. O site da ABC⁴¹ não possuía um campo destinado ao projeto, tampouco dados consolidados ou de fácil acesso sobre os impactos e resultados obtidos desde seu lançamento, embora algumas informações quantitativas estejam mencionadas nos relatórios “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi)” desenvolvidos pelo IPEA. A maioria das publicações concentram-se nos canais de comunicação da FAO, no formato de notícias e vídeos sobre eventos, conferências, missões técnicas, pesquisas e seminários. Em relação às Instituições Brasileiras Cooperantes, grande parte das publicações sobre o projeto são redirecionadas para as notícias publicadas pela própria FAO ou ABC.

Sendo assim, para obter informações mais detalhadas sobre o projeto, foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores o acesso a todos os acordos e documentos referentes ao Projeto Regional e os Projetos-país do Mais Algodão. Ao total, foram disponibilizados trinta e três documentos: o Acordo Marco Brasil-FAO (2008), o Documento de Projeto Regional (2012), as Cartas de Intenção Brasil-FAO (2018 e 2022), os Documentos de Revisão Técnica e Orçamentária (2016, 2019 e 2021), a Avaliação de Meio Termo (2018), os Relatórios semestrais de Progresso do Projeto Regional (2012 a 2022) e os Documentos de Projeto-país assinados com a Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai e Peru.

b) Embrapa Algodão: a primeira observação participante

Ao ler a notícia⁴² publicada pela FAO sobre a missão técnica que os representantes do Mais Algodão fariam na cidade de Campina Grande/PB, entrei em contato com a comunicadora oficial do projeto pelo e-mail disponibilizado no site na esperança de ser respondida em tempo hábil para participar de pelo menos um dos dias da visita que aconteceria entre 11 e 13 de agosto de 2022. Felizmente, recebi o retorno e autorização para comparecer à sede da Embrapa Algodão no dia 11 de agosto de 2022. De acordo com a notícia, o objetivo da missão era conhecer as experiências do cultivo do algodão agroecológico e da comercialização da agricultura familiar paraibana, além das pesquisas desenvolvidas pela Embrapa e Empaer/PB na região.

⁴¹ Última visualização em 06/11/2023.

⁴²Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/noticias/ver/es/c/1601191/> ou <https://x.com/FAOBrasilCoop/status/1557802065396736002?s=20>

Foi minha primeira experiência de pesquisa em campo, estava sozinha e preocupada em abstrair o máximo de informações possíveis. Com apoio do professor orientador do mestrado, estabelecemos dois critérios para guiar a observação: i) a relação entre os especialistas do projeto e os agricultores/as familiares; e ii) como estes especialistas pretendem ampliar os conhecimentos do cultivo do algodão na Paraíba para outros países. No entanto, embora esses pontos tenham sido importantes para direcionar a observação, não me limitei a eles. No dia 11 de agosto, me desloquei de ônibus até Campina Grande, cidade localizada a 126 km de João Pessoa. Ao chegar na Embrapa Algodão, fui recebida por um dos técnicos responsáveis pela reunião e aguardei a chegada da equipe da ABC e da FAO.

A reunião iniciou aproximadamente às 14h00 com a presença do representante da FAO no Brasil, a coordenadora regional do Mais Algodão na FAO, a coordenadora de Cooperação Sul-Sul Trilateral da ABC, a comunicadora oficial do projeto na FAO, o chefe geral da Embrapa Algodão, os chefes adjuntos do centro de pesquisa em transferência de tecnologia da Embrapa, os pontos focais do Mais Algodão no Paraguai, Peru e Colômbia e o diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural da Empaer-PB.

Não havia representantes da agricultura familiar, portanto, priorizei observar as relações entre os “especialistas” do projeto, a dinâmica geral da reunião e o conteúdo das apresentações, com registros manuais em caderno de campo. O primeiro momento foi destinado à apresentação dos participantes, quando tive a oportunidade de me apresentar e explicar o intuito da pesquisa. Em seguida, o chefe geral da Embrapa indicou as seguintes pautas: visita aos maquinários desenvolvidos pela Embrapa; apresentação dos trabalhos realizados pela Empaer-PB na Paraíba e Embrapa no Mais Algodão.

Logo, caminhamos até o galpão onde ficam os maquinários e, durante o trajeto, os técnicos da Embrapa apresentaram a estrutura da empresa explicando a finalidade de cada setor. A Figura 2, por exemplo, apresenta uma amostra do algodão contaminado com o inseto bicudo-do-algodoeiro utilizada para pesquisas e experimentos internos. Ao chegar no galpão, as máquinas foram ligadas e testadas, havia uma moto adaptada para a irrigação, uma colheitadeira, uma descaroçadeira⁴³ e um deslinterador⁴⁴ de sementes. Durante as explicações, os técnicos da Embrapa demandaram, em tom descontraído, mais recursos para o desenvolvimento de mais tecnologias.

Retornamos à sala de reuniões para as apresentações da Embrapa Algodão e da Empaer-PB. A reunião seguiu de forma dialogada, com intervenções pontuais de alguns

⁴³Máquina utilizada para separar a semente da fibra do algodão.

⁴⁴Máquina utilizada para retirar o excesso de fibras das sementes.

membros no intuito de complementar informações e/ou sanar dúvidas, todos tiveram um momento de fala. Os principais conteúdos abordados foram a troca de conhecimentos promovida pela cooperação e a importância do projeto Mais Algodão para a segurança alimentar. Nas palavras do representante da FAO, “o algodão não é alimento, mas significa segurança alimentar.” Sendo assim, o conceito de agroecologia foi mencionado como parte de um estilo de vida e um interesse dos/as agricultores/as familiares dado o plantio do algodão em consórcios alimentares. Nesse aspecto, a importância do papel das mulheres rurais para a manutenção da agroecologia foi mencionada de forma breve.

Além disso, o representante da FAO mencionou que no Brasil, diferente de outros países da América Latina, há uma uniformidade nos conceitos utilizados no âmbito rural e leis que os definem, como os termos “agricultura familiar”, “agronegócio” e “agrotóxico”, também destacou a importância de nomenclaturas como “campeiros” e “indígenas” para evidenciar os sujeitos que fazem parte dos projetos de cooperação. Ainda, comentou que a estabilidade no corpo técnico brasileiro após a troca de gestão no governo federal representa uma “qualidade democrática do Brasil”. Diante disso, a coordenadora da ABC acrescentou que a troca de gestores após o período eleitoral paralisa os projetos de cooperação “em termos de Estado” mas não em termos operacionais.

Ao longo das apresentações, surgiu uma preocupação geral com as políticas de regularização fundiária de alguns países como a Colômbia. Nesse aspecto, o ponto focal da Embrapa na Colômbia comentou que um dos aspectos limitantes da política do país se dá pela presença das FARC, mas não entrou em detalhes. Outra questão frequentemente abordada foi o princípio da horizontalidade e do benefício mútuo na promoção dos serviços de ATER. De acordo com o chefe de pesquisa da Embrapa, “a empresa não leva o projeto pronto, leva a ideia, visa a adaptação do local e internalizar o ambiente primeiro. A cooperação tem um caminho de benefício mútuo, de ganha-ganha, tem uma atuação a partir de normas, boas práticas e exemplos para a produção de sementes”. Diante disso, os demais gestores acrescentaram que a horizontalidade está nas articulações entre as instituições e organizações parceiras, mas não indicaram a participação dos agricultores nos processos.

Os técnicos da Embrapa mencionaram a necessidade de articulações intersetoriais, isto é, de reforçar o debate, dentro e fora do projeto, entre as instituições interessadas na produção sustentável do algodão e de ações colaborativas com os pequenos produtores, no entanto, não se aprofundaram em propostas para estes desafios. Além disso, questionaram sobre o “futuro” do Mais Algodão às coordenadoras da ABC e da FAO. Em resposta, a coordenadora da ABC explicou que já foram utilizados mais da metade dos recursos

disponíveis e que a Agência buscará consolidar novos avanços nas regiões alocando mais recursos em outros projetos futuros.

Sobre o comportamento dos participantes, havia uma relação amistosa e profissional entre todos os presentes, porém observei certa preocupação dos técnicos da Embrapa e Empaer-PB em demonstrar resultados para os representantes da ABC e da FAO. No que tange às limitações da observação, primeiro destaco que as informações obtidas se restringem às minhas percepções e que, pela inexperiência, houve certa dificuldade em me desprender das anotações sobre o que foi dito e me atentar a outros aspectos mais visuais e comportamentais. Além disso, durante a visita aos maquinários, os participantes se espalharam e o barulho impossibilitou a compreensão de algumas falas. A reunião foi extensa, se encerrou aproximadamente às 19:00 e, ao final, as informações estavam repetitivas e os membros apresentavam cansaço. No retorno à João Pessoa, gravei minhas percepções gerais em áudio para complementar as anotações do diário de campo.

c) Assentamento Queimadas: a segunda observação participante

A missão técnica da ABC e da FAO em Campina Grande se estendeu às iniciativas de cultivo do algodão orgânico e agroecológico no interior da Paraíba como o projeto Algodão Paraíba, as experiências de produção no município de Ingá e os trabalhos desenvolvidos pela Rede Borborema de Agroecologia, dentre eles, a produção do algodão agroecológico, a organização do coletivo das mulheres e do banco de sementes comunitário⁴⁵ em Remígio/PB.

No que tange ao projeto Algodão Paraíba, trata-se de uma iniciativa gerida pela empresa *Natural Cotton Color* que comercializa o algodão orgânico colorido cultivado no Assentamento Margarida Maria Alves I, Juarez Távora/PB, para setor de tecelagem e moda. Sendo assim, com a intenção de trazer os olhares dos/as agricultores/as familiares para a pesquisa, busquei pessoas que poderiam me ajudar a visitar pelo menos uma das iniciativas mencionadas acima. Durante as entrevistas com a ABC, Embrapa e FAO, consegui o contato de um técnico extensionista que poderia me acompanhar nas visitas de campo realizadas pela Embrapa Algodão. Contudo, insisti em procurar agricultores/as familiares ou representantes de associações e cooperativas que pudessem me receber para evitar a associação da minha presença a atores externos, como a própria Embrapa, estranhamentos e/ou desconfianças.

Além disso, chegar até os assentamentos a partir da experiência de quem vive no campo seria uma possibilidade de enriquecer minha vivência no trabalho de campo. Isso posto, consegui o contato de uma agricultora do Assentamento Queimadas e membro da

⁴⁵Informações obtidas pelo acesso à ATA de reunião disponibilizada pela Rede Borborema de Agroecologia.

RBA. Após me apresentar e explicar o interesse em conhecer o assentamento, logo recebi um retorno para alinharmos o dia da visita. A agricultora sugeriu a primeira semana de maio, já que ocorreria a reunião mensal dos/as agricultores/as familiares com a participação de um técnico da Embrapa e do Secretário de Agricultura do município de Remígio.

No dia 05 de maio de 2023, peguei o primeiro ônibus na rodoviária de João Pessoa com destino a Remígio e cheguei próximo do horário de almoço. Nos encontramos na praça central da cidade e aguardamos pelo ônibus escolar para chegar até o assentamento. De acordo com a agricultora, é comum que os/as agricultores/as peguem carona com os ônibus escolares em razão dos horários limitados dos ônibus convencionais. Conversamos informalmente durante o percurso, ela explicou que a maioria das famílias são assentadas da reforma agrária e contou sobre a história dos assentamentos na região, também explicou sobre algumas culturas de alimentos que avistamos na paisagem.

Figura 1 - Ônibus a caminho do Assentamento Queimadas



Fonte: Registro próprio.

O ônibus parou na escola rural para embarque e desembarque dos alunos e, em meio à agitação das crianças, chegamos em seguida ao Assentamento Queimadas. Caminhamos alguns minutos até o sítio da família da agricultora, onde fui apresentada à sua mãe, pai e irmãos. Após o almoço, ela me levou até a criação de animais, a cisterna, o açude e o galpão da Rede Borborema de Agroecologia onde ficam armazenadas as plumas de algodão e onde acontecem as reuniões dos/as agricultores/as. Às 13h00, os participantes da reunião se reuniram no galpão e se organizaram em círculo para as discussões, estavam presentes 17

agricultores/as da Rede (jovens, adultos e idosos), sendo 8 homens e 9 mulheres, algumas acompanhadas de crianças. A reunião iniciou às 13h55, após a chegada do presidente da RBA, pois era necessária a presença de mais de uma liderança.

Figura 2 - Placa na entrada do Assentamento Queimadas



Fonte: Registro próprio.

As observações foram registradas em caderno de campo. Desta vez, priorizei observar as relações entre os participantes e as dinâmicas que emergiram ao longo do dia. A reunião foi conduzida pela Secretária Geral da RBA que iniciou com a apresentação dos participantes em consideração à minha presença e à presença do secretário de agricultura. Neste momento, expliquei brevemente o motivo da minha visita e o meu papel como observadora durante a reunião. Em seguida, ela apresentou as seguintes pautas: i) andamento do plantio e a aquisição de sementes; ii) entrega do plano de manejo; iii) visitas do Conselho de Ética; iv) fala do Secretário de Agricultura e do técnico da Embrapa.

Figura 3 - Interior do galpão da Rede Borborema de Agroecologia



Fonte: Registro próprio.

Em relação à primeira pauta, a Secretária reforçou a importância dos/as agricultores/as cultivarem o algodão em consórcios alimentares, atualizarem o caderno de campo e o croqui da área de plantio devido às exigências do Conselho de Ética. Alguns participantes responderam que o caderno de campo estava atualizado, mas outros comentaram que não sabiam onde estava guardado e que iriam procurar para atualizar. A Secretária comentou que o plano de manejo é uma solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura Familiar e que é importante estar atualizado para as visitas do Conselho de Ética que começariam em Maio de 2023.

Nesse contexto, o presidente comentou que a seca de 2023 atrasou o plantio do algodão e pediu para a secretária da RBA tentar prorrogar a visita do Conselho de Ética e justificar em ATA. Ela acrescentou que haviam pessoas novas no Conselho que precisam de capacitação. O presidente sugeriu fazer um treinamento geral para economizar, pois os gastos da RBA estavam altos. Em seguida, ele explicou que a arrecadação financeira da Rede é feita com a produção de algodão e de alimentos agroecológicos, e que a meta de produção prevista nos contratos de venda é de 6 toneladas ou mais. Ao final do dia, perguntei à secretária sobre os contratos de venda e ela esclareceu que a Rede possui contratos assinados com as empresas *Vert Shoes* e Flávia Aranha, o que garante a compra do algodão produzido no ano.

Retomando à reunião, o presidente comentou que existem agricultores/as que não estão se sentindo parte da Rede e que existem pessoas do grupo “distorcendo falas,

prejudicando companheiros”. De acordo com ele, “criaram uma não-conformidade e é preciso manter a normativa do estatuto, nós somos um grupo, uma rede, uma família.” Além disso, acrescentou que é preciso notificar as pessoas que fazem parte da Rede e possuem certificação, mas que não participam das reuniões e, se for o caso, fazer desligamentos.

No decorrer das discussões, alguns agricultores comentaram que o governo do estado não inclui as associações e que, por isso, as políticas públicas não chegam até eles, mas sim para as cooperativas. Nesse sentido, o Secretário de Agricultura iniciou sua fala reforçando a relação de parceria entre o município e o Assentamento Queimadas, segundo ele, “temos a obrigação de fiscalizar se o serviço está agradando”. Além disso, comentou que a comunidade é “privilegiada” por ter um trator que atende a todos e que isso é um tratamento igual para as famílias assentadas. Em relação às políticas públicas, avisou que o PAA foi retomado pelo governo federal e alertou que a comunidade deve se preparar para acessá-lo, mencionando que a prefeitura iria preparar um treinamento para os/as agricultores/as.

Por outro lado, criticou a ausência do governo do estado da Paraíba frente à prefeitura de Remígio nos últimos 04 anos, relatou que “o algodão do município transforma vidas da agricultura familiar, leva o nome da cidade para fora do país e que é necessário incentivar isso”. Na sequência, um agricultor comentou “por isso o algodão é bom, a gente conhece o cabra de longe”. O técnico da Embrapa aproveitou a fala para reforçar a parceria entre a Embrapa e a RBA, além da importância dos trabalhos nas UTDs e dos “dias de campo” para motivar e fortalecer a agricultura, uma vez que envolve um dia de troca de conhecimentos entre instituições, universidades, o setor público e os/as agricultores/as. Em seguida, apresentou as pesquisas em rotação de culturas para fertilização do solo e as técnicas de manejo do solo e água (Figura 5), explicou sobre as técnicas de fertilização e manejo, mencionando a importância do trabalho da agricultura com a ciência.

Nesse momento observei que o técnico tentava utilizar linguagem simples e ser didático. No entanto, o único recurso disponível para a apresentação era um banner com dados em gráfico de barras e um cavalete de madeira com folhas para anotações. A maioria dos/as agricultores/as participavam por meio de perguntas e comentários: “o excesso de água no solo não deixa o algodão enraizar”, “temos que conhecer a terra da gente”, em referência ao solo arenoso e argiloso, “o conhecimento só temos com a análise do solo porque o agricultor familiar tem a visão do solo dele, às vezes achamos que nosso solo não vale nada”, em referência aos nutrientes do solo e “usa matéria orgânica, basculho do milho” em referência à fertilização do solo. Por outro lado, havia dispersão e conversas simultâneas, alguns participantes ainda demonstravam certa ansiedade para o fim da reunião, que já

ultrapassava mais de duas horas. A Secretária da RBA comentou que o pessoal estava “agoniado” e pediu para o técnico da Embrapa finalizar. Antes de encerrar, ele convidou os/as agricultores/as a irem até a área externa do galpão para mostrar o trabalho da Embrapa para reter a água da chuva no solo.

Além de realizar a observação, minha intenção era também entrevistar os/as agricultores/as ali presentes, porém, percebi que não seria o melhor momento, pois a maioria já estava cansada e retornava às suas casas. No caminho de volta para o galpão, a Secretária da RBA comentou sobre ser um dia com muita informação e que sempre há dificuldade em prender a atenção dos agricultores até o final, também relatou que o uso de termos técnicos nas apresentações “não ajudam”, mas, para ela, é mais fácil entender porque é estudante de agronomia e tem mais familiaridade com a linguagem acadêmica.

Figuras 4 e 5- Apresentação da Embrapa Algodão



Fonte: registro próprio.

Por fim, fui convidada a conhecer a plantação de algodão (Figura 7) da família que me recebeu. A plantação fica localizada a poucos quilômetros do sítio, o técnico da Embrapa se prontificou a nos levar de carro e chegando lá vimos que o algodão estava em fase de crescimento, com aproximadamente 40 cm de altura e ainda sem flores. Segundo a agricultora, a plantação possuía muitas formigas e, por isso, havia outras plantas cultivadas ali para que não atacassem o algodoeiro.

Figura 6 - Algodão em fase de crescimento no Assentamento Queimadas



Fonte: Registro próprio.

Após o retorno para Remígio/PB, segui de ônibus até o município de Areia/PB, onde fiquei hospedada até a manhã seguinte antes de retornar para João Pessoa. Essa experiência de campo foi um passo importante para a pesquisa, pois tive a oportunidade de vivenciar a relevância da agroecologia e da certificação e observar as percepções dos/as agricultores/as não somente sobre o cultivo do algodão, mas sobre seus modos de vida. Para eles, a certificação simboliza a capacidade de organização comunitária e de acesso a políticas públicas que beneficiarão toda a comunidade. Quanto às entrevistas, comentei informalmente com a secretária da RBA que gostaria de conhecer o Assentamento Margarida Maria Alves I e, se possível, entrevistar agricultores/as de lá. Ela se disponibilizou a me ajudar já que conhecia um dos agricultores do assentamento e também se prontificou a conceder uma entrevista em nome do Assentamento Queimadas.

d) Assentamento Margarida Maria Alves I: visita e entrevista com agricultores

A terceira e última experiência em campo aconteceu no dia 23 de junho de 2023. Saí de João Pessoa aproximadamente às 7h00, a rodoviária estava cheia pois era véspera do feriado de São João no estado. Encontrei com a secretária da RBA no único posto de gasolina de Juarez Távora/PB, o dia estava nublado e havia previsão de chuva, portanto, agendamos previamente com um agricultor do assentamento para nos levar de carro até o Assentamento Margarida Maria Alves I, localizado a cerca de 13km da cidade.

O nome do assentamento homenageia Margarida Alves, agricultora paraibana ativista pelos direitos das mulheres rurais, e é reconhecido como referência no cultivo do algodão orgânico colorido em diferentes colorações. A visita foi extremamente rica, pude conhecer a importância do algodão colorido na região e a história do assentamento Margarida pelo olhar de um dos/as agricultores/as que ajudou a construí-lo. Chegamos no assentamento e caminhamos até a casa deste agricultor, que me recebeu gentilmente e se empolgou com a presença da secretária da RBA, pois conhece sua família há muitos anos devido ao uso compartilhado da miniusina (Figura 7) do assentamento para beneficiamento do algodão, infraestrutura comunitária também utilizada por outros agricultores familiares do entorno.

Começou a chover e aproveitei para entrevistá-lo. Após me apresentar, ele mencionou que esta não foi a primeira entrevista dada para fins acadêmicos e que estava acostumado a receber pesquisadores, empresas e professores. De toda forma, expliquei o objetivo da pesquisa e da minha visita, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, após assinatura, solicitei autorização para gravar as respostas no celular. A entrevista foi conduzida em forma de conversa e quando terminamos a chuva havia parado.

O agricultor, então, me convidou para conhecer a miniusina de beneficiamento, fomos caminhando pela estrada de terra e no caminho passamos pelo açude e por algumas áreas de cultivo que a Embrapa utiliza para pesquisas. A miniusina é um galpão espaçoso que contém cerca de três máquinas para atender os/as agricultores/as da região, salas de reunião, banheiros e salas de armazenamento da pluma do algodão, onde ele me explicou a função de cada maquinário e me deu amostras de pluma nas cores verde e safira.

Figuras 7 e 8 - Mini-usina de beneficiamento Margarida Maria Alves I



Fonte: Registro próprio.

Figura 9 - Pluma do algodão orgânico colorido



Fonte: Registro próprio.

Em seguida, retornamos para o assentamento pois a chuva estava se aproximando novamente. Quando chegamos, o agricultor apresentou a sede da associação e comentou que não acontecem muitas reuniões atualmente e que a sede estava fechada há um tempo devido a divergências entre os membros. Reparei que o assentamento em geral estava vazio e comentei com o agricultor, ele respondeu que muitos agricultores/as estavam na feira em Juarez Távora/PB, pois sábado era feriado precisaram antecipar as vendas.

Nesse momento, um ônibus escolar estava saindo para buscar os agricultores/as na feira e a secretária da RBA sugeriu que voltássemos de carona. A visita foi breve em comparação com as outras, durou em torno de 1 hora e 30 minutos, agradei ao agricultor e retornamos no ônibus vazio até a rodoviária de Juarez Távora/PB.

Figura 10 - Ônibus a caminho de Juarez Távora/PB



Fonte: Registro próprio.

Considerando a dinâmica do dia e a antecipação da feira para sexta-feira, só foi possível entrevistar um agricultor do Assentamento Margarida Maria Alves I. No entanto, a secretária da RBA me concedeu uma entrevista e conversamos na rodoviária de Juarez Távora, também mediante autorização para gravação e assinatura do TCLE. Após a entrevista, retornei para João Pessoa e ela seguiu para Remígio.

3.2. MAIS ALGODÃO: PERFIL, CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

Lançado oficialmente em 2013, o Mais Algodão⁴⁶ é resultado da indenização paga pelos Estados Unidos ao Brasil após a vitória brasileira no contencioso do algodão, ao final do processo, ficou estabelecido que parte do recurso deveria ser direcionado para a cooperação técnica Sul-Sul. Dessa forma, no marco da Cooperação Sul-Sul Trilateral da ABC/MRE com organizações internacionais, o Projeto assume uma característica de Programa e se divide em dois pilares: i) o Projeto Regional e ii) o Projeto-país, subdividido

⁴⁶A vigência inicial previa o período de 2012 a 2016, entretanto, de acordo com o Documento de Revisão Técnica e Orçamentária do Projeto, a vigência se encerra em 2024.

em projetos específicos com países membros do Mercosul (Argentina e Paraguai), associados (Bolívia, Colômbia, Equador e Peru) e o Haiti.

O projeto é implementado em parceria com a FAO e apoio das Instituições Brasileiras Cooperantes (IBCs). No entanto, cabe enfatizar que nem todas IBCs atuam no mesmo projeto-país, são elas, a Associação Brasileira de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER-PB), Diaconia e a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES) (Documento de projeto, 2012).

Segundo a FAO, o objetivo é “garantir a sustentabilidade da produção do algodão por meio da cooperação técnica para o fortalecimento das capacidades institucionais e da inclusão socioproductiva dos agricultores familiares”, contribuindo com políticas públicas e o desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro na América Latina. Diante da relevância que a segurança alimentar assumiu nas agendas internacionais de desenvolvimento na última década, em especial no Brasil, as perspectivas sobre sistemas agroalimentares e a produção em consórcios alimentares foram absorvidas como parte dos “sistemas de produção sustentáveis e inclusivos” destacados no Projeto e uma “abordagem integral da cadeia de valor” que reúne o desenvolvimento rural sustentável, a agregação de valor no algodão e a promoção de um “comércio justo” (Documento de projeto, 2012).

O Projeto Regional é constituído como um projeto “guarda-chuva” que abrange a América Latina e os sete Projetos-país, cada um com ações específicas desenhadas de acordo com as prioridades nacionais de cada parceiro. O processo de construção e formalização da parceria com os países ocorre, em primeiro lugar, mediante a manifestação de interesse pela cooperação brasileira e, em seguida, a partir das seguintes etapas (Documento de revisão técnica, 2019):

- a) **Identificação:** identificação da demanda, consultoria da FAO para diagnóstico das comunidades produtoras de algodão e identificação das IBCs disponíveis para as áreas demandadas.
- b) **Prospecção:** consultas realizadas pela FAO, IBCs e parceiros governamentais para priorização das áreas de trabalho.

- c) **Elaboração:** escrita de minutas em oficinas participativas organizadas pela FAO. Cada proposta deve ser aprovada entre a ABC, as IBCs e instituições do país parceiro, por vezes, são realizadas missões para adequações necessárias.
- d) **Implantação:** as atividades iniciam-se após a aprovação e assinatura das partes, de acordo com o ciclo de vida para os projetos de Cooperação Sul-Sul Trilateral da ABC/MRE.

A coordenação é realizada pelos Comitês de Acompanhamento do Projeto (CAP), compostos por representantes da ABC, FAO e por um representante indicado pelo IBA, o qual possui função consultiva e de observador. Em relação ao fortalecimento de capacidades institucionais, a Figura 1 ilustra o enfoque adotado pela FAO, cuja abordagem considera a interdependência de três dimensões específicas: i) as capacidades individuais, referentes aos conhecimentos, competências e comportamentos dos sujeitos; ii) as capacidades organizacionais, relacionadas aos objetivos, prioridades, estruturas e processos; iii) e o entorno favorável, relativo às políticas públicas, formação de agendas e marcos legais que atravessam o projeto (FAO; ABC, 2017).

Figura 11 - Enfoque de Fortalecimento de Capacidades da FAO



Fonte: El estado de arte del sector algodonero en países del Mercosur y asociados (FAO; ABC, 2017).

Nesse sentido, as informações detalhadas foram retiradas dos documentos disponibilizados pelo MRE e agrupadas na Tabela 3 para facilitar a visualização das principais características que contribuem para a análise dos processos, cabe ressaltar que compreendemos como processos as formas de participação, ações, tomadas de decisão e as relações entre os atores.

Tabela 3 - Perfil e características do Projeto Mais Algodão

Projeto Mais Algodão								
GCP/RLA/199/B RA	Projeto Regional	Projeto-país Argentina	Projeto-país Bolívia	Projeto-país Colômbia	Projeto-país Equador	Projeto-país Haiti	Projeto-país Paraguai	Projeto-país Peru
Orçamento (USD)	16.408.154,00	N/A	1.350.000,00	1.363.000,00	1.600.000,00	N/A	2.033.716,00	2.026.826,00
Objetivos	Contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do setor algodoeiro dos países parceiros.	Projeto em fase de negociação.	Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro e para o “Viver Bem” dos agricultores familiares, comunitários e povos indígenas.	Contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor algodoeiro por meio da produtividade agrícola e geração de renda, melhorando as condições de SAN das famílias de pequenos produtores de algodão.	Contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do setor algodoeiro, visando o aumento da produtividade e da renda dos produtores familiares de algodão para melhorar sua qualidade de vida e preservar sua segurança alimentar.	Geração de renda para pequenos produtores. Projeto formulado, mas não implementado.	Contribuir para o fortalecimento da produção algodoeira no Paraguai, com ênfase nos sistemas de produção da Agricultura Familiar através da melhoria das capacidades institucionais.	Contribuir para elevar os níveis de produtividade e renda dos pequenos produtores de algodão para melhorar sua qualidade de vida e segurança alimentar.
Instituições Brasileiras Cooperantes (IBCs)	Abrapa Asbraer Embrapa Empaer-PB Senaes	N/A	ABC/MRE Asbraer Empaer-PB Senaes	ABC/MRE Embrapa Asbraer Abrapa	ABC/MRE Asbraer Empaer-PB Senaes/MTE	N/A	ABC/MRE Embrapa Diaconia	ABC/MRE Embrapa
Áreas Prioritárias	Cadeia de valor do algodão; Capacidades institucionais dos países; Assistência técnica e extensão rural;	Segue as prioridades da FAO e dos planos de desenvolvimento do governo federal.	Agricultura Familiar; Mudanças climáticas; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.	Agricultura Familiar; Políticas públicas.	Fortalecimento de políticas públicas para produtividade sistêmica do setor agrário de forma sustentável.	Capacidades institucionais; Segurança Alimentar e Nutricional; Conservação e gestão de recursos naturais;	Competitividade agrária; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional.	Agricultura Familiar.

	Pesquisa e inovação tecnológica.					Catástrofes naturais e crises alimentares.		
Sujeitos	Gestores públicos; Agricultores familiares; Mulheres produtoras e/ou artesãs; Juventude; Povos indígenas.	N/A	Autoridades do governo; Produtores de algodão; Agricultores familiares; Grupos indígenas; Técnicos (IBCs); Estudantes.	Produtores de algodão; Membros de agremiações locais; Famílias de agricultores; Mulheres camponesas; Grupos indígenas.	Agricultores familiares; Técnicos e produtores de algodão.	N/A	Técnicos das instituições parceiras; Produtores e produtoras de algodão; Agricultores familiares; Artesãs.	Pequenos produtores em vales costeiros; Proprietários de médias e grandes empresas; Pequenos produtores/as e artesãos/ãs.
Temas transversais	Gênero; Governança; Juventude rural; Povos indígenas; Mudanças climáticas; Agroecologia.	Gênero.	Gênero; Povos indígenas; Bem Viver; Interculturalidade.	Gênero; Povos indígenas.	Gênero; Direitos humanos; Bem-Viver.	N/A	Gênero; Juventude rural.	Gênero.
Ações	Elaborar diagnósticos dos países parceiros; Elaborar, gerir e implementar o projeto no marco da Cooperação Sul-Sul Trilateral; Realizar estudos; Promover e participar de eventos; Expandir e disseminar boas	N/A	Envolver autoridades políticas; Dialogar com atores-chave; Articular processos de implementação com organizações indígenas e a Escola Tekove Katu; Desenvolver atividades de ATER;	Apoiar o governo em políticas públicas, extensão rural, tecnologias e troca de conhecimentos; Fortalecer a gestão de projetos; Melhorar mecanismos de extensão rural, transferência de tecnologia e	Padronizar e regulamentar a qualidade dos processos para sementes, fibras, boas práticas de produção e acesso ao crédito; Melhorar a coesão sócio-organizativa dos produtores; Apoiar a implementação de políticas públicas de ATER;	N/A	Treinar capacitadores; Implementar tecnologias; Estabelecer centros de tecnologia e de capacitação no tema do algodão; Sistematizar, validar e difundir tecnologias da Embrapa.	Desenvolver capacidades conforme princípios da CSS; Transferir conteúdo técnico e adaptar a experiência brasileira à realidade do país; Disponibilizar insumos técnicos e assessoria ao governo na implementação de

	práticas em tecnologia, controle de pragas e acesso ao mercado.		Apoiar esforços de efetivação política pública; Revitalizar a produção sustentável; Recuperar atividades econômicas e culturais tradicionais.	conhecimento ao agricultor; Capacitar técnicos e profissionais envolvidos.	Realizar articulações interinstitucionais e intersetoriais; Ampliar canais de comercialização e agregação de valor; Criar soluções integras dinâmicas para o setor algodoeiro.			projetos de investimento público para o setor algodoeiro.
Desafios	Diferenças conceituais e práticas entre as instituições; Atrasos para a aprovação de Acordos; Ampliar a participação da Embrapa em todos os países; Avançar na definição de uma proposta de políticas públicas; Mecanismos de gestão de CSST; Incorporar uma estratégia para gênero a nível regional e nacional;	Promover ações específicas junto com o INTA e Embrapa Algodão; Manter a gestão para o trabalho com o governo da Argentina.	Limitação em novas variedades de algodão; Fragilidades em ferramentas de informação e comunicação; Baixa oferta de serviços de ATER de forma inclusiva; Estratégias para posicionar o setor no mercado nacional e internacional. Desafios em âmbito institucional e interinstitucional, produção tradicional e em ATER.	Baixa demanda e competitividade no setor do algodão; Falta de uma estratégia nacional de exportação; Fragilidades institucionais para adquirir certificação; Fragilidade dos mercados e serviços de ATER.	Fragilidade na sustentabilidade dos resultados; Fragilidade institucional para sistemas sustentáveis de agricultura familiar; Cadeia de valor limitada em acesso à tecnologia, técnicas de cultivo, e disponibilidade de sementes; Alta demanda de mão de obra e nos custos de produção; Inexistência de linhas de crédito específicas para o algodão;	Fortalecer a participação de instituições governamentais em eventos e ações regionais relacionadas ao Projeto.	Recursos de produção e mercado frágeis. Renda familiar dependente da produção.	Capacitação e assessoria técnica contínua aos produtores rurais no cultivo de culturas associadas; Mitigar a comercialização informal dos produtos; Fragilidade das associações de produtores; Problemas estruturais das pequenas propriedades; Baixa rentabilidade e substituição por outros produtos agrícolas nas áreas algodoeiras do país.

	Mudanças de governo e agendas; Incluir indicadores para temas transversais; Comunicação entre as partes.				Cobertura insuficiente dos serviços de ATER; Falta de integração dos agentes públicos e privados.			
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos disponibilizados pelo MRE.

De modo geral, a Tabela 3 indica que o IBA já aportou mais de 16 milhões de dólares ao Projeto Regional e distribuiu cerca de 1 milhão de dólares para cada Projeto-país, sendo o Paraguai e o Peru os parceiros que mais receberam recursos. Além disso, o Mais Algodão propõe intervenções com foco na cadeia de valor do algodão, melhoria da produtividade, geração de renda para os/as pequenos/as agricultores/as dos países parceiros e promoção do desenvolvimento sustentável. Já as IBCs concentram suas expertises em realizar capacitações técnicas para o fortalecimento de capacidades institucionais e, em alguns casos, políticas públicas para segurança alimentar. Os sujeitos mencionados representam gestores públicos, técnicos extensionistas, agricultores/as familiares, mulheres, jovens e comunidades indígenas, o que reflete a complexidade das culturas e das relações sociais nos territórios impactados. Diante disso, a questão de gênero aparece em todos os projetos enquanto eixo transversal a ser considerado, mas o mesmo não ocorre com outros temas como a questão indígena, a interculturalidade e o Bem-Viver. Por fim, as ações concentram-se na realização de diagnósticos, disseminação de “boas práticas”, serviços de assistência técnica e capacitações com foco na melhoria dos sistemas produtivos das comunidades. Por outro lado, os desafios reforçam a complexidade de atuação do Mais Algodão e obstáculos como a comunicação, conceituação, formação de agenda e a criação de indicadores sensíveis aos temas transversais e à horizontalidade.

3.2.1 - Resultados e processos

Nesta subseção, debatemos as principais tendências identificadas no Mais Algodão considerando de que forma a horizontalidade está materializada (ou não) nos processos do projeto, tendo em vista os contextos sociais em que ele se insere. Na análise orçamentária percebemos que as principais despesas são direcionadas para a contratação de recursos humanos, serviços de apoio técnico, viagens para missões externas, treinamentos, aquisição de equipamentos, materiais e despesas gerais de operação. Sendo assim, os recursos financeiros concentram-se mais dentro do projeto do que na ponta, ou seja, nos territórios onde elas são implementadas. Por outro lado, os territórios recebem parte significativa dos recursos não-financeiros oferecidos pela ABC e FAO por meio de serviços técnicos, consultorias, visitas de campo, fornecimento de insumos, troca de conhecimentos, tecnologia, atividades de acesso ao mercado, ATER, gestão de riscos e apoio institucional (Documentos de Revisão Técnica e Orçamentária, 2016, 2019 e 2021).

Diante disso, a análise das rubricas orçamentárias apresenta um indicativo sobre o direcionamento das despesas e a importância de cada parceiro no Mais Algodão. Do ponto de

vista teórico, esses elementos reforçam a discussão crítica sobre a fragilidade da Cooperação Sul-Sul frente ao sistema capitalista e como atores governamentais, não-governamentais e internacionais assumem um papel-chave na manutenção e reprodução da colonialidade do poder, mesmo que de forma simbólica. O Mais Algodão nasce após a vitória do Brasil no caso contencioso do algodão e determinação da OMC de que parte da indenização paga pelos Estados Unidos fosse destinada a iniciativas de cooperação técnica no setor algodoeiro. Nesse sentido, pode-se dizer que, em essência, este projeto foi construído a partir de uma lógica vertical, sob a determinação de organismos internacionais, e não orientado por demanda como sugere os princípios da Cooperação Sul-Sul. Além disso, os recursos financeiros são aportados pelo IBA, um dos grandes incentivadores do agronegócio no Brasil e membro do Comitê de Acompanhamento do Projeto.

Esses aspectos também se refletem nos recursos não-financeiros oferecidos por meio de “missões” e “boas práticas” realizadas por atores externos. Nesse contexto, as IBCs, a ABC e a FAO possuem grande influência na determinação das áreas e indicadores priorizados no Projeto, os quais estão associados aos objetivos estratégicos da FAO e ao plano de desenvolvimento nacional do Brasil para a agricultura familiar. A análise documental aponta mudanças em termos substantivos e nos processos do Projeto ao longo dos anos, sobretudo após o lançamento da agenda global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015 e da implementação das políticas de gênero na FAO, dentre essas mudanças, o Projeto volta-se para as experiências exitosas do Brasil na agricultura familiar e no combate à fome e para a incorporação de temas transversais como gênero, porém, o mesmo não ocorre com as questões indígenas e outras perspectivas próprias do Sul Global que fortalecem os conceitos de Bem-Viver e interculturalidade, deixando o aprofundamento a essas questões restritos às vontades políticas e institucionais dos formuladores de políticas.

Diante disso, dentro das áreas prioritárias, o Mais Algodão passou a incluir atividades de apoio a pesquisas e ações com o objetivo de gerar conhecimentos e metodologias para futuras iniciativas, dar enfoque na comunicação para o desenvolvimento, fortalecimento de capacidades de gestão, planejamento de mercado e da associatividade do território. Todavia, apresenta lacunas em relação à criação de indicadores e práticas interseccionais, o que dificulta a criação de processos mais horizontais, a mensuração do impacto nos territórios e oculta as vulnerabilidades socioeconômicas provocadas pela formação histórica da estrutura fundiária dos países parceiros. Assim, é possível considerar que a participação da FAO oferece certo “respaldo” na implementação do Projeto. Por fim, os relatórios consideram que os atrasos na assinatura dos Projetos-país e nas respostas às demandas, além da dificuldade e

complexidade de articulação entre atores de culturas diferentes, evidenciam a fragilidade das capacidades institucionais e desfavorecem a Cooperação Sul-Sul Trilateral.

No caso das políticas públicas, os documentos consideram que os diferentes contextos do setor algodoeiro na América Latina implicam na formação ou não de agenda dos países da região dessa forma, o Mais Algodão tem atuado para sensibilização da agricultura familiar, buscando relacioná-la com a redução da pobreza no âmbito da Agenda 2030. Em relação aos temas transversais, a implementação tardia destes conceitos evidencia a lógica vertical de criação do Mais Algodão, elaborado de cima a partir da perspectiva da ABC, FAO e IBA sobre o contexto algodoeiro da região. Da mesma forma, as medidas agroecológicas foram incorporadas para abranger a questão das mudanças climáticas, mas a própria Avaliação de Meio Termo reconhece que elas não são potencializadas em termos de impacto e de uma contribuição nacional, não se aprofundam nas questões estruturais dos desafios do clima. As recomendações, por exemplo, são voltadas ao custo-efetivo das ações, à intensificação da produtividade, do acesso a mercados e a mecanização da agricultura familiar, se reconhece o desafio estrutural mas propõem soluções que reforçam as hierarquias e não que visam superá-las.

Diante disso, as entrevistas foram utilizadas para complementar as subjetividades do Projeto e as possibilidades que reforçam a importância de uma Cooperação Sul-Sul integrada aos princípios do Sul Global. A primeira entrevista foi realizada com um dos representantes da instituição brasileira cooperante Diaconia, membro do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos. Durante a entrevista, o princípio da horizontalidade apareceu na relação da organização com os/as agricultores/as familiares do semiárido nordestino, expressa na criação dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs) onde as associações de certificação orgânica são apoiadas para que os/as agricultores/as consigam operar o sistema participativo de garantia da qualidade orgânica do algodão. Segundo o entrevistado, as OPACs são espaços onde se estabelecem grupos participativos de produção, comissões de ética, discussões, comissões de revisão, dentre outros.

No âmbito do Mais Algodão, o princípio da horizontalidade é associado ao apoio dado pela organização na elaboração do desenho do projeto-país Paraguai e na precificação do algodão agroecológico produzido pelas mulheres artesãs. Quando questionado sobre a importância da incidência de organizações da sociedade civil na Cooperação Sul-Sul, o entrevistado considerou que só o fato de participar já seria um grande passo para construir formas mais horizontais de implementação da Cooperação Sul-Sul. Já em relação aos temas transversais, como as questões de gênero e juventude, a Diaconia ainda não possui resultados

concretos no âmbito do Mais Algodão devido à recente parceria e ao período da pandemia. No entanto, o entrevistado reforçou a necessidade da participação feminina nos cargos de tomada de decisão dos conselhos e de envolver a juventude rural em atividades de geração de renda enquanto caminho caminho para a permanência no campo.

Ao longo das entrevistas, percebi que a compreensão do conceito de horizontalidade se modifica entre os/as entrevistados/as. No caso da ABC, FAO e Embrapa, o termo está mais relacionado a níveis organizacionais, de negociação, validação e aprovação das atividades. Em geral, a participação dos/as agricultores/as aparece nas atividades de campo como capacitações e serviços de ATER e não como um processo participativo, construído nos espaços de tomada de decisão. Quando questionada sobre as resistências locais para a implementação do Projeto, a representante da FAO mencionou que a organização atua no sentido de convencer sobre os benefícios da intervenção:

Porque muitos querem seguir trabalhando na linha antiga, tradicional que eles vêm trabalhando, então há uma resistência à mudança, a abrir um pouco a perspectiva pro setor, a inovar, então eu acredito que as resistências estão muito dentro do setor é... que representa os agricultores, e com o agricultor ele não oferece resistência ao projeto, ao contrário, as famílias querem. Querem porque significa capacitação, significa inovação, significa uma assistência técnica, que há muito tempo não havia... então é uma resistência mais institucional [...] E como lidamos com isso? Através das ações em campo, das práticas, mostrando que se você coloca tecnologia, inovação, acompanhamento técnico, capacitação, o algodão dá resposta e resposta positiva (PARTICIPANTE 2, 2023).

Já para a entrevistada da ABC, a horizontalidade está na própria orientação por demanda em que se estabelece a Cooperação Sul-Sul, no diálogo com os países para formalização das parcerias, nas negociações para alocação de recursos e no estabelecimento de prioridades de atuação, considerando que a relação com governos parceiros é respaldada pelos acordos básicos de cooperação do Brasil. A entrevistada acredita que o apoio dado aos temas transversais também impulsionam a horizontalidade pois avançam em demandas mais alinhadas a essas áreas. Assim, a discussão sobre a transversalidade é tratada em relação à parceria do Mais Algodão com a ONU Mulheres por meio de oficinas de planejamento para identificação dos elementos que a Cooperação Sul-Sul deve conter para que as iniciativas tenham estes temas como prioridade nas ações dos Projetos.

Nesse sentido, perguntei sobre a abertura do Projeto a mudanças de conceitos e práticas a partir do conhecimento dos/as agricultores/as, tendo em vista a noção de Bem-Viver presente nos projetos-país do Equador e da Bolívia. A entrevistada não conhecia o termo do Bem-Viver e respondeu que a ABC não possui restrições para debater nenhum tema, mas que alguns são mais fáceis de incluir e dialogar do que outros:

Nossa posição tem que ser alinhada à área política, então vai estar sempre muito respaldada a partir da orientação da área política, mas eu não vejo nenhuma dificuldade desde que o país parceiro queria conversar, porque como nossas ações também são muito de nível técnico não há nenhuma restrição pré-definida de discussão de qualquer coisa que impeça a gente, se for de interesse de todas as partes em avançar na discussão, que a gente avance no âmbito do projeto (PARTICIPANTE 5, 2023).

Questionei, então, como se dá a relação da Agência com grandes produtores de algodão considerando que o Projeto é implementado com foco na agricultura familiar. A entrevistada corrigiu que o Mais Algodão não é focado na agricultura familiar, mas na melhoria da produção do algodão e que, no caso dos países da América Latina e Caribe, tratam-se dos pequenos produtores. Essa fala é importante, pois reflete uma dissociação do Projeto com o contexto histórico da agricultura familiar na América Latina, em outras palavras, naturaliza as vulnerabilidades dos pequenos agricultores sem considerar seu passado colonial: “não é porque a gente quis focar na agricultura familiar, é porque é o que é, é a realidade tanto na América Latina, quanto na África”. Ela ainda reforça que o diálogo com o agronegócio não seria uma ameaça ao Mais Algodão:

Não é a mesma língua, não se fala a mesma língua os produtores brasileiros e os produtores da América Latina e região [...] em nenhum momento viram como competidores potenciais do Brasil na área do algodão [...] Por que se houvesse com certeza seria um pouco diferente, mas eles não vêm como competidores nem num futuro próximo, nem no próximo século (PARTICIPANTE 5, 2023).

No caso da Embrapa, ao ser questionado sobre a participação dos/as agricultores/as nos serviços ofertados pela empresa, em especial no desenho ou planejamento das ações, o Participante 6 (2023) também se referiu ao agronegócio: “existe um mito de que a Embrapa é uma empresa que trabalha para o agronegócio”, questionei o porquê este argumento seria um mito e ele respondeu que as tecnologias são em maior parte voltadas para os problemas dos pequenos agricultores, e que estes problemas são de “natureza tecnológica, socioeconômica e antropológica [...] são questões que envolvem a organização dos produtores, não é a indisponibilidade de tecnologia e as tecnologias são sempre debatidas, discutidas com as comunidades.” Já a percepção do Participante 6 (2023) foi direcionada aos serviços de ATER, em grande parte, devido à sua experiência na área.

Nesse sentido, ele mencionou que as formas de fazer assistência técnica são plurais, algumas pessoas simplesmente repassam a informação mas outras realizam a construção do conhecimento participativo, em que “tanto o técnico, agente de ATER, tem o conhecimento, quanto o produtor tem conhecimento e, nesse encontro de conhecimento, gera mais conhecimento”, uma metodologia denominada “unidade de aprendizagem e pesquisa participativa” para se aproximar cada vez mais à realidade do/a agricultor/a.

Do ponto de vista do Participante 7 (2023), a relação com atores como a Embrapa é importante em termos de acesso a conhecimento para acesso a políticas públicas e uso das tecnologias, além de uma oportunidade para divulgar o nome dos assentamentos. Logo, perguntei se existem espaços para participação dos/as agricultores/as na Embrapa ou Empaer e a resposta foi que sim, mas sem muitos detalhes, e que, além disso, os sindicatos e conselhos também apoiam nas documentações junto a prefeitura. Contudo, quando questionado sobre os desafios para a produção do algodão agroecológico, o entrevistado mencionou que a falta de técnicos extensionistas nos assentamentos dificulta e afasta o diálogo, sendo necessárias reuniões mais frequentes com estas empresas.

Durante as entrevistas, perguntei para a Participante 8 (2023), como foi receber os representantes do Mais Algodão. De acordo com ela, essa foi uma articulação coordenada pela Embrapa Algodão e a comunidade soube uma semana antes de acontecer, em seguida os/as agricultores/as se reuniram com a Embrapa e depois internamente para organizar o acompanhamento da visita. Para ela, apresentar o trabalho do assentamento é gratificante, a maioria dos/as agricultores/as não conheciam a FAO tampouco sua presença a nível mundial.

“Pra gente em si - membros da RBA -, que é mais ligado à questões de instituições, de trabalho, foi algo muito gratificante porque essas visitas dão mais credibilidade ainda ao nosso trabalho e também é um momento que a gente percebe que o que a gente faz é aqui pode ser espelho, pode ser modelo pra outras regiões, outros países” (PARTICIPANTE 8, 2023).

Durante a visita os/as agricultores/as apresentaram aos representantes do Mais Algodão como eles cultivam o algodão consorciado com culturas alimentares e como se organizam coletivamente. A agricultora entrevistada comentou que estas visitas também são uma oportunidade de estreitamento mútuo de laços, da ABC e da FAO estarem no roçado, conhecerem uma unidade de produção, a casa de um agricultor, onde eles armazenam as sementes, dialogar com as lideranças, jovens, mulheres e para os/as agricultores/as falarem sobre seus modos de vida.

A última pergunta feita aos agricultores foi sobre o que sonham com a cultura do algodão nos próximos anos. Para o agricultor do Assentamento Margarida Maria Alves I, seu sonho aos 74 anos de idade, é possuir condições físicas para continuar trabalhando com o algodão. Já a agricultora do Assentamento Queimadas, com 28 anos, respondeu que sonha com a valorização dos produtores de algodão orgânico que estão produzindo algodão agroecológico e contribuindo para a biodiversidade local, e que mais famílias possam ter acesso a esta forma de produção e se sentirem valorizadas.

3.3. ALÉM DO DESENVOLVIMENTO

3.3.1. Possibilidades descoloniais: repensar os objetivos da Cooperação Sul-Sul

À luz do exposto, sugerimos alternativas voltadas à discussão sobre alternativas ao desenvolvimento descritas no capítulo 1. Isso porque, a Cooperação Sul-Sul e as políticas públicas utilizam o ideário de desenvolvimento como um objetivo final das ações. No entanto, as perspectivas do Sul global apresentam uma pluralidade de visões que se baseiam nos princípios de solidariedade e horizontalidade mas questionando a ordem que mantém o sistema capitalista. Dessa forma, a tabela abaixo indica as alternativas possíveis identificadas na análise no contexto da agricultura familiar e do cultivo do algodão agroecológico.

Em relação aos elementos constitutivos da Cooperação Sul-Sul, sugere-se a inserção dos princípios de corresponsabilidade, reciprocidade e reconhecimento como valores mais abrangentes, e a interculturalidade e interseccionalidade para orientar os processos com o objetivo de promoção da autogestão e emancipação das comunidades para assegurar a continuidade dos resultados atingidos com a cooperação.

Considerando a perspectiva do Bem-Viver e do Ubuntu, identificamos tais elementos nas falas dos/as agricultores/as entrevistados/as e que participaram da reunião na sede da RBA. O Bem-Viver aparece associado ao entendimento da agroecologia e do cultivo do algodão como parte da “vivência e do trabalho”, é um processo que a família precisa cuidar da terra, da vegetação nativa. Para a entrevistada do Assentamento Queimadas, sua família sempre cultivou o algodão sem saber que era agroecológico, pois trabalhavam sem a certificação, no entanto, também reforça o valor da certificação:

quando a gente planta o algodão e vem todo esse princípio de agroecologia, de não usar agroquímicos, agrotóxicos, não usar irrigação, a gente também está cuidando da terra [...] nunca vai ser só o algodão, ele acarreta um monte de coisas positivas para a família e para a terra, porque normalmente, com o sistema convencional, algumas famílias pensam apenas em sugar os nutrientes da terra... na certificação orgânica, ou seja, na agroecologia a gente preza muito pela conservação da Mãe Terra (PARTICIPANTE 8, 2023).

Nesse aspecto, a questão da segurança alimentar é mencionada em preocupação de acesso de alimentos para as famílias e para os animais. Sobre as sementes, ela comenta que antes gastava-se muito para comprar sementes transgênicas e que não sobrava para a qualidade de vida. Observa-se que o debate do Bem-Viver aparece nas discussões sobre o alimento, sobre as formas de organização da comunidade, na formação dos coletivos femininos e banco de sementes comunitárias, e na necessidade desta prática ancestral da agroecologia para construção de um futuro sustentável.

Quanto ao *Ubuntu*, identificamos que esta filosofia atravessa a todo tempo os valores dos/as agricultores/as na preocupação com o uso dos bens comuns para benefício da comunidade, nos discursos sobre a importância do reconhecimento e da valorização dos/as pequenos/as agricultores/as e das práticas agroecológicas. O agricultor entrevistado no Assentamento Margarida Maria Alves reforça essa perspectiva em diversos momentos como “o que precisar a gente fazer, ajudar alguma pessoa doente que está doente, tem que ajudar... então a gente trabalha aqui dessa forma, em comunidade.” ou quando se refere às dificuldades provocadas com o êxodo rural: “é difícil a gente arrumar um trabalhador pra trabalhar, aí a gente já se pega com os amigos, o pessoal tudo idoso e vai pro roçado trabalhar junto, um recebe o outro não recebe e fica assim, comigo é dessa forma. A gente trabalha aqui desse jeito, aí todo mundo se reúne.” (PARTICIPANTE 7, 2023).

A Participante 8 (2023) reconhece as diferenças de visão de cultivo entre os/as agricultores familiares, mas reforça o trabalho comunitário e a cooperação a todo momento. “Se alguém precisar, alguém do grupo vai doar uma semente”. Outro aspecto valorizado é a organização em grupo para acesso às políticas públicas: “ela não vai vir para beneficiar apenas a mim, uma vida, é mais fácil uma comunidade com 100, 150 famílias receber aquele benefício, que vai ser em prol de todos”, a estagnação trava a comunidade, por isso, preza-se pelo diálogo em rede, pois juntos conseguem mais acessos. Além disso, considera que reuniões representam a soberania de uma assembleia, de um povo.

Nos movimentos de luta dos camponeses na América Latina, as perspectivas do Bem-Viver e do *Ubuntu* também podem ser identificadas na busca por espaços em comum para unificar reivindicações, fortalecer debates em torno da soberania alimentar e propostas para a reforma agrária, denunciar a violência no campo e o atual modelo de desenvolvimento, mas os desafios ainda são grandes, os espaços para debate sobre a Cooperação Sul-Sul, por exemplo, estão distanciados da sociedade civil, assim como as possibilidades de financiamento para que estes movimentos participem mais ativamente, a própria política externa no caso do Brasil apresenta essa característica de estar “insulada” aos aparelhos estatais. Nesse sentido, a autonomia dos beneficiários dos projetos fica restrita em termos de participação, uma vez que a cooperação estruturante se coloca cada vez mais além dos níveis técnicos, ela é, antes de tudo, uma decisão política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida da pesquisa foi o colonialismo e seus efeitos nas políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento derivadas das consequências das grandes guerras mundiais e da colonização na África, Ásia e nas Américas. Nesse caso, a partir da influência das lutas anticoloniais do pós Guerra Fria, a Cooperação Sul-Sul configurou-se como uma possibilidade de relação horizontal entre os países do Sul Global para resolver problemas de comum interesse sem interferência das grandes potências mundiais.

Ao longo do estudo vimos que o capitalismo e o colonialismo são dois processos interdependentes, estruturados sobre diferentes formas de opressão e subalternização de corpos e saberes. Os debates pós/descoloniais revelam, assim, concepções e práticas internalizadas na Cooperação Sul-Sul que reproduzem a colonialidade e mantém a estrutura das desigualdades. Sendo assim, esta dissertação buscou compreender como a modalidade Trilateral promove (ou não) políticas públicas horizontais a partir do estudo empírico do projeto Mais Algodão, tendo como perspectiva analítica os princípios e práticas do Bem-Viver e *Ubuntu*.

Os paradigmas coloniais/capitalistas inscritos nos ideais de progresso e modernização que estruturam o próprio Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento promovem barreiras operacionais e simbólicas que ocultam as possibilidades de uma cooperação Sul-Sul emancipadora e alternativa ao desenvolvimento, pois insere elementos políticos, econômicos e culturais que reproduzem a colonialidade em contextos multiculturais. Dessa forma, as hierarquias e estruturas de poder são legitimadas na própria gestão pública e nas instituições cooperantes. Assim, percebe-se que ao mesmo tempo em que a Cooperação Sul-Sul se propõe enquanto possibilidade alternativa e horizontal, há uma lógica estrutural mais profunda que exige ressignificar conceitos, técnicas e aproximar o tema da sociedade e dos territórios onde as iniciativas impactam diretamente.

Neste trabalho, o contexto analisado foi a agricultura familiar no Brasil e na América Latina, onde a industrialização e a modernização agrícola foram vendidas como a base para a qualidade de vida e superação da condição de subdesenvolvimento, tanto do ponto de vista dos governos progressistas, quanto de governos conservadores que apoiam grandes empresas e programas extrativistas, sustentando a hegemonia do sistema capitalista e a concentração fundiária nesses países. As consequências desse processo contribuem para o entendimento do conceito colonialismo interno na prática da Cooperação Sul-Sul uma vez que, ao analisar as tendências dessa modalidade, a resposta mais comum às fragilidades operacionais tem sido o

modelo de cooperação Trilateral, ou Triangular, com parcerias com países do Norte global ou organizações internacionais de orientação liberal.

Desse modo, debater novos horizontes além do conceito de desenvolvimento é crucial para redesenhar uma Cooperação Sul-Sul com possibilidades descoloniais como as perspectivas do Bem-Viver e do *Ubuntu*, que permitem refletir sobre a base constitutiva da Cooperação Sul-Sul e as contradições que abrangem as relações nas estruturas estatais e não estatais, reforçando a possibilidade de políticas pautadas nos princípios da horizontalidade e da solidariedade. Logo, o estudo do projeto Mais Algodão revela disputas simbólicas e ideológicas no discurso político-diplomático nas relações Brasil-FAO para o fortalecimento das capacidades institucionais dos países parceiros. Essas disputas também se expressam nos objetivos, práticas e processos da cooperação tendo em vista que a influência do agronegócio na política brasileira atravessa a lógica de funcionamento da Cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil no âmbito da agricultura, desde sua concepção, aporte de recursos e até a formulação das áreas prioritárias, atividades e atores envolvidos.

Todavia, ao longo da sua implementação, o Mais Algodão insere a agroecologia, modelo sustentável de agricultura que nega e resiste ao extrativismo predatório do agronegócio. Esse aspecto molda, ainda que superficialmente, as áreas e temas contemplados pelo projeto, pois a agroecologia se fundamenta no enfrentamento da agricultura capitalista e se nutre dos pensamentos do Bem-Viver e *Ubuntu*. Quando analisamos os modos de vida dos/as pequenos/as agricultores/as de algodão no semiárido, essas perspectivas aparecem integradas nas formas de organização, autogestão, na produção em consórcios agroalimentares, preservação da natureza e na perspectiva de convivência (e não de superação) com a seca, no compartilhamento de insumos e de valores como a solidariedade, sustentabilidade e a justiça social.

Diante disso, percebe-se que os pensamentos e práticas de origem do Sul Global são alternativas ainda invisibilizadas na Cooperação Sul-Sul e cooptadas para atender os objetivos de desenvolvimento sustentável. É necessário, portanto, fortalecer a premissa de que a Cooperação Sul-Sul deve fortalecer uma agenda transformadora, valorizando saberes historicamente marginalizados e repensar quem são os atores presentes e protagonistas nas iniciativas, qual a posição que ocupam e os objetivos pretendidos. Logo, os programas e projetos de Cooperação Sul-Sul Trilateral precisam ampliar seu universo de parcerias e diálogo com a sociedade civil, a ONU não pode ser o único espaço de articulação das ações, pois prevalece a retórica dos discursos que mantém as estruturas hierárquicas de poder.

Em relação ao princípio da horizontalidade, a orientação por demanda prevista na Cooperação Sul-Sul indica processos contraditórios já na formulação do projeto. O Mais Algodão deriva do fundo de assistência técnica criado após a vitória brasileira no caso do contencioso do algodão. Sob determinação da OMC, foi estabelecido que 90% do valor deveria ser destinado ao setor comercial e 10% para a “ajuda ao desenvolvimento” em países da América Latina e da África. Cabe ressaltar que os princípios da Cooperação Sul-Sul não permitem repasses financeiros para os países parceiros. Todavia, tendo em vista que parte significativa da indenização foi destinada ao setor comercial que representa as grandes monoculturas, e que a administração do recurso foi atribuída ao IBA, este trabalho questiona os interesses dos atores com o investimento na Cooperação Sul-Sul e as barreiras que dificultam a adoção de práticas efetivamente sustentáveis.

Ou seja, o projeto foi construído com recursos aplicados em grandes instituições e com objetivos essencialmente econômicos, sem considerar os contextos sociais e ambientais, mesmo com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio em curso. Dentre os objetivos encontrados nos documentos oficiais, o enfoque dado à melhoria da produtividade, das capacidades institucionais e da cadeia de valor do algodão aparece também na intenção de formar agenda nos países vizinhos para que estes solicitem cooperação com o Brasil. Esse fator revela uma lógica vertical presente nos projetos de Cooperação Sul-Sul e uma formulação restrita aos ambientes institucionais, estatais ou privados, e distanciada da sociedade civil. Assim, é incerto afirmar a relevância da cultura do algodão para os/as pequenos/as agricultores/as dos países parceiros, bem como a apropriação das tecnologias e dos conhecimentos compartilhados e a necessidade de políticas públicas para este segmento.

As descobertas da pesquisa também revelam que a aplicação dos recursos centraliza-se na contratação de pessoal para gestão, capacitações, serviços de consultoria, missões técnicas e pesquisa. Em outras palavras, as despesas ficam restritas ao âmbito institucional, ou seja, da ABC, FAO e das IBCs. Além disso, os relatórios não abordam as resistências à mudança por parte dos agricultores, dificultando a análise se tais conhecimentos e “boas práticas” são desejadas ou positivas para as comunidades. Os dados também não mencionam os conflitos de interesses e as barreiras sociais culturais entre as IBCs, agricultores/as familiares e grupos indígenas. Logo, a falta de compreensão sobre os temas transversais, limita a construção de indicadores sensíveis às questões sociais e culturais e impacta a possibilidade de investimentos em atividades coletivas, que valorizam a autogestão, a auto-organização e a participação ativa dos/as agricultores/as nos processos da Cooperação Sul-Sul Trilateral.

Os debates das agendas globais de desenvolvimento pressionam a adaptação das narrativas e das ações da FAO para abranger os temas de gênero, clima, povos indígenas, juventude etc. No entanto, não se constrói uma estrutura sólida para a priorização dos temas no Projeto, o que se observa é uma alteração geral nas políticas da FAO e comunicação do Mais Algodão, pois sem isso não seria possível avançar nas bases comunitárias. Logo, a inclusão transversal dos temas abre brechas para um tratamento secundário e dependente dos interesses dos gestores públicos envolvidos.

Em dez anos de implementação, não foram encontrados registros sobre a incorporação de práticas interseccionais e a distribuição dos recursos por segmento também não é explicitada nos documentos. Durante as entrevistas, as representantes da ABC e FAO consideram apenas o montante geral destinado aos países, ou seja, não fica transparente se as rubricas são sensíveis aos temas transversais do projeto. Diante disso, é possível questionar a “neutralidade” das instituições participantes. Afinal, a falta de dados desagregados e a escassez de informações detalhadas sobre a aplicação orçamentária, afasta este debate da Cooperação Sul-Sul, pois tanto nos projetos de cooperação quanto nas políticas públicas - e considerando que a política externa é uma política pública, as despesas refletem as decisões e prioridades dos governos.

Assim, valorizar os marcadores sociais significa uma forma de modificar a estrutura dos projetos e de inserir práticas e objetivos além da finalidade desenvolvimentista, ou seja, reafirmar os valores do Bem-Viver e do *Ubuntu*, a essência da solidariedade e da horizontalidade proposta pelo Sul global. No Mais Algodão, esses conceitos são percebidos de forma subjetiva no uso da agroecologia enquanto referência de prática sustentável e nas falas dos/as agricultores/as entrevistados/as ao se referirem sobre seus modos de vida, trabalho e sonhos. Por outro lado, o Bem-Viver é mencionado nos Projetos-país da Bolívia e do Equador em decorrência da característica plurinacional e dos conceitos estarem formalmente registrados nas Constituições desses Estados. No entanto, observa-se a desinformação sobre o Bem-Viver entre os próprios representantes do Projeto, conforme identificado na entrevista com a representante da ABC, esse fator sugere o não aprofundamento (ou a falta de interesse) sobre perspectivas alternativas ao desenvolvimento entre os próprios gestores da Cooperação Sul-Sul.

Em suma, o esforço desta pesquisa contribui com descobertas importantes para os estudos da cooperação internacional - especificamente da modalidade Sul-Sul e Trilateral - na Gestão Pública e nas Relações Internacionais. O trabalho provoca reflexões para se (re)pensar

as práticas institucionais e interesses que reverberam nos objetivos de longo prazo dos projetos de cooperação e, por vezes, na culminância de políticas públicas.

A metodologia empírica e o referencial teórico pós/descolonial foram fundamentais para validar as contradições encontradas nas análises documentais e reforçadas nas percepções individuais dos representantes do projeto. Em contrapartida, as possibilidades alternativas também foram reforçadas na visão e desejos dos pequenos agricultores. Todavia, reconheço as limitações encontradas durante a pesquisa. Dentre elas, a dificuldade em encontrar registros extra-oficiais sobre os impactos sociais do Mais Algodão e informações sobre as políticas públicas apoiadas pelo projeto, os desafios em aprofundar sobre as especificidades de cada Projetos-país, identificar e entrevistar os representantes dos países parceiros devido a abrangência geográfica do projeto e o curto prazo para realização de uma pesquisa a nível de mestrado.

Por fim, concluímos que a natureza da Cooperação Sul-Sul permite refletir sobre outras formas de ser e estar no mundo, o próprio sentido de bem-estar social e o papel desempenhado pelos sujeitos impactados pelos projetos de cooperação. O discurso da horizontalidade não deve se restringir apenas às relações de cunho Sul-Sul, mas se inserir efetivamente em todos os processos dos projetos, inclusive questionando os modelos tradicionais da gestão pública. Os pensamentos do Bem-Viver e do *Ubuntu* nos revelam a pluralidade de perspectivas que superam a ideia de desenvolvimento como possibilidade única para a humanidade e as alternativas práticas e políticas motivadas a partir do reconhecimento da corresponsabilidade sobre a existência humana, consolidando os valores de horizontalidade e solidariedade do ideário do Sul Global. Assim, espera-se que esta dissertação cumpra com a sua função social e motive novos estudos empíricos no campo das Ciências Sociais com abordagens teóricas e metodológicas não restritas ao positivismo científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias: Documentos oficiais

Acordo Marco para o estabelecimento de um programa de cooperação internacional entre o governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 2008. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Carta de intenção entre o governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 2018. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Carta de intenção entre o governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). 2022. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: Países em desenvolvimento da América Latina e Caribe. Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2012. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de revisão técnica e orçamentária do projeto: Revisão A. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. MERCOSUL e Países associados e Haiti. 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de revisão técnica e orçamentária do projeto: Revisão B. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. MERCOSUL e Países associados e Haiti. 2019. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de revisão técnica e orçamentária do projeto: Revisão C. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. MERCOSUL e Países associados e Haiti. 2021. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento da produção de algodão de forma a complementar aos sistemas produtivos da agricultura familiar, campesina, indígena e comunitária da Bolívia. 2015. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: GCP/RLA/199/BRA - Apoio ao fortalecimento do setor algodoeiro colombiano, mediante a melhora da competitividade dos sistemas de produção da agricultura familiar (Projeto de Colombia). 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: GCP/RLA/199/BRA - Apoio ao fortalecimento do setor algodoeiro colombiano, mediante a melhora da competitividade dos sistemas de produção da agricultura familiar (Projeto de Colombia). 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de

Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro no Equador por meio da Cooperação Sul-Sul para fomento dos sistemas da agricultura familiar. 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento dos sistemas de produção de algodão na agricultura familiar do Paraguai. 2014. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Documento de projeto: apoio ao fortalecimento do setor algodoeiro peruano mediante a melhoria da competitividade dos sistemas de produção da agricultura familiar. 2014. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório de progresso do projeto. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2013. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório de progresso do projeto. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2014. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório de progresso do projeto. Primeiro semestre de 2014. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2014. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório de progresso do projeto. Segundo semestre de 2014. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2014. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2015. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2015. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2016. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2016. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2016. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2017. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2017. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2017. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2017. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2018. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2018. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2018. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2018. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Avaliação de meio termo. Relatório final. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. Nov. 2018. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2019. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2019. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2019. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2019. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2020. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2020. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2021. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2021. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2021. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2021. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do primeiro semestre de 2022. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2021. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Relatório regional do segundo semestre de 2022. GCP/RLA/199/BRA - Fortalecimento do setor algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul. 2021. Fornecido pelo MRE pela Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Protocolo nº 09002.002556/2023-90.

Fontes primárias: Entrevistas semiestruturadas

PARTICIPANTE 1. Representante da Diaconia. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 21 de mar. de 2023.

PARTICIPANTE 2. Representante da FAO/ONU. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 05 de abr. de 2023.

PARTICIPANTE 3. Representante da Embrapa. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 20 de abr. de 2023.

PARTICIPANTE 4. Representante do MDA. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 02 de mai. de 2023.

PARTICIPANTE 5. Representante da ABC/MRE. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 02 de mai. de 2023.

PARTICIPANTE 6. Representante da Embrapa. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista online realizada em 04 de mai. de 2023.

PARTICIPANTE 7. Agricultor do Assentamento Margarida Maria Alves I. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista presencial realizada em 23 de jun. de 2023.

PARTICIPANTE 8. Agricultora do Assentamento Queimadas. Entrevistadora: Carolina Michelle Silva e Souza. Entrevista presencial realizada em 23 de jun. de 2023.

Fontes secundárias:

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. O Brasil e a Cooperação Técnica Internacional. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/OBrasileaCooperacao>. Acesso em: 24 dez. 2022.

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. cap. 01, p. 47-85.

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ANELLO, Eloy; HERNANDÉZ, Juanita. **Conceptos de aprendizaje y desarrollo**. Universidad Núr, Instituto Superior de Educación Rural. 1993.

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Kerem. **How the West Came to Rule: the geopolitical origins of capitalism**. Londres: Pluto Press. 2015. p. 01-41.

AMÍN, Samir. From Bandung (1955) to 2015: Old and New Challenges for the States, The Nations and The Peoples of Asia, Africa and Latin America, **Interventions - International Journal of Postcolonial Studies**, 2017, p.609-619.

AMÍN, Samir. **La desconexión: hacia un sistema mundial policéntrico**. Madri: IEPALA. 1988.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília**, Distrito Federal, n. 11, p. 89-117, 2013.

_____. Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais. In: TOLEDO, Áureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais**. Salvador: Edufba, 2021. p. 179-204.

BARRAGÁN, M. *et al.* Pensar a partir do feminismo: críticas e alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016. cap. 02, p. 89-122.

BLANCO, R; DELGADO, A. Problematizando o outro absoluto da modernidade: a cristalização da colonialidade na política internacional. *In: In: TOLEDO, Áureo (org.). Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais*. Salvador: Edufba, 2021. p. 125-156.

BRAND, Ulrich. Estado e políticas públicas. *In: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Editora Elefante, 2016. cap. 03, p. 123-137.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento na Cepal: uma resenha. *In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 13-67.

BUENO, Adriana Mesquita Corrêa. **A intersecção das agendas de política externa comercial e de cooperação sul-sul para o desenvolvimento: a (não) estratégia brasileira para o setor algodoeiro dos países do C4 e do Togo**. 2018. 254 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CAIXETA, Marina Bolfarine; MORASSO, Carla María. Potencialidades e limites da cooperação Sul-Sul no plano contra- hegemônico: O caso da agricultura familiar na Argentina e no Brasil. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 163-183, ago. 2021.

CAIXETA, Marina Bolfarine; SANTOS, Maria do Carmo R. De(s)colonizando a Cooperação Sul-Sul: um marco analítico fundado no pós-desenvolvimento e no comum. **Rebela**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 57-81, 2022.

CAIXETA, Marina Bolfarine. **Cooperação (Técnica) Sul-Sul e o giro decolonial: a estruturação das experiências do Brasil e da Argentina no século XXI**. 2021. 321 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

CARR, Edward Hallet. **Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

CARMODY, P. **Development Theory and Practice in a Changing World**. 1. ed. Londres: Routledge, 2019, 266 p. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315147765>

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução: Noêmia de Sousa. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. p. 5-69.

CHATTERJEE, Partha. Quinhentos Anos de Medo e Amor. *In: CHATTERJEE, P. Colonialismo, Modernidade e Política*. Tradução: Fábio Baqueiro Figueiredo. Salvador: EDUFBA. 2004. p. 17-42.

CORAZZA, Gentil. **O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização**. Porto Alegre: Ensaio FEE, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, 1981, p. 126–155. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298810100020501>

CUNHA FILHO, Clayton M. A cooperação Sul-Sul do Brasil. *In*: MEDINA, Tahina Ojeda; MUÑOZ, Enara Echart. **La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe: balance de una década (2008-2018)**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO, cap 03, p. 63-72. 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. 1 ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p.

DOS SANTOS, Theotonio. 40 anos da teoria da dependência: A estrutura da dependência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, n. 30, p. 5-18, out. 2011.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development: the making and unmaking of the third world**. New Jersey: Princeton University Press, 1995. 247 p.

FALOLA, Toyin. Identidade cultural e desenvolvimento. *In*: FALOLA, Toyin. **O poder das culturas africanas**. Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis: Vozes - Coleção África e os Africanos, 2020. cap 3, p. 83-111.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução: Renato da Silveira e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 320 p.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **El estado de arte del sector algodonero en países del Mercosur y asociados**. Santiago, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/abc/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos>. Acesso em: 26 dez. 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura; ABC - Agência Brasileira de Cooperação. **Trajetória da cooperação entre o Brasil e a FAO na América Latina e no Caribe**. Santiago, 2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - **Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO**. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/resumen/pt/>. Acesso em: 26 dez. 2022a.

_____. **+Algodão**. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/programa-brasil-fao/proyectos/setor-algodoeiro/pt/>. Acesso em: 26 dez. 2022b.

FEDERICI, Silvia. Sobre los comunes. *In*: FEDERICI, Silvia. **Reencantar el mundo. El Feminismo y la política de los comunes**. Madri: Traficantes de Sueños, 2020. cap. 02, p. 125-251.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019. 460p.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. Cap. 19. 409 p.

GODOY, A. S. Estudo de caso qualitativo. *In*: GODOI, C. K; BANDEIRA-DE-MELLO, R; SILVA, A. B. **Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

cap. 4, P. 116-144.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo. *In*: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, cap. 05, p. 174-212.

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science: International Relations. **Daedalus MIT Press**, Cambridge, v.106, n. 3. p. 41-60, 1977.

INSA. **O semiárido brasileiro**. Acesso em 23. fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiariado-brasileiro#:~:text=No%20total%2C%20ocupa%2012%25%20do,nela%20que%20o%20INSA%20atua>

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 162 p.

LANDER, Edgardo. Com o tempo contado: crise civilizatória, limites do planeta, ataques à democracia e povos em resistência. *In*: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, cap. 06. p. 214-254, 2016.

LANG, Miriam. Introdução: Alternativas ao desenvolvimento. *In*: DILGER, G; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. (org.). **Descolonizar o Imaginário: debates sobre pós-extrativismos e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, p. 24-44, 2016.

LANIADO, R. Territórios, fronteiras nacionais e cidades cosmopolitas na globalização. *In*: VITALE, D; KRAYCHETE, E. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul**. Salvador: Edufba. 1 ed. cap. 02, 2016.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão teórica e roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Iberoamericana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018.

MARINI, Mauro Ruy. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013. 270 p.

MEDINA, Tahina Ojeda. Introducción: La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe: balance de una década (2008-2018). *In*: MEDINA, Tahina Ojeda; ECHART MUÑOZ, Enara. **La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe: balance de una década (2008-2018)**. Buenos Aires: CLACSO, 2019, p. 15-40.

MILHORANCE, C; SOULE-KOHNDU, F. South-South Cooperation and Change in International Organizations. **Global Governance**, 2017, p. 461–481.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009. p. 9-29.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Projeto +Algodão completa oito anos e inicia nova fase.** 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/127112-projeto-algodao-completa-oito-anos-e-inicia-nova-fase>. Acesso em: 26. nov. 2022.

PESSINA, Maria Elisa Huber. Os ideários de desenvolvimento e a cooperação internacional. *In: O não governamental na cooperação internacional para o desenvolvimento após 1990. entre as circunstâncias e as peculiaridades do caso alemão.* Salvador: EDUFBA, 2017.

PINO, Bruno Ayllón. América Latina na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. *In: SOUZA, André de Mello e (org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.* Ipea, 2014a. cap. 07 p. 175-202.

_____. Evolução histórica da cooperação Sul-Sul (CSS). *In: SOUZA, André de Mello e (org.). Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.* Ipea, 2014b. cap. 03. p. 57-86.

_____. La Cooperación Sur-Sur y Triangular: subversión o adaptación de la Cooperación Internacional? Ecuador. **Editorial IAEN**, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C; QUENTAL, P. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis.** 2012. 28 p. DOI: 10.4000/polis.3749

PRASHAD, Vijay. Dream history of the global South. **Interface: A Journal For And About Social Movements**, [S. L.], v. 4, n. 1, p. 43-53, mai. 2012.

PRATO CHEIO: Agroecologia não é mercadoria. Entrevistados: Paulo Petersen, Zenilda José de Souza, Ana Cláudia de Araújo, Kriscia Santos Argolo, Elenita Cruz Silva, Gerazeiro, Getúlio Pereira da Silva. [S.I.]. O joio e o trigo, 27 de novembro de 2023. *Podcast.* Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2023/11/agroecologia-nao-e-mercadoria/>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: **CLACSO**, p. 117-142, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. Lima: **Perú Indígena.** 1992.

RAMOSE, Mogobe, B. Globalização e *Ubuntu*. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). Epistemologias do Sul.* Coimbra: Almedina, 2009. p. 135-176.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. Bandung, 1955: ponto de encontro global. **Esboços**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 309-332, maio/ago. 2019.

RIBEIRO, M; MELO, A; MELO, M. Integração Sul-Americana: o atravessamento de espaços-tempos luminosos e opacos. *In: VITALE, D; KRAYCHETE, E. O Brasil e a*

Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul. Salvador: Edufba. 1 ed. cap. 01, 2016.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 328 p.

SABOURIN, Eric; Reforma Agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16. n. 2, 2008. p 151-184.

SABOURIN, Eric; GRISA, Catia. Apresentação - A difusão internacional de políticas públicas. *In:* SABOURIN, Eric; GRISA, Catia (org.). **A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe.** Editora Escritos, 2018. p. 13-32.

SANTIAGO, Fábio *et al.* Algodão em consórcios agroecológicos: um modelo de sustentabilidade para a agricultura familiar do semiárido do nordeste do Brasil: contexto e histórico. Viçosa: **IPPDS**, Universidade Federal de Viçosa, 2022. Disponível em: <https://www.algodaoagroecologico.com/biblioteca-algodao-agroecologico/>

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: Modos e Significados.** Brasília: INCTI, Universidade de Brasília, 2015.

SEIDMAN, I. Interviewing as Qualitative Research: a guide for researchers in education and the social sciences. 4. ed. **New York: Teachers College Press**, 2011. Cap. 1.

SOARES DE LIMA, Maria Regina; MILANI, Carlos R. S. Política Externa, Geopolítica e Modelos de Desenvolvimento. *In:* SOARES DE LIMA, Maria Regina; MILANI, Carlos R. S.; ECHART MUÑOZ, Enara. **Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2016.

SOUZA, André M. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da Índia e da China. *In:* SOUZA, A. (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2014, p. 251-274.

STAKE, R. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam.** Tradução: Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

TOLEDO, Aureo. Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais: a parte que nos cabe nesse percurso. *In:* TOLEDO, Aureo (org.). **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em Relações Internacionais.** Salvador: Edufba, 2021. p. 19-34.

TUHIWAI SMITH, Linda. **A descolonizar las metodologías: investigación y pueblos indígenas.** 1 ed. Santiago: Lom ediciones, 2016. 304 p.

VITALE, D; KRAYCHETE, E. **O Brasil e a Cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul.** Salvador: Edufba. 1 ed. 2016.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Ec. Sociol. Rural.** 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Penso Editora, 2016.

YOUNG, Robert J. C. Postcolonialism: an Historical Introduction. Oxford: Blackwell, 2001

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Roteiro das entrevistas	Organização/Entrevistado(a)
Conte sobre você e/ou sua trajetória na organização.	Todos
Como ocorreu a demanda pela cooperação Sul-Sul em algodão na América Latina?	ABC
Como foi o processo de formalização de parceria com o Mais Algodão?	FAO e Diaconia
Como o Mais Algodão se difere dos projetos Cotton-4 e Cotton-4 + Togo?	ABC
Quais setores recebem mais investimentos/recursos dentro do projeto?	ABC e FAO
As mudanças na agenda política do governo federal brasileiro impactaram a execução do projeto nos últimos anos?	ABC
Como a organização tem incorporado as mudanças das agendas globais em sua estrutura e na implementação do Mais Algodão?	FAO
Qual a relação do governo federal brasileiro com os governos federais dos países parceiros? E como ocorre a interação com os atores subnacionais?	ABC
Qual foi o papel do Mais Algodão na consolidação do Programa Nacional do Algodão na Bolívia? Existem outros países em que o projeto apoiou em políticas públicas?	ABC e FAO
Como as diferenças políticas, culturais e econômicas dos países parceiros são incorporadas na condução do Mais Algodão?	ABC e FAO
Como os temas transversais do Mais Algodão são incorporados no projeto e/ou na organização? Além da transversalidade, existem políticas interseccionais?	ABC, FAO e Embrapa

Como ocorre o diálogo com os agricultores? Existe uma linguagem adaptada para termos técnicos?	ABC, FAO e Embrapa
Existe abertura para adaptação dos conceitos e práticas a partir do conhecimento dos pequenos agricultores? Eles participam dos processos de tomada de decisões?	ABC, FAO e Embrapa
O que você acredita que motiva os/as pequenos/as agricultores/as a adotarem estruturas e modelos de produção que vêm “de fora”?	ABC, FAO e Embrapa
Ao longo da implementação dos projetos-país, houve alguma resistência local? Se sim, qual estratégia foi adotada para lidar com a questão?	FAO
Como se dá a interação com os grandes produtores de algodão?	ABC e FAO
Como o projeto auxiliou os/as agricultores/as durante a pandemia de Covid-19? Como foi feita a identificação das necessidades? E quais as principais mudanças que você avalia para o período pós-pandemia?	ABC, FAO e Embrapa
Como você avalia os resultados do projeto até o momento?	ABC e FAO
Quais são os principais desafios que você enxerga na prática da Cooperação Sul-Sul para a agricultura familiar?	ABC, FAO e Embrapa
Quais são as principais demandas/expectativas dos/as pequenos/as agricultores/as em relação aos serviços ofertados pela organização?	Diaconia e Embrapa
Como você avalia a demanda por inovação e tecnologia por parte dos agricultores?	Embrapa
Qual a participação dos/as agricultores/as na organização? Existe alguma participação dos/as agricultores/as no desenho dos serviços?	Diaconia e Embrapa

A organização realiza pesquisas de satisfação com os pequenos agricultores? Se sim, como são aplicadas?	Embrapa
Como você acredita que a participação de Organizações da Sociedade Civil pode contribuir com projetos de cooperação?	Diaconia
Como a organização trabalha com as questões de gênero e juventude?	Diaconia
Em relação à produção sustentável do algodão no Brasil, como você enxerga a concorrência com as grandes produções?	Diaconia
Você já teve contato com as experiências dos/as agricultores/as de outros países?	Diaconia
A organização possui apoio do setor público em alguma instância? Consegue articular demandas dentro desse nível?	Diaconia
Você acredita que parcerias de Cooperação Sul-Sul envolvendo organizações sociais são o caminho para pressionar políticas públicas?	Diaconia
Qual a importância da cultura do algodão orgânico/agroecológico para a agricultura familiar? Este produto tem algum significado pessoal para você?	Agricultores/as familiares
Como as redes/cooperativas ajudam a vida do agricultor familiar? E qual a importância do trabalho comunitário para você?	Agricultores/as familiares
O que significa manter a ancestralidade e a tradição do cultivo? Como você enxerga a relação da agricultura familiar com a natureza?	Agricultores/as familiares
Como você enxerga o avanço da tecnologia e da mecanização no campo?	Agricultores/as familiares
Em que sentido você acredita que as boas práticas da agricultura familiar na Paraíba podem ajudar outros países na cultura do algodão orgânico/agroecológico?	Agricultores/as familiares

Como é o diálogo com os técnicos da Embrapa, governo municipal/estadual e instituições externas?	Agricultores/as familiares
Você participa de reuniões com estes técnicos ou de algum conselho participativo? Se sim, acredita que suas demandas são atendidas?	Agricultores/as familiares
Quais os principais desafios na produção do algodão orgânico/agroecológico? Como você acredita que poderiam ser melhorados?	Agricultores/as familiares
O que você sonha com o cultivo do algodão para os próximos anos?	Agricultores/as familiares